

Termo de Referência 75/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
75/2023	158123-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	WENNIA ANTUNES BAIA	05/07/2023 10:19 (v 12.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	23232.000426/2023-30

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Porteiro, Vigia, e Limpeza para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Estudo Técnico Preliminar 60/2023.

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCAL DA PRESTAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Quant. (t. Postos x t. Meses)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	1	8729	Serviço de PORTARIA 44h	Muriaé	Posto de serviço/mês	50	R\$ 4.449,38	R\$ 222.469,00
	2	8729	Serviço de PORTARIA*	Muriaé	Posto de serviço/mês	120	R\$ 8.715,74	R\$ 1.045.888,80
	3	8729	Serviço de VIGIA*	Muriaé	Posto de serviço/mês	120	R\$ 10.171,66	R\$ 1.220.599,20
*	4	25194	Serviço de LIMPEZA	Manhuaçu	Posto de serviço/mês	60	R\$ 4.778,44	R\$ 286.706,40
Valor Máximo Total global								R\$ 2.775.663,40

*Serviços a serem executados em escala de 12x36 horas, 7 dias por semana. Cada posto deve ser ocupado por dois trabalhadores.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 10.024, de 2019.

1.3. O agrupamento dos itens referentes ao Campus Muriaé está justificado no tópico 9 do Estudo Técnico Preliminar 60/2023, Anexo deste Termo de Referência..

1.4 A quantidade de cada item considera o total de postos do item multiplicado por 60 meses, exceto para o serviço de porteiro 44 horas semanais, que foi multiplicado por 50, tendo em vista que a execução do contrato se dará pelo período de 10 meses no ano, conforme ETP 60/2023.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da data informada no Termo de Contrato enviado para assinatura da contratada, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.5.1 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis (equipamentos e infraestrutura necessários à execução dos serviços) já pagos ou amortizados na primeira etapa da contratação, deverão ser eliminados como condição para a renovação.

1.5.2 Considerando a jurisprudência do TCU, nos Acórdãos 3006/2010 - Plenário e 1633/2014 - Plenário, serão eliminados da planilha de custos os itens de Aviso Prévio Trabalhado e Aviso Prévio Indenizado na primeira prorrogação contratual, se houver, tendo em vista que os valores referentes a essas despesas já terão sido amortizados na primeira etapa da contratação.

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, são atividades indispensáveis para o funcionamento da instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando item 9.1 do Estudo Técnico Preliminar.

1.7. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2023**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP:

- **Muriaé: 10723648000140-0-000001/2023**
- **Manhuaçu:10723648000140-0-000001/2023**

II) Data de publicação no PNCP:

- **Muriaé: 19/05/2023**
- **Manhuaçu: 19/05/2023**

III) Id do item no PCA:

- **Muriaé: 1599**
- **Manhuaçu: 25**

IV) Classe/Grupo:

- **Muriaé: 851**
- **Manhuaçu: 853**

V) Identificador da Futura Contratação:

- **Muriaé: 158123-232/2022**
- **Manhuaçu: 158123-225/2023**

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

3.2. Para fins de dispensa da comprovação de exequibilidade nos serviços de limpeza e conservação (item 1 do anexo VI-B da IN SEGES/MP nº 05/2017), serão adotadas as produtividades mínimas a seguir, conforme anexo IV deste Termo de Referência.

TIPO DE AMBIENTE	PRODUTIVIDADE MÍNIMA ADOTADA	FAIXA REFERENCIAL
Áreas internas: Piso frio	1000 m ²	de 800 a 1200 m ²
Áreas internas: laboratórios	405 m ²	de 360 a 450 m ²
Áreas internas: Almoxarifados e galpões	2000 m ²	de 1500 a 2500 m ²

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação encontram-se detalhados nos Anexos do referido documento.

4.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) são:

4.2.1 CBO 5174-10 para o posto de portaria;

4.2.2. CBO 5174-20 para o posto de vigia;

4.2.3. CBO 5143-20 para o posto Servente de limpeza

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade estão dispostos nos Anexos dos Estudos Preliminares, conforme previsto por cada demandante, em observância ao Decreto nº 7.746/2012, artigo 3º.

4.2 Ressaltamos que os critérios de sustentabilidade deverão ser considerados na fase de execução contratual e na adequada destinação ambiental dos resíduos decorrentes da aquisição pela empresa e pelos gestores públicos.

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.1. Os dados para contato para agendamento da vistoria específica em cada unidade do IF Sudeste MG deverão ser solicitados via e-mail licitacao.muriae@ifsudestemg.edu.br.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Para o campus Muriaé, data prevista para o início da execução do contrato de porteiro e vigia é 01/09/2023. Já para o Campus Manhuaçu, a data prevista para o início da execução do contrato de limpeza é 01/12/2023.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, estão descritas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- Campus Manhuaçu: Rodovia BR 116, km 589, Distrito de Realeza, Manhuaçu/MG, CEP 36.909-300.
- Campus Muriaé: Unidade Barra: Avenida Coronel Monteiro de Castro, nº 550, Bairro Barra, Muriaé/MG, CEP: 36884-036.
- Campus Muriaé: Unidade Rural: Avenida Otávio Henriques Gouvêa, s/n, Bairro Sofocó, Muriaé/MG, CEP: 36888-262.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas previstas no Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, descritos nas planilhas de custos e referenciados nos Estudos Preliminares e em seus anexos, nas quantidades estimadas e qualidades promovendo sua substituição quando necessário:

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as características **descritas no Estudo Técnico Preliminar, em especial o que consta nos Anexos do referido documento.**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.8.1.1. O uniforme deverá compreender as peças do vestuário conforme especificado nos Anexos dos Estudos Preliminares.

5.8.1.2. A contratada deve fornecer uniformes ao empregado no início da execução do contrato. Os conjuntos completos devem ser entregues e substituídos conforme previsto nos anexos de cada tipo de serviço dos Estudos Preliminares, ou a qualquer época, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

5.8.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos **de qualidade.**

5.8.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser **enviada** ao servidor responsável pela fiscalização **técnica** do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5. A Contratada **não precisará manter** preposto da empresa no local da execução do objeto, **devendo este estar disponível para ser contactado por email ou telefone, de segunda-feira a sexta-feira, de 7h às 17h.**

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo II** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.12. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.13. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.14. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.15. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.17. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.18. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.19. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133 /2021. ([IN05/17 - art. 62](#))

6.20. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. ([art. 47, §2º, IN05/2017](#))

6.21. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas **previstas no Estudo Técnico preliminar , observados os critérios de medição constantes no IMR.**

6.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.23. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.24. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.25. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.26. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.27. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.28. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

6.34. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

6.36. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

6.37. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.38. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.39. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.40. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.40.1. 13º (décimo terceiro) salário;

6.40.2. Férias e um terço constitucional de férias;

6.40.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

6.40.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.40.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.41. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

6.42. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

6.43. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

6.44. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

6.45. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

6.46. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.47. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do acordo. Sendo assim, o conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as disposições estabelecidas neste termo de referência.

7.4.2. O gestor do Contrato terá a função de coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros.

7.4.3. O Fiscal Administrativo fará o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

7.4.4. A Fiscalização pelo Público Usuário que se manifesta a partir da pesquisa de satisfação junto aos usuários /receptores dos serviços prestados, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para avaliação dos aspectos qualitativos do objeto, conforme apêndice (IMR) deste Termo de Referência.

7.4.5. O preposto deverá assinar o documento tomando ciência da avaliação realizada por meio da pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços prestados.

7.4.6. A comunicação entre a contratada e a contratante será realizada através de preposto designado pela contratada, conforme diretrizes estabelecidas neste termo de referência.

7.4.7. As comunicações serão realizadas via e-mail, carta registrada (AR), ou dependendo da urgência ou necessidade da celeridade da informação via telefone, sendo que a contratada deverá fornecer o tratamento adequado às solicitações em todas as formas de comunicação elencadas.

7.4.8. A aferição do resultado dos serviços a título de remuneração será realizada com base no IMR, sendo que somente após a informação dos resultados poderá ser realizada emissão de Nota Fiscal pela contratada.

7.4.9. Os indicadores mínimos de qualidade de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços estão elencados no IMR.

7.4.10. O pagamento à contratada será proporcional ao atendimento dos indicadores e metas estabelecidos no Instrumento de Medição do Resultado (IMR).

7.4.11. A contratada emitirá e enviará mensalmente, quando do envio da documentação para a fiscalização administrativa, declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

7.4.12. O pagamento mensal pela contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela contratada relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados;

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços

realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em

consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples; 8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo III** deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **03 (três)** anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.30.2. Comprovação que já executou contrato(s) **com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;**

8.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.32. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.33. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.34. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.37. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.775.663,40

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.775.663,40 (dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos).**

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Muriaé:

I) Gestão/Unidade: **26411/158415**

II) Fonte de Recursos: **1000000000**

III) Programa de Trabalho: **170742**

IV) Elemento de Despesa: **339037-03 LOCACAO DE MÃO-DE-OBRA - VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

V) Plano Interno: **L20RLP0100N**

Manhuaçu:

I) Gestão/Unidade: **26411/155591**

II) Fonte de Recursos: **1000000000**

III) Programa de Trabalho: **170742**

IV) Elemento de Despesa: **339037 - 02 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

V) Plano Interno: **L20RLP0100N**

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)

FERNANDO DE OLIVEIRA ROCHA

Membro da comissão de contratação

WENNIA ANTUNES BAIA BERBERT

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 05/07/2023 às 10:19:14.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I DO TR - ETP60_2023-5.pdf (10.68 MB)
- Anexo II - ANEXO IV DO TR - Estudo_do_quantitativo_-_Servico_de_limpeza_3_assinado.pdf (1.61 MB)
- Anexo III - ANEXO II DO TR - IMR PORTEIRO - VIGIA- LIMPEZA.pdf (186.79 KB)
- Anexo IV - ANEXO III DO TR - Declaração de contratos.pdf (67.1 KB)

Anexo I - ANEXO I DO TR - ETP60_2023-5.pdf

Estudo Técnico Preliminar 60/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23232.000426/2023-30

2. Descrição da necessidade

Visando o atendimento das finalidades institucionais do IF Sudeste MG, qual seja, oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, faz-se necessário que esta autarquia, em suas várias unidades, disponha de serviços acessórios para os quais não dispõe de recursos humanos, visto que os cargos foram extintos ou encontram-se em processo de extinção de seu quadro funcional, conforme disposto na Lei nº 9.632/1998. Diante disto, torna-se necessária a terceirização das atividades acessórias, expediente amparado pelo Decreto nº. 9.507, de 21 de setembro de 2018.

Todas as atividades que serão aqui referenciadas constam na Portaria-R nº. 131, do IF Sudeste MG, de 18 de fevereiro de 2016.

Este documento estabelece os serviços que se enquadram como de natureza contínua no âmbito desta instituição, e cuja interrupção pode comprometer a prestação do serviço público ou cumprimento da missão institucional, conforme o Art. 15, *caput*, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

O estabelecimento, em normativo próprio, dos serviços contínuos do IF Sudeste MG atende a recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, contida no manual “Licitações e Contratos, Orientações Básicas” – 4ª Edição, que orienta o órgão ou entidade:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. Em processo próprio, deve a Administração definir e justificar quais outros serviços contínuos necessita para desenvolver as atividades que lhe são peculiares. (Manual do TCU - “Licitações e Contratos” - Orientações Básicas – 4ª Ed., 2010, p. 772).

As necessidades específicas para cada uma das unidades em que os serviços deverão ser prestados encontram-se descritas nos Anexos I ao III deste Estudo Técnico Preliminar e nos respectivos documentos de oficialização de demanda, anexados ao processo nº 23232.000426/2023-30, disponível para consulta pública no endereço eletrônico <https://sig.ifsudestemg.edu.br/sipac/protocolo/processo/processo.jsf?id=35540>

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Campus Muriaé	Icaro Alexandre de Campos Braga
Campus Manhuaçu	Wênnia Antunes Baia

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos gerais da contratação consideram a prestação de serviços em caráter de dedicação exclusiva de mão obra, com observância da legislação vigente, incluindo-se as disposições de dissídios, convenções ou acordos coletivos de trabalho de cada categoria profissional a ser empregada na execução dos serviços.

Os locais e horários dos postos de serviços em cada unidade, dispostos nos anexos deste documento, poderão ser alterados de acordo com as necessidades da Administração contratante, comunicando-se à futura contratada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

A futura contratada deverá disponibilizar quantitativo suficiente de pessoal para o correto desempenho das atividades, estando todos os profissionais devidamente registrados de acordo com a legislação e exigências trabalhistas em vigor.

Os empregados deverão ser pessoas qualificadas para o desempenho de cada atividade; terem instrução educacional e técnica, quando for o caso, compatível com a natureza do serviço e com seu grau de complexidade; comunicarem-se de modo adequado ao desempenho das funções; tratarem com urbanidade as pessoas; apresentarem-se para o trabalho com aparência pessoal adequada, devidamente uniformizado e utilizando identificação, quando for o caso; cultivarem a ética profissional; demonstrarem responsabilidade; zelarem pelo patrimônio; demonstrarem discrição; terem atenção às atividades; demonstrarem habilidade de trabalhar em equipe; demonstrarem proatividade, iniciativa e capacidade de contornar situações adversas; serem portadores de atestado de bons antecedentes, que deverá ser apresentado sempre que solicitado pelo fiscal do contrato.

Os endereços das unidades em que os serviços deverão ser prestados são os seguintes:

Campus Manhuaçu: Rodovia BR 116, km 589, Distrito de Realeza, Manhuaçu/MG, CEP 36.909-300.

Campus Muriaé: Unidade Barra: Avenida Coronel Monteiro de Castro, nº 550, Bairro Barra, Muriaé/MG, CEP: 36884-036.

Campus Muriaé: Unidade Rural: Avenida Otávio Henriques Gouvêa, s/n, Bairro Sofocó, Muriaé/MG, CEP: 36888-262.

Os requisitos específicos para cada tipo de serviço e suas especificidades estão descritos nos Anexos I a IV deste Estudo Técnico Preliminar.

4.1 Uniformes, EPIs, equipamentos e materiais.

Os uniformes, EPIs, equipamentos e materiais necessários à execução plena de todos os serviços relacionados neste documento estão descritos nos Anexos I a III deste Estudo Técnico Preliminar.

Deverão ser fornecidos aos empregados uniformes completos, em quantidade e qualidade necessárias ao desempenho das atividades, de modo que esses se apresentem adequadamente trajados nas dependências da contratante, considerando-se a natureza das atividades desenvolvidas, as condições de asseio, de segurança e outras que sejam pertinentes, devendo, ainda, estarem adequados e confortáveis aos funcionários, a exemplo de uniformes específicos para empregadas gestantes, e adaptados ao clima das localidades onde serão prestados os serviços.

Os uniformes deverão ser compatíveis com os tipos de serviços a serem executados pelos empregados, seguindo os padrões de vestuário usuais, praticados nas contratações públicas.

Os uniformes, assim como EPIs, equipamentos e materiais, deverão ser fornecidos de acordo com o solicitado no anexo referente ao serviço específico, entregues no início da contratação e substituídos e/ou repostos na periodicidade estabelecida ou em razão de seu consumo, desgaste ou destruição, sendo de responsabilidade da contratada gerenciar a reposição.

A fiscalização técnica da contratante verificará as condições de apresentação dos uniformes, notificando a contratada para que esta adote as devidas providências de reposição.

5. Levantamento de Mercado

As soluções que se pretende contratar para cada tipo de serviço foram escolhidas com base na análise de procedimentos de contratação de outras instituições que adotam a mesma forma de prestação de serviços, admitindo como disputa a melhor oferta quanto ao valor dos serviços e que atenda aos requisitos da contratação. A contratação dos serviços segue as diretrizes comuns para terceirização de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva.

As análises de levantamento de mercado e das soluções disponíveis, específicas para cada tipo de serviço, estão descritas nos Anexos I a III deste Estudo Técnico Preliminar.

6. Descrição da solução como um todo

Os serviços a serem contratados visam a apoiar a execução das atividades materiais acessórias, devendo ser prestados por empresa especializada, que deverá disponibilizar mão de obra com dedicação exclusiva. Os dias, horários e períodos, cujos serviços são necessários, estão estabelecidos nos Requisitos da Contratação deste Estudo Técnico Preliminar e em seus anexos.

Os resultados esperados poderão ser verificados na prestação dos serviços, obtendo assim, condições de atendimento às demandas necessárias ao desenvolvimento das atividades das diversas áreas, visando contribuir para que a Administração continue cumprindo com a sua missão institucional com maior dinamização, segurança e confiabilidade.

Os resultados serão avaliados, mensalmente, através dos relatórios mensais de acompanhamento e a fiscalização do contrato e do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que evidenciarão se os serviços atendem aos critérios quantitativos, qualitativos e de pontualidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo de postos de serviços necessários para cada campus participante estão estimados conforme tabela abaixo:

Descrição	Local de prestação dos serviços	Unidade de medida	Quant. postos	Quant. meses de execução
Serviço de PORTEIRO 44h	Muriaé	Posto de serviço/mês	1	50
Serviço de PORTARIA*	Muriaé	Posto de serviço/mês	2	60
Serviço de VIGIA*	Muriaé	Posto de serviço/mês	2	60
Serviço de LIMPEZA	Manhuaçu	Posto de serviço/mês	1	60

*Serviços a serem executados em escala de 12x36 horas, 7 dias por semana. Cada posto deve ser ocupado por dois trabalhadores.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.726.902,60

O valor da contratação está estimado conforme tabela abaixo:

Descrição	Local de prestação dos serviços	Unidade de medida	Quant. (t. Postos x t. Meses)	Valor unitário médio (por posto)	Valor total máximo
Serviço de PORTEIRO 44h	Muriaé	Posto de serviço/mês	50	R\$ 4.449,38	R\$ 222.469,00
Serviço de PORTARIA*	Muriaé	Posto de serviço/mês	120	R\$ 8.705,24	R\$ 1.044.628,80
Serviço de VIGIA*	Muriaé	Posto de serviço/mês	120	R\$ 9.775,82	R\$ 1.173.098,40
Serviço de LIMPEZA	Manhuaçu	Posto de serviço/mês	60	R\$ 4.778,44	R\$ 286.706,40
Total global					R\$ 2.726.902,60

*Serviços a serem executados em escala de 12x36 horas, 7 dias por semana. Cada posto deve ser ocupado por dois trabalhadores.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução será contratada em lote único para o Campus Muriaé e em item único para o campus Manhauçu. Optou-se por esse modelo tendo em vista a correlação entre os itens a serem contratados pelo Campus Muriaé, e o fato de que porteiros e vigias, em escala de 12X36 compartilham na maior parte do tempo os dois postos de serviços existentes, revezando-se nas atividades entre os períodos diurno e noturno, o que faz com que seja necessário a troca de informações entre os profissionais que estão deixando o posto de serviço e os que estão assumindo. Deste modo, a contratação de única empresa para estes serviços proporcionará maior gestão das atividades. Para o Campus Manhauçu a única opção é a contratação por item.

Além disso, pelo fato de os serviços serem prestados em unidades diferentes, existem peculiaridades referentes ao enquadramento sindical dos trabalhadores que serão alocados na execução dos serviços, uma vez que existem sindicatos com abrangências territoriais diversas.

Outro fator é a autonomia orçamentária de cada unidade. Os contratos serão firmados individualmente com cada uma delas, que se responsabilizarão pelos pagamentos, bem como pelo acompanhamento da execução dos serviços, compreendendo a fiscalização técnica, administrativa e a gestão contratual.

9.1 Duração Inicial da Contratação Pretendida

Propõe-se a contratação dos serviços para um período inicial de 60 meses.

Justifica-se esse prazo em razão do seguinte:

1. Incentivo às interessadas a ofertarem valores menores para os itens, uma vez que, com a certeza de firmarem contrato por um maior período de tempo, poderão diluir custos de implementação de sua estrutura por meses, em vez dos 12 meses usuais, inclusive nos casos em que devem ser empregados equipamentos pelos quais as empresas receberão somente o valor depreciado;
2. Redução de custos de gestão dos contratos ao diminuir o quantitativo de termos aditivos de prorrogação ou mesmo a realização de novos certames licitatórios a cada 12 meses;
3. Alinhamento às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos) em seu Art. 106: “A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos (...)”.
4. Prática também utilizada em outros órgãos públicos, como são os casos de:

TCU. Pregão Eletrônico nº 64/2015

A presente licitação tem como objeto a contratação, pelo período de 30 (trinta) meses, de serviços continuados de limpeza e conservação nas dependências do Tribunal de Contas da União – TCU, Brasília-DF, em modelo de contrato por desempenho/resultado, em regime de empreitada por preço unitário.

DNIT. Pregão Eletrônico nº 284/2019

A contratação por 30 meses visa à maior segurança, tanto para a empresa contratada, como para o DNITSP. Prazos mais longos significam maior quantidade de serviços e maior remuneração global, causando a diminuição dos preços unitários (economia de escala no tempo).

CENTRAL DE COMPRAS - ME. Pregão Eletrônico SRP nº 21/2021

Registro de preços para eventual contratação da prestação de serviços de condução de veículos de representação, de serviços comuns e/ou especiais, em caráter permanente, para atendimento dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sediadas no Distrito Federal.

O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

CENTRAL DE COMPRAS - ME. Pregão Eletrônico SRP nº 10/2020

Registro de preço para contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, recepção e secretariado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Distrito Federal - DF, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Recepcionista, Recepcionista Bilingue, Secretário Executivo I, Secretário Executivo II e Técnico em Secretariado, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

Os contratos adotarão como regime de execução a empreitada por preço global, com prazos de vigência de 30 meses, sendo 28 de execução dos serviços, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 60 meses, com base no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para o atendimento da demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação dos serviços está prevista no Plano Anual de Contratações 2023 de cada uma das unidades do IF Sudeste MG, disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/app/pca/10723648000140/2023>, e conforme tabela abaixo:

Descrição	Local de prestação dos serviços	Item do PAC 2023
Serviço de PORTEIRO 44h	Muriaé	1599/2023
Serviço de PORTARIA*	Muriaé	1599/2023
Serviço de VIGIA*	Muriaé	1599/2023
Serviço de LIMPEZA	Manhuaçu	25/2023
*Serviços a serem executados em escala de 12x36 horas, 7 dias por semana. Cada posto deve ser ocupado por dois trabalhadores.		

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com esta contratação permitir que a instituição siga seu funcionamento de forma eficiente, fornecendo aos usuários as condições adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades. Cada um dos serviços que se pretende contratar englobam atividades acessórias essenciais à realização das atividades finalísticas da instituição, quais sejam, os serviços de educação, compreendendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os benefícios diretos e indiretos da contratação podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço pelos serviços, considerados os requisitos mínimos previamente estabelecidos no edital da licitação.

A realização da contratação da demanda de serviços continuados tem impactos indiretos para os usuários internos e externos da instituição quando possibilita a prestação de serviços de forma mais segura, eficiente e célere ao público direto e indireto, melhorando a qualidade dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas para a implementação dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há impactos ambientais significativos na execução do objeto. Os existentes estão caracterizados nos Anexos I ao III deste estudo, na seção "Critérios e práticas de sustentabilidade".

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

- A contratação alinha-se às finalidades da instituição e é viável do ponto de vista ambiental, econômico e estratégico, conforme demonstra este estudo.
- Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados.
- As quantidades sugeridas para contratação estão coerentes com a demanda prevista no Plano Anual de Contratações e com a série histórica dos contratos.
- No mercado existem as soluções propostas e essa solução é viável, além de ser fornecida por quase todos prestadores de serviço das áreas, o que é um indicativo da participação de várias empresas na seleção do fornecedor.
- As estimativas preliminares dos preços foram feitas e estão documentadas adequadamente neste estudo.
- O estudo indica a necessidade do parcelamento da solução e define os resultados pretendidos com a contratação.
- A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.
- Há evidências de que as áreas requisitantes se comprometeram com o planejamento preliminar das soluções e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência ou do projeto básico e apoiará o esforço de gestão do contrato.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO DE OLIVEIRA ROCHA

Membro da comissão de contratação

WENNIA ANTUNES BAIA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ESPECIFICIDADES SERVIÇO DE PORTARIA.pdf (79.02 KB)
- Anexo II - ESPECIFICIDADES SERVIÇO VIGIA.pdf (456.58 KB)
- Anexo III - ESPECIFICIDADES SERVIÇOS DE LIMPEZA.pdf (181.01 KB)
- Anexo IV - CONVENÇÕES COLETIVAS DOS SERVIÇOS.pdf (659.36 KB)
- Anexo V - ANEXO V - MAPA DE PREÇOS E PESQUISA COMPLETA.pdf (8.82 MB)
- Anexo VI - ANEXO VI - PLANILHA DE CUSTOS.pdf (136.06 KB)

**Anexo I - ESPECIFICIDADES SERVIÇO DE PORTARIA.
pdf**

Estudo Técnico Preliminar 60/2023 – Anexo I

DADOS BÁSICOS	
Tipo de Serviço	Portaria
Categoria Profissional	Porteiro
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5174-10
Convenção Coletiva de Trabalho (referencial)	Campus Muriaé: MG000221/2023
Regime de horas de trabalho	<p>Campus Muriaé:</p> <p>01: 02 (dois) postos de serviço, escala de revezamento 12x36, todos os dias da semana, das 06h às 18h.</p> <p>02: 01(um) posto de serviço, 44 horas semanais de segunda a sexta feira</p>
Previsão para início das atividades	01/09/2023 - Campus Muriaé
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS	
<ol style="list-style-type: none"> 1. recepcionar e orientar visitantes, alunos e servidores; 2. permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas; 3. controlar a entrada e saída de pessoas e veículos na instituição, anotando em registro próprio as saídas de veículos oficiais; 4. controlar rigorosamente a entrada e saída de colaboradores após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documentos próprios, na conformidade do que venha a ser estabelecido pela Contratante; 5. zelar pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades; 6. controlar o fluxo de pessoas e veículos, identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados; 7. receber mercadorias, volumes diversos e correspondências; 8. fazer manutenções simples nos locais de trabalho; 9. comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio; 10. registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços; 11. fiscalizar a entrada e saída de pessoas, observando o movimento das mesmas dentro da instituição, procurando identificá-las e encaminhá-las aos setores pertinentes, evitando o acesso de pessoas estranhas nas dependências da instituição; 12. receber correspondências e encomendas enviadas à instituição, encaminhando-as aos destinatários, para evitar extravios e outras ocorrências desagradáveis; 13. fiscalizar a entrada e saída de materiais, mediante conferência das notas fiscais ou de controles próprios da Contratante; 14. manter serviço permanente de portaria; 15. manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados; 16. auxiliar no serviço de segurança interna da instituição; 	

Estudo Técnico Preliminar 60/2023 – Anexo I

17. ausentar-se da portaria somente com conhecimento e autorização do fiscal do contrato;
18. evitar entreter-se em conversas, com colegas de serviço, ou outros usuários da instituição, assim como o uso de telefones ou equipamentos eletroeletrônicos que venham a prejudicar a atenção devida ao serviço;
19. atender ao telefone e encaminhar aos ramais solicitados;
20. manter o quadro de chaves, controlando seu uso e guarda;
21. contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados;
22. operar e monitorar os sistemas e equipamentos de CFTV disponibilizado pela Contratante;
23. não permitir o acesso de vendedores de qualquer natureza, sem prévia autorização da Administração;
24. não permitir que pessoas estranhas ao serviço permaneçam no local de trabalho e/ou realizem ligações telefônicas desse ambiente;
25. controlar a entrada e saída de equipamentos pertencentes ao patrimônio da instituição, não permitindo a saída de qualquer material, móvel e/ou equipamento, sem prévia autorização da Administração;
26. comunicar-se, transmitir recados, lidar com o público e operar rádio, interfonos e sistema telefônico (ramal);
27. operar rádios comunicadores ou celulares para se comunicar com os demais postos e com os colaboradores da Contratada;
28. comunicar às autoridades competentes qualquer irregularidade verificada;
29. zelar pela ordem, segurança e organização da área sob sua responsabilidade, nas Instalações da Contratante;
30. manter limpo o local de trabalho;
31. passar o plantão com todas as chaves conferidas, informando todos os acontecimentos, apresentando relatório ao final do plantão ao Departamento responsável pelos serviços;
32. desempenhar com presteza as demais atribuições pertinentes ao cargo.

UNIFORME

Conjunto completo contendo as seguintes peças:

- 03 (três) calças sociais em tecido Oxford de boa qualidade na cor preta
- 03 (três) camisas sociais de botão e manga curta com o logotipo da empresa, opções de cor: verde musgo, verde bandeira, cinza chumbo, opções de tecido: tricoline (65% poliéster e 35% algodão) ou malha PV (67% poliéster e 33% viscose), de primeira qualidade;
- 02 (duas) jaquetas forrada na cor preta, de boa qualidade, com o logotipo da empresa;
- 02 (dois) pares de sapato social de couro legítimo na cor preta;
- 05 (cinco) pares de meia, tipo social na cor preta;
- 02 (dois) cintos de couro de boa qualidade, na cor preta;
- 01 (um) crachá com foto, 100% em PVC, com película de PVC transparente fundida sobre o crachá, com nome completo, empresa prestadora, função e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário;
- 01 (um) Porta-crachá rígido, branco transparente, injetado em plástico;
- 01 (um) cordão personalizado para crachá, em poliéster, com a identificação da empresa prestadora;

Estudo Técnico Preliminar 60/2023 – Anexo I

Fornecimento de um conjunto completo no início da prestação dos serviços, devendo ser substituído a cada 12 meses ou a qualquer tempo, completa ou parcialmente, sempre que não se apresentar em condições adequadas de utilização.	
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)	
A contratada deverá fornecer os equipamentos de proteção necessários para a prevenção de contaminação pela COVID-19, tais como máscaras, protetor facial, entre outros.	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	
Não há.	
ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS PARA CADA UNIDADE CONTRATANTE	
Campus Muriaé	<p>Considerando que o Campus Muriaé possui 02 (duas) unidades (unidade Barra e Unidade Rural) e consequentemente duas guaritas e dois portões de acesso, conforme a experiência de contratações anteriores, se faz necessário a seguinte contratação:</p> <p>1 - Porteiro diurno (12x36), para funcionamento todos os dias da semana, das 6h às 18h, totalizando 02 (dois) postos para o turno diurno, sendo 01 posto para unidade barra e 01 posto para unidade rural.</p> <p>2 - Porteiro Diurno (44 horas semanais), de segunda a sexta feira, no quantitativo de 01 posto, no período de 10 meses por ano (fevereiro a novembro), para atender à unidade Barra.</p>
LEVANTAMENTO DE MERCADO	
Tendo em vista que a Administração não possui entre as atribuições dos cargos que compõem o PCCTAE o serviço ora mencionado, a solução que melhor atende o interesse do IF Sudeste MG é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra.	
ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO	
Conforme descrito no levantamento de mercado, o modo usual para a prestação dos serviços é a alocação de pessoal na realização das atividades, mediante a disponibilização de mão de obra exclusiva. Não se vislumbra, até o presente momento, outras soluções que atendam às necessidades da instituição.	
DEFINIÇÃO DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS	
<p>A quantidade a ser contratada pelo Campus Muriaé, tem por base as contratações anteriores para o serviço de porteiro diurno, Pregão 08/2018, contrato 08/2018, em que prevê:</p> <p>-> 02 (dois) postos de porteiro diurno, trabalhando em escala de revezamento de 12 x 36 horas, das 6h às 18h, todos os dias da semana, para atender as Unidades Barra e Rural.</p> <p>-> 01 (um) posto de trabalho de porteiro diurno (44 horas semanais), durante o período de 10 (dez) meses por ano (fevereiro a novembro), para atender à unidade Barra.</p>	
CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	
Exige-se a observação dos critérios estabelecidos na legislação vigente, exigindo-se da empresa prestadora do serviço treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.	

Estudo Técnico Preliminar 60/2023 – Anexo I

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ANEXO		
Nome	Siape	Unidade
Fernando de Oliveira Rocha	2054053	Campus Muriaé

Anexo II - ESPECIFICIDADES SERVIÇO VIGIA.pdf

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo II

DADOS BÁSICOS	
Tipo de Serviço	Campus Muriaé: Vigia Noturno
Categoria Profissional	Vigia
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5174-20
Convenção Coletiva de Trabalho (referencial)	Muriaé: MG000221/2023 *Se no momento da licitação, houver Convenção Coletiva de Trabalho mais recente, as empresas licitantes deverão sempre considerar o documento atual.
Regime de horas de trabalho	Campus Muriaé: 02 (dois) postos de serviço, escala de revezamento 12x36 horas, todos os dias da semana, das 19h às 07h.
Previsão para início das atividades	31/08/2023
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS	
<ol style="list-style-type: none">1. realizar rondas periódicas em todos os pavimentos dos edifícios durante o período noturno e observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança dentro do escopo de funções do vigia;2. controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e colaboradores após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documentos próprios, na conformidade do que venha a ser estabelecido pela Contratante;3. zelar pela segurança e manutenção da ordem nas instalações da Contratante;4. acompanhar e revistar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos;5. comunicar imediatamente à Administração, bem como ao preposto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;6. permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;7. proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Contratante;8. fiscalizar a entrada e saída de materiais, mediante conferência das notas fiscais ou de controles próprios da Contratante;9. operar e monitorar os sistemas e equipamentos de CFTV disponibilizado pela Contratante;10. operar rádios comunicadores ou celulares para se comunicar com os demais postos e com os colaboradores da Contratada;11. colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;12. colaborar nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando à manutenção das	

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo II

condições de segurança;

13. repassar para o vigilante/porteiro que assumirá o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;

14. manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

15. acionar a iluminação dos pontos predeterminados pela Contratante e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;

16. verificar sistematicamente se as chaves gerais, fusíveis, tomadas, etc. encontram-se em perfeito funcionamento e adotar medidas tendentes a evitar incêndios ou a extingui-los;

17. proceder, ao final de cada turno de trabalho, vistoria dos prédios, do ponto de vista de segurança, verificando as portas e janelas, ligando ou desligando chaves de circuitos elétricos e aparelhos em geral, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário e quaisquer outras irregularidades;

18. responder, junto à Contratada, pelos bens patrimoniais da Contratante, eventualmente sob sua guarda, em casos de dano ou desaparecimento;

19. manter afixado no posto de serviço, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

20. fiscalizar a entrada e saída de veículos oficiais, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares na área interna da instituição, mantendo sempre os portões fechados;

21. auxiliar os porteiros no controle da portaria, fiscalizando a entrada e saída de alunos, servidores e terceiros que venham a adentrar nas dependências da instituição;

22. fazer manutenções simples no local de trabalho.

23. registrar e controlar diariamente as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;

2.4. realizar demais serviços pertinentes à atividade.

UNIFORME

Conjunto completo contendo as seguintes peças:

03 (três) calças sociais em tecido Oxford de boa qualidade na cor preta

03 (três) camisas sociais de botão e manga curta com o logotipo da empresa, opções de cor: verde musgo, verde bandeira, cinza chumbo, opções de tecido: tricoline (65% poliéster e 35% algodão) ou malha PV (67% poliéster e 33% viscose), de primeira qualidade;

02 (duas) jaquetas forrada na cor preta, de boa qualidade, com o logotipo da empresa;

02 (dois) pares de sapato social de couro legítimo na cor preta;

05 (cinco) pares de meia, tipo social na cor preta;

02 (dois) cintos de couro de boa qualidade, na cor preta (item obrigatório apenas para a Reitoria e para o Campus Manhauçu);

01 (um) crachá com foto, 100% em PVC, com película de PVC transparente fundida sobre o crachá, com nome completo, empresa prestadora, função e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário;

01 (um) Porta-crachá rígido, branco transparente, injetado em plástico;

01 (um) cordão personalizado para crachá, em poliéster, com a identificação da empresa prestadora.

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo II

Fornecimento de um conjunto completo no início da prestação dos serviços, devendo ser substituído a cada 12 meses ou a qualquer tempo, completa ou parcialmente, sempre que não se apresentar em condições adequadas de utilização.		
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)		
Não se vislumbra necessidade de utilização de EPI.		
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS		
Serão exigidos os seguintes itens para o serviço de vigia noturno: <ul style="list-style-type: none">• 04 Lanternas: 01 por colaborador.• 04 Apitos: 01 por colaborador		
ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS PARA CADA UNIDADE CONTRATANTE		
O campus Muriaé possui duas Unidades: a) Unidade Rural: BR 116, Km 706 - Bairro Sofocó - Muriaé/MG b) Unidade Barra: Av. Monteiro de Castro, nº 550, Bairro Barra, Muriaé/MG. Desta forma, os serviços deverão ser prestados nas duas unidades. As demais especificidades dos serviços estão inseridas na seção “ descrição das atividades a serem realizadas”.		
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
Tendo em vista que a Administração não possui entre as atribuições dos cargos que compõem o PCCTAE o serviço ora mencionado, a solução que melhor atende o interesse do IF Sudeste MG é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra.		
ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO		
Conforme descrito no levantamento de mercado, o modo usual para a prestação dos serviços é a alocação de pessoal na realização das atividades, mediante a disponibilização de mão de obra exclusiva. Não se vislumbram, até o presente momento, outras soluções que atendam às necessidades da instituição.		
DEFINIÇÃO DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS		
A quantidade a ser contratada pelo Campus Muriaé tem por base as contratações anteriores para o serviço de vigia noturno, Pregão 02/2018, em que prevê 02 postos de vigia noturno, trabalhando em escala de revezamento de 12x36 horas, das 18h às 06h, totalizando 02 (dois) trabalhadores. Os dois postos de serviço visam atender à necessidade da cobertura das Unidades Barra e Rural do IF Sudeste MG Campus Muriaé.		
CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE		
Exige-se a observação dos critérios estabelecidos na legislação vigente, exigindo-se da empresa prestadora do serviço treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais.		
RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ANEXO		
Nome	Siape	Unidade

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo II

Fernando de Oliveira Rocha	2054053	Campus Muriaé
----------------------------	---------	---------------

**Anexo III - ESPECIFICIDADES SERVIÇOS DE
LIMPEZA.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

DADOS BÁSICOS	
Tipo de Serviço	Limpeza
Categoria Profissional	Limpeza
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
Convenção Coletiva de Trabalho (referencial) "Se no momento da licitação, houver Convenção Coletiva de Trabalho mais recente, as empresas licitantes deverão sempre considerar o documento atual	MG000433/2023- Manhauçu
Regime de horas de trabalho	Manhauçu: 44 horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, entre 06h e 22h, a depender do funcionamento da unidade poderá haver prestação de serviços aos sábados.
Previsão para início das atividades	Campus Manhauçu: 01/12/2023
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS	
As atividades a serem realizadas com a contratação de serviços de limpeza são aquelas previstas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 (Revogada pela IN nº 5, de 26 de maio de 2017), podendo as mesmas serem utilizadas no todo ou em partes para atendimento às demandas dessa Administração.	

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

UNIFORME
<p>Conjunto completo contendo as seguintes peças:</p> <p>Crachá em PVC com: foto recente, nome da contratada, descrição do cargo e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário. Deverão aparecer, também, os dizeres: “A serviço do Campus Manhuaçu do IF Sudeste MG”.</p> <p>Fornecimento de um conjunto completo no início da prestação dos serviços, devendo ser substituído a cada 12 meses ou a qualquer tempo, completa ou parcialmente, sempre que não se apresentar em condições adequadas de utilização.</p>

<p>Uniformes Campus Manhuaçu:</p> <p>O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:</p>			
Auxiliar de Limpeza	Calça	Em brim com elástico, bolsos traseiros chapados, cor padrão da empresa.	Duas peças no início do contrato
	Camisa	Preferencialmente com 100% algodão, material reforçado, cor padrão da empresa, com logomarca da empresa.	Três peças no início do contrato.

	Jaqueta	Em nylon ou similar, forrada, cor padrão da empresa com logomarca.	01 por ano
	Meia	Predominantemente e em algodão	04 pares por ano
	Crachá	Crachá de Identificação	01 por ano
	Bota	Par de botas, em couro ou similar, cano curto, cor preta, solado de borracha antiderrapante	01 por ano

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Os EPIs deverão ser aqueles inerentes à categoria e terem como base as atividades a serem desempenhadas, podendo ser acrescidos ou suprimidos durante a elaboração do Termo de Referência. Deverão estar de acordo com as normas vigentes no momento da contratação, ser disponibilizados no início do contrato e a cada período de tempo que as normas regulamentadoras assim exigirem ou a qualquer tempo quando houver a necessidade de substituição. Dentre eles citamos:

- 1- Óculos para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes,
- 2- Respirador purificador de ar não motorizado semifacial ou facial inteira para proteção das vias respiratórias contra agentes químicos e biológicos,
- 3- Luvas para proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes; luvas para proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes;
- 4- Luvas para proteção das mãos contra umidade, agentes químicos e biológicos;
- 5- Calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes;
- 6- Calçado para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água e contra respingos de produtos químicos;

Deverão ser fornecidos os EPI's com certificado de aprovação, conforme descrição abaixo:

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS – EPI'S

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
Luva de proteção nitrílica	12 pares de luvas por posto/ano	proteção das mãos do usuário contra agentes químicos tais como os de classe a - tipo 1:agressivos ácidos, tipo 2: agressivos básicos; classe b - detergentes, sabões, amoníaco e similares e classe c - tipo 3: álcoois, tipo 5: cetonas e tipo 6: ácidos orgânicos.
Óculos de proteção incolor	01 por posto/ano	Para proteção dos olhos do usuário contra respingos de produtos químicos ao fazer a diluição.

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

Calçado de segurança	01 par por posto/ano	bota em pvc, impermeável solado antiderrapante.
Calçado de segurança	01 par por posto/ano	Em couro, impermeável, solado antiderrapante.
Avental impermeável	01 por posto/ano	Avental impermeável em PVC.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

1) Para os serviços de limpeza e conservação serão necessários os seguintes equipamentos:

CAMPUS MANHUAÇU

- 01 escadas de 7 degraus - vida útil: 36 meses;
- 01 escadas de 03 degraus;
- 01 mangueiras de 40 metros (com bico) - vida útil: 24 meses;
- 01 lavadora de alta pressão - vida útil: 60 meses.

2) Para os serviços de limpeza e conservação os materiais necessários serão os contidos no anexo materiais:

Obs: Na implementação dos serviços de Limpeza e conservação, o acondicionamento e guarda dos materiais e/ou equipamentos ficará a cargo da contratante que disponibilizará um local destinado exclusivamente para essa finalidade, sendo que os mesmos deverão ser imediatamente distribuídos de forma a não serem criados estoques paralelos.

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS

ESPECIFICIDADES GERAIS DE TODAS AS UNIDADES/ NOS CASOS EM QUE EXISTAM OS RESPECTIVOS AMBIENTES

SUGESTÃO DE LIMPEZA NAS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO INTERNA (Áreas internas com espaços livres, áreas como hall/saguão e corredores revestidos com pisos frios).

a) diariamente, uma vez, quando não explicitado:

- Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, bancos, cadeiras, peitoris, caixilhos das janelas, persianas, aparelhos eletroeletrônicos (telefones, monitores, computadores, etc.), bem como dos demais móveis existentes e extintores de incêndio;
- Proceder à lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
- Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- Limpar os elevadores com produtos adequados;
- Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos adequados, removendo-os para local indicado pela Administração;
- Limpar os corrimãos;
- Varrer pisos removendo os detritos, acondicionando-os apropriadamente e retirando os para local indicado pelo Contratante;
- Varrer os pisos de cimento;
- Remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- Passar pano úmido e polir os pisos Paviflex, mármore, cerâmica, marmorite, plurigoma e similares;
- Limpar/ remover o pó de capachos e tapetes;
- Executar de forma completa e eficiente os serviços de limpeza e conservação dos equipamentos e utensílios, instalações e dependências das copas;
- Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados de maneira contínua, sem causar prejuízo ao andamento normal dos serviços, ficando sob a total responsabilidade da Contratada toda e qualquer área que esteja por ela sendo utilizada;
- Recolocar rigorosamente em seus devidos lugares todos os materiais de copa ou qualquer outro existente, principalmente copos, xícaras e talheres usados, bem como providenciar para que todas as janelas sejam fechadas, as luzes apagadas e os equipamentos elétricos desligados.
- Lavagem diária de todos os talheres, copos, pratos etc., quando utilizados;

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

- As copas deverão ser varridas e lavadas tantas vezes quantas forem necessárias;
- Descartar adequadamente as embalagens usadas, bem como os demais resíduos;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

b) diariamente, duas vezes, quando não explicitado:

- Fazer a coleta dos resíduos no mínimo 02 (duas) vezes ao dia, mantendo os cestos isentos de detritos, que devem ser acondicionados em saco plástico de 100 (cem) litros e removidos para local indicado pela Contratante;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

c) semanalmente, uma vez, quando não explicitado:

- Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- Limpar portas, barras e batentes com produto adequado;
- Limpar telefones com produto adequado, fazendo a limpeza de bocais (e outras partes manuseadas) com produtos hipoalergênicos, usando álcool 70%;
- Limpar e polir todos os metais — tais como torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc. — com produto adequado, procurando fazer uso de polidores de baixa toxicidade ou atóxicos;
- Remover o pó de cortinas e persianas, com espanador;
- Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral;
- Higienizar os cestos;
- Encerar / lustrar os pisos de madeira, bem como pisos do tipo Paviflex, plurigoma e similares;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

d) mensalmente, uma vez, quando não explicitado:

- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- Limpar forros, paredes e rodapés;
- Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- Limpar persianas com produtos adequados;
- Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr, etc.);
- Lavar e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Remover manchas de paredes;
- Retirar o pó e resíduos dos quadros em geral;

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

- Aspirar pó de cadeiras em tecido e efetuar a limpeza com o produto apropriado;

- Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- Limpar / remover manchas de forros, paredes e rodapés;
- Remover o pó de cortinas e persianas, com equipamentos e acessórios adequados;
- Proceder à limpeza completa de todo o auditório, envolvendo carpete, cadeiras, balcão, paredes, portas e demais móveis/equipamentos que o compõem;
- Limpar livros e periódicos, estantes e armários pertencentes à biblioteca;
- Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês;
- Lavagem semanal de todos os talheres, copos, pratos etc.;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

e) **trimestralmente**, uma vez, quando não explicitado:

- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, lâmpadas, aletas e difusores;
- Limpar forros, paredes e rodapés;
- Limpar persianas com produtos, equipamentos e acessórios adequados;
- Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência trimestral.

SUGESTÃO DE LIMPEZA NAS SALAS E ANDARES ADMINISTRATIVOS

a) **Semanalmente**, duas vezes, quando não explicitado:

- Remover, com pano úmido, o pó das mesas;
- Remover com flanela o pó dos aparelhos eletroeletrônicos (telefones, monitores, computadores, etc.);
- Varrer, passar pano úmido nos pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Passar pano úmido e polir os balcões de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer os pisos;
- Passar pano úmido com álcool 70% nos tampos das mesas e assentos;
- Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar os azulejos e os pisos com saneantes domissanitários, desinfetantes, mantendo-os em adequadas condições de higienização;
- Limpar telefones com produto adequado, evitando fazer a limpeza de bocais (e outras partes manuseáveis) com produto alergênico, usando álcool 70%;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, extintores de incêndio e caixilhos das janelas;
- Remover, com pano úmido, o pó dos armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, etc.;
- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- Fazer a coleta do lixo, sendo que o papel, dentre outros resíduos a serem definidos pela Contratante.
- Lavar cestos de lixo;

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

SUGESTÃO DE LIMPEZA NAS ÁREAS EXTERNAS: CALÇADAS E DEMAIS ÁREAS DE CIRCULAÇÃO EXTERNA

a) diariamente, uma vez, quando não explicitado:

- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer as áreas pavimentadas;
- Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os
- para local indicado pela Administração;
- Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN
- MARE no 06 de 03 de novembro de 1995.
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

b) semanalmente, duas vezes, quando não explicitado:

- Varrer o entorno do prédio (passeio, calçadas e estacionamento);
- Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- Executar demais serviços considerados à frequência semanal.

b) semanalmente, três vezes, quando não explicitado:

- Recolher o lixo das lixeiras externas.
- Executar demais serviços considerados à frequência semanal.

c) mensalmente, uma vez, quando não explicitado:

- Lavar o entorno do prédio (passeio e calçadas);
- Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;
- Realizar limpeza da quadra esportiva;
- Executar demais serviços considerados à frequência semanal.

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

LEVANTAMENTO DE MERCADO

O tipo de solução a contratar foi escolhido analisando-se procedimentos de contratações anteriores do Campus IF Sudeste MG e de outras Instituições que adotam a mesma forma de contratação de serviços.

A contratação de serviços especializados de limpeza segue as diretrizes comuns para terceirização de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva.

O modelo de contratação é definido no ANEXO VI-B da IN 05/2017- SEGES-ME, o que basicamente padroniza para APF que o serviço de limpeza será prestado nos seguintes moldes:

ANEXO VI-B da IN 05/2017- SEGES-ME

2.Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado,observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

ANÁLISE DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

A solução encontrada se limita a terceirização do serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, como apresentado no item levantamento de mercado, chegou-se a buscar contratações deste serviço por demanda, o que não foi encontrado.

Essa equipe de planejamento chegou a conclusão que por se tratar de um serviço de difícil previsibilidade de suas tarefas e que acontecem no dia a dia da rotina de uma empresa ou repartição pública, considerando ainda que este tipo de serviço não possa ser prestado de forma remota, a única solução possível é a contratação via terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra, onde é preconizada através da IN 05/2017:

Art. 17. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exig" a, dentre outros requisitos, que:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e

DEFINIÇÃO DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

O número de postos foi definido de acordo com o cálculo das áreas a serem limpas, a frequência das mesmas e a produtividade, seguindo o que preconiza o ANEXO VI-B da IN 05/2017- SEGES-ME postos conforme planilha de áreas e produtividades. Considerando ainda disponibilidade orçamentária. Como o Campus Manhuaçu já possui contrato de 02 postos com insalubridade, **será necessária a contratação de 01 posto sem insalubridade.**

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

Racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

Treinamento e capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício e de poluição;

Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades;

Disposição final e ambientalmente adequada para as embalagens, resíduos, peças e equipamentos após o uso; em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 — que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Realizar a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 10.936/2022 e IN/MARE nº 6/1995;

Conforme instruções do Guia Nacional de Contratação Sustentável, 04ª Edição/Agosto 2021, a contratada deverá:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

- b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
- b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
- g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.
- Utilizar materiais biodegradáveis, no que couber;
- Aplica-se ao Termo de Referência, no que venha ser aplicável, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais;
- Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego — MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.
- A CONTRATADA deverá observar as exigências legais de sustentabilidade social na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços;
- Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial o que consta da Norma

Estudo Técnico Preliminar 60/2023– Anexo III

Regulamentadora nº 6 do MTE;

Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe:

A Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º;

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE ANEXO

Nome	Siape	Unidade
Wênnia Antunes Baia Bérbert	2357602	Manhuaçu

**Anexo IV - CONVENÇÕES COLETIVAS DOS SERVIÇOS.
pdf**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG000221/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/01/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001025/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13621.101368/2023-23
DATA DO PROTOCOLO: 24/01/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE CATAGUASES E REGIAO - MG, CNPJ n. 04.664.914/0001-08, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GABRIEL VEIGA PUSSENTE;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 16.844.557/0001-49, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). JORGE EUGENIO NETO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de todos os empregados em empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Além Paraíba/MG, Astolfo Dutra/MG, Cataguases/MG, Leopoldina/MG, Muriaé/MG, Santana de Cataguases/MG, Ubá/MG e Visconde do Rio Branco/MG**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir de **1º de janeiro de 2023**, nenhum integrante das categorias profissionais representadas, neste instrumento, pelo SINTHAC, não poderá receber salário mensal inferior ao salário mínimo e/ou aos pisos abaixo discriminados, inclusive, para os trabalhadores que prestam serviços na jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

01	Piso salarial mínimo da classe	R\$ 1.394,24
02	Faxineiro, Servente, Garçom, Camareira, Arrumadeira ou Copeira	R\$ 1.394,24
03	Limpador de caixas d'água, trabalhador braçal e agente de campo	R\$ 1.394,24
04	Contínuo ou office-boy	R\$ 1.394,24
05	Limpador de Vidros	R\$ 1.450,82
06	Trabalhador em Cemitério, respeitados os valores fixados nos números 07 a 28	R\$ 1.463,95
07	Ascensorista	R\$ 1.463,95
08	Capineiro, manutenção e limpeza de bosques, hortos etc.	R\$ 1.463,95
09	Coveiro	R\$ 1.617,18
10	Porteiro, Monitor externo	R\$ 1.714,91
11	Vigia	R\$ 1.714,91
12	Controlador de Acesso ou de Piso	R\$ 1.714,91
13	Trabalhador em Postos de Pedágio ou Similar	R\$ 1.714,91
14	Auxiliar de Jardinagem, inclusive manutenção e poda de gramados	R\$ 1.714,91
15	Faxineiro limpeza técnica industrial na indústria automobilística	R\$ 1.841,74
16	Jardineiro	R\$ 1.844,59
17	Almoxarife	R\$ 1.844,59
18	Pessoal da administração	R\$ 1.949,29
19	Dedetizador	R\$ 1.978,93
20	Agente de Campo para combate à Dengue e Leishmaniose	R\$ 1.978,93
21	Encarregado	R\$ 1.978,93
22	Zelador	R\$ 1.978,93
23	Manobrista / Garagista	R\$ 1.978,93
24	Auxiliar de operador de carga	R\$ 2.057,93
25	Operador de Varredeira Veicular Industrial	R\$ 2.184,10

26	Recepcionista ou atendente (CBO Nº 39.410)	R\$ 2.274,41
27	Supervisor	R\$ 2.569,88
28	Líder de limpeza técnica industrial na indústria automobilística	R\$ 2.927,40
29	Vigia Orgânico	R\$ 2.034,91
30	Bilheteiro	R\$ 2.180,95
31	Auxiliar Agropecuário	R\$ 1.559,48
32	Assistente Administrativo Operacional	R\$ 1.640,00
33	Agente Comunitário de Saúde	R\$ 1.559,48

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É permitida a contratação de jornada de trabalho inferior à estabelecida em lei com a redução dos pisos acima fixados proporcionalmente às horas trabalhadas, exceto para a jornada de 12x36, nos termos do *caput*. Os pisos acima poderão ser fixados proporcionalmente às horas trabalhadas para os trabalhadores contratados pelo regime de tempo parcial (art. 58-A da CLT) e por contrato de trabalho de prestação intermitente (art. 452-A da CLT).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Respeitados os pisos salariais acima, fica facultado às empresas conceder, ainda, gratificação ou remuneração diferenciada, a seu critério, em razão de o trabalho ser exercido em postos considerados “especiais”, ou ainda em decorrência de contrato ou exigência determinada pelo cliente - tomador dos serviços - diferenciações essas que, com base no direito à livre negociação, prevalecerão somente enquanto o empregado estiver prestando serviços nas situações aqui previstas, sendo que não servirão de base para fins de isonomia (art. 461 da CLT).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pisos a que se referem os números 15 “*Faxineiro em limpeza técnica industrial na indústria automobilística*” e 28 “*Líder de limpeza técnica industrial na indústria automobilística*” da tabela constante do *caput* desta cláusula, somente serão aplicados aos empregados que exercem os cargos ali mencionados em áreas das indústrias automobilísticas.

PARÁGRAFO QUARTO - O piso salarial a que se refere o número 18 “*Pessoal da administração*” da tabela constante do *caput* desta cláusula é devido aos empregados administrativos, aqueles que exercem outras funções que não aquelas discriminadas nos demais itens (de 01 até 33) e que prestam serviços nas dependências da empregadora ou, se for o caso, em suas subseções.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas que exigirem de seus empregados o uso de “*bip*”, de “*paggers*”, de telefones celulares, pagarão a eles 01 (um) adicional de **10% (dez por cento)** incidente sobre o salário nominal, desde que a utilização dos mesmos se dê além da jornada normal de trabalho.

PARÁGRAFO SEXTO - O piso salarial a que se refere o número 26 da tabela constante do *caput* será aplicado às “*Recepcionistas ou atendentes*” que laborarem em jornada de 8 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitado o limite legal semanal.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A função de “*Limpador de vidros*” é aquela em que o empregado é contratado exclusivamente para limpeza de fachadas envidraçadas.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários da categoria profissional representada pelo SINTHAC serão corrigidos em **1º janeiro de 2023**, pela aplicação do percentual de **6,5% (seis vírgula cinco por cento)** a incidir sobre os salários do mês de **janeiro de 2022**, permitida a aplicação proporcional aos empregados admitidos a partir de **01/02/2022**, assegurado, contudo, os pisos estabelecidos na Cláusula “PISOS SALARIAIS” desta Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ressalvados os índices de reajustes e valores específicos previstos e fixados em outras cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho todos os demais benefícios fixados neste instrumento e aqueles decorrentes de liberalidade do empregador ou por diferenciação verificada em razão de particularidades dos contratos de prestação de serviços firmados junto aos tomadores de serviços, serão, também, corrigidos pela aplicação do índice fixado no *caput* desta cláusula.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

No ato do pagamento dos salários, a empresa fica obrigada a fornecer aos empregados cópia do recibo salarial, na forma física ou eletrônica, no qual deverá ser discriminado o valor destacado de cada parcela salarial e das demais vantagens, ainda que não tenham natureza salarial, que lhe estão sendo pagas, bem como a base de cálculo para o recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias e de todos os valores que lhe estão sendo descontados, incluídas as consignações.

PARÁGRAFO ÚNICO - O comprovante de depósito bancário identificado de salário e benefícios possui valor de recibo e exime a obrigatoriedade de assinatura do funcionário no contracheque, desde que esteja descrito e identificado no comprovante depósito.

CLÁUSULA SEXTA - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO - MULTA

Em caso de mora, as Empresas incorrerão em multa correspondente a **8% (oito por cento)** por mês de atraso, *pro rata die*, na razão de **0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento)** ao dia, a incidir sobre o valor devido, para cada empregado e revertida diretamente a ele, limitada ao valor do principal.

CLÁUSULA SÉTIMA - 5º DIA ÚTIL BANCÁRIO

Faculta-se às empresas efetuar o pagamento dos salários a seus empregados até o 5º (quinto) dia útil bancário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento em cheque, no último dia do prazo, deverá, obrigatoriamente, ocorrer durante o expediente bancário e em tempo hábil para permitir o desconto do cheque na agência bancária, sob pena de se caracterizar mora.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Incidirá em mora, também, a não quitação integral do salário no prazo fixado no *caput*.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DO MAIOR SALÁRIO DA CCT ANTERIOR

Exclusivamente no mês de **janeiro de 2023**, os salários dos empregados da área administrativa e manutenção (pedreiros, mecânicos, bombeiros, eletricitas, marceneiros, pintores, soldadores e demais empregados da manutenção), que resultarem da correção salarial desta convenção não poderá ser inferior ao maior salário percebido pelo empregado durante a convenção anterior, em percentual do salário mínimo.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

A hora extraordinária será remunerada com **50% (cinquenta por cento)** de acréscimo em relação à hora normal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os empregados que trabalharem em dias de repouso, também assim considerados os feriados, perceberão todas as horas trabalhadas com acréscimo de **100% (cem por cento)**, exceto os que laborarem na jornada 12x36 que observarão as regras específicas relativas a essa jornada.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS E COLETIVOS

Fica convencionado por esta Convenção Coletiva de Trabalho, até que sobrevenha regulamentação específica, de forma a se atender o disposto nos artigos 190 e 192 da CLT, estabelecendo os critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, que as empresas realizarão o pagamento do adicional de insalubridade, em grau máximo, ou seja, no percentual de **40% (quarenta por cento)** sobre o salário mínimo, para os trabalhadores que efetivamente realizam a limpeza de banheiros públicos ou de uso coletivo de grande circulação, bem como a respectiva coleta de lixo do banheiro na forma do inciso II da Súmula 448 do TST.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Entende-se por banheiro público aquele que tem acesso livre e irrestrito dos usuários à instalação sanitária, ainda que haja cobrança de taxa para acesso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Entende-se por banheiro de grande circulação aquele de utilização efetiva igual ou superior a 99 (noventa e nove) pessoas por dia, independentemente da quantidade de banheiros limpos por cada empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento do adicional de insalubridade deverá ser feito observando-se a proporcionalidade da jornada efetivamente laborada na condição insalubre, eis que se trata de salário-condição.

PARÁGRAFO QUARTO - Cessada a condição insalubre, devidamente comprovada através da emissão de novo PPRA ou outro laudo apropriado, o adicional de insalubridade não será mais devido, ou caso seja apurado outro grau de insalubridade por este mesmo documento deverá a empresa pagar o percentual novo apurado.

PARÁGRAFO QUINTO - A limpeza de banheiros de condomínio não se enquadra como insalubre.

PARÁGRAFO SEXTO - Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade, devendo o empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL POR ACÚMULO DE FUNÇÃO

Quando devidamente autorizado pelo empregador, o empregado que venha a exercer outro cargo, cumulativamente com suas funções contratuais, terá direito a percepção de adicional correspondente a, no mínimo, **12% (doze por cento)** do salário contratado, **podendo haver negociação exclusivamente entre as partes para percentual acima do definido nesta cláusula**, respeitado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, adicional este a incidir sobre as horas efetivamente trabalhadas na função acumulada, acrescido dos respectivos reflexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL NOTURNO

Fica ajustado que os empregados abrangidos por esta convenção, quando prestarem serviço entre 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas) fará jus ao adicional noturno de **39% (trinta e nove por cento)** sobre o valor do salário hora normal, em razão das peculiaridades do serviço, fica a hora noturna fixada em 60 (sessenta) minutos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em

horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas).

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TICKET ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO

Com base no direito à livre negociação prevista na Constituição Federal, bem como nas especificidades próprias do segmento de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente, as partes convenientes ajustam que a partir de **01/01/2023, o Ticket Alimentação / Refeição será no valor mínimo de R\$ 26,14 (vinte e seis reais e quatorze centavos), por dia efetivamente trabalhado**, aos empregados que laborarem em jornada mensal, já compreendidos os dias de repouso semanais remunerados, igual ou superior a 190 (cento e noventa) horas ou em jornada especial de 12x36 horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considera-se "*dia efetivamente trabalhado*" para fins do *caput* desta cláusula, a jornada diária superior a 06 (seis) horas diárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O trabalhador que preste serviços para tomadores distintos, cumprindo jornadas inferiores àquelas referidas no *caput*, ainda que o somatório do total das horas laboradas alcance 190 (cento e noventa) horas mensais, não fará jus ao recebimento do Ticket Alimentação / Refeição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Faculta-se às empresas promoverem o desconto em folha do percentual de até **20% (vinte por cento)** do valor do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO - Ficam mantidos nas mesmas condições em que pactuados, porém, reajustados pelo percentual de **6,5% (seis vírgula cinco por cento)** os Ticket Alimentação/Refeição que, em função das particularidades contratadas junto aos tomadores de serviços, os trabalhadores já vinham recebendo, não podendo, contudo, em hipótese alguma, ter o seu valor diário inferior ao estabelecido no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - Ficam dispensadas do fornecimento do benefício previsto no *caput* desta cláusula as empresas que já fornecem ou venham a fornecer alimentação aos trabalhadores em instalação própria ou pertencente ao tomador de serviços.

PARÁGRAFO SEXTO - O benefício aqui instituído não integrará a remuneração dos trabalhadores para nenhum tipo de finalidade por não se tratar de parcela de natureza salarial.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Em se tratando de contratos firmados com Tomadores cujo faturamento do Ticket Alimentação / Refeição ocorra em forma de reembolso, as empresas prestadoras de serviço comprovarão para seus contratantes o fornecimento do benefício, pela apresentação do extrato de crédito do cartão de benefício, com a descrição nominal dos beneficiários e dos valores correspondentes ao período devido, substituindo-se, assim, o recibo de entrega do referido benefício assinado pelo empregado.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE TRANSPORTE – AUXÍLIO

Tendo em vista as dificuldades administrativas para a aquisição, distribuição em tempo hábil e recolhimento da assinatura dos empregados no recibo de entrega do vale-transporte, decorrentes das peculiaridades próprias do setor de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente, faculta-se às empresas incluir nos contracheques dos seus empregados, de forma destacada como "**Benefício de Transporte**", o valor correspondente à antecipação para despesas de deslocamento residência-trabalho-residência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este benefício, instituído pela Lei 7.418/85, com alteração pela Lei 7.619/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247/87, não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração do empregado para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS, nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para aquelas empresas que optarem pela concessão do vale-transporte na forma prevista no *caput* dessa cláusula, a comprovação do fornecimento do benefício se dará mediante a apresentação da folha analítica e do respectivo comprovante bancário, com a descrição nominal dos beneficiários e dos valores correspondentes ao período devido, substituindo-se, assim, o recibo de entrega do referido benefício assinado pelo empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nas faltas justificadas, serão devidos os vales-transportes, desde que não ultrapassem a 02 (duas) no mês.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR (PAF)

O Programa é uma conquista antiga da categoria profissional, que trabalham nos municípios de: **ALÉM PARAÍBA, CATAGUASES, LEOPOLDINA, MURIAÉ, UBÁ E VISCONDE DO RIO BRANCO**, associado ou não, representada pela utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, sem qualquer desconto ou ônus para os trabalhadores, mas sob a forma de repartição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A utilidade assistência médica, não tem natureza salarial como disposto no art. 458, § 2º, IV, da CLT e será prestada pelo SINTHAC, a quem caberá a organização, a administração e a manutenção do Programa, sem qualquer interferência do SEAC/MG ou de quaisquer empresas ou pessoas estranhas à categoria profissional, cabendo às empresas, obrigatoriamente, contribuir, mensalmente, com a importância de **R\$ 48,04 (quarenta e oito reais e quatro centavos), por empregado**, que será repassado ao SINTHAC até o dia 10 (dez) de cada mês, juntamente com a lista de todos os seus empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Empregado que desejar incluir seus dependentes legais, filhos até 18 (dezoito) anos incompletos, cônjuge ou companheiro(a) contribuirá mensalmente, com a importância de **R\$ 40,00 (quarenta reais)**, que será descontada em folha de pagamento e repassado ao SINTHAC até o dia 10 (dez) do mês subsequente, pelo seu empregador, observado o seguinte:

I - O Empregado deverá manifestar a sua opção junto ao SINTHAC, em formulário próprio e autorizar, prévia e expressamente, a realização do desconto, que será encaminhado, em cópia, para a empresa, ficando 1 (uma) cópia com o empregado e outra na Entidade Sindical Profissional.

II - O desconto a que faz referência o item anterior deverá ser realizado no salário do primeiro mês seguinte ao recebimento da autorização e será de inteira responsabilidade da empresa. A omissão na efetivação do desconto ou do seu repasse ao SINTHAC, fará com que a obrigação pelo pagamento da importância respectiva se reverta à empresa, sem permissão de desconto ou reembolso posterior do trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A empresa que conceder, gratuitamente, idênticos benefícios aos seus empregados e familiares poderá solicitar a isenção do pagamento da importância mencionada nos parágrafos anteriores, desde que comprove mensalmente junto ao SINTHAC a concessão e a prestação continuada do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica estipulada a multa mensal equivalente a **8% (oito por cento)** do valor do benefício previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, pelo não recolhimento de sua contribuição e/ou não remessa da lista de seus empregados, *pro rata die*, limitada ao valor do principal, e por trabalhador, revertida ao SINTHAC, aplicável às empresas que descumprirem a presente Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – Para auxiliar o cumprimento das Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas respectivas alterações, o SINTHAC manterá o convênio com o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho junto ao SEAC/MG, cabendo a este, pois, emitir os atestados médicos ocupacional (admissional, periódico e demissional) sem ônus para os trabalhadores e para as empresas, bem como prestar auxílio técnico às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA) instituídas no âmbito das empresas, bem como outras atribuições ligadas à segurança e medicina do trabalho e, principalmente, ergonômicas, no segmento de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente.

PARÁGRAFO SEXTO – Em contrapartida, a Entidade Sindical Profissional (SINTHAC), com vista na manutenção dos serviços mencionados no parágrafo anterior, destinará, mensalmente, ao SEAC/MG o percentual de **15,5% (quinze vírgula cinco por cento)** do valor recolhido pelas empresas, ou seja, o valor de **R\$ 7,45 (sete reais e quarenta e cinco centavos)**, por empregado constante da lista a que se refere o parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O sindicato profissional deverá encaminhar ao sindicato patronal, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, o extrato da conta referida no parágrafo décimo, para fins de emissão, em 05 (cinco) dias, do boleto de pagamento da parcela referida no parágrafo sexto, cujo vencimento ocorrerá todo dia 15 (quinze), sob pena de multa mensal de **8% (oito por cento)** a incidir sobre os valores a serem repassados.

PARÁGRAFO OITAVO – Para comprovar os pagamentos que se referem os parágrafos primeiro e segundo, o SINTHAC emitirá recibo do valor total recolhido.

PARÁGRAFO NONO - A critério da entidade profissional este benefício poderá ser substituído por plano ODONTOLÓGICO, em qualquer dos municípios acima citados, mantendo as mesmas condições aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O pagamento da contribuição referente ao PAF deverá ser efetuado através da conta do **BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. (BANCOOB), BANCO 756, AGÊNCIA Nº 4149, CONTA CORRENTE Nº 8.435.001-6**, de titularidade do sindicato profissional signatário desta convenção coletiva de trabalho, aberta e mantida exclusivamente para tal finalidade, sendo que eventuais pagamentos realizados através de qualquer outro meio não quitarão a obrigação, ficando a empresa sujeita a novo pagamento, nos termos do art. 308 e seguintes do Código Civil brasileiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Considerando o investimento necessário para o SINTHAC organizar e administrar o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR - (PAF), excepcionalmente, com suporte no art. 611-A da CLT, uma vez que não há redução ou supressão de direitos a que se refere o art. 611-B da CLT, **a vigência desta cláusula será de 3 (três) anos, com início em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2025**, assegurado, entretanto, pelo menos, o reajuste dos valores fixados nos parágrafos primeiro e segundo pelos mesmos índices do reajuste dos salários da categoria, no período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CLÁUSULA COMPENSATÓRIA

Na forma do § 4º, do art. 611-A da CLT, declaram as partes que a procedência total ou parcial de ação anulatória ajuizada exclusivamente por empresas abrangidas por este instrumento da cláusula PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR - (PAF) ou das contribuições fixadas nos parágrafos primeiro e segundo da mesma cláusula, será compensada com a incorporação aos salários dos empregados da empresa autora, quanto aos valores correspondentes que deveriam ser pagos ao SINTHAC, para prestar os serviços assumidos pelo Programa de Assistência Familiar – PAF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A incorporação a que se refere o parágrafo anterior será devida pela empresa autora da referida ação, a partir da data em que a decisão judicial produzir os seus efeitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Por força do princípio da boa-fé (*supressio*), ainda que anulada a cláusula do PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR - (PAF) e/ou aquelas contribuições a que se referem os parágrafos primeiro e segundo da mesma, as partes declaram ter pactuado não haver repetição pelo que o empregador pagou ou repassou ao SINTHAC até a data da decisão, uma vez que desde a data de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, elas não só investiram no Programa de Assistência Familiar – PAF como, também, colocaram à disposição de empregados e empregadores todos os seus serviços.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CRECHE

As Empresas adotarão o sistema de reembolso de despesas efetuadas pelos trabalhadores, em conformidade com a Portaria MTP Nº 671 DE 08/11/2021 do Ministério do Trabalho.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas contratarão Seguro de Vida em favor de todos os seus empregados, sem qualquer ônus para os trabalhadores, com cobertura nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, dentro e fora do trabalho, incluídas indenizações, reparações por acidentes e morte com os valores e condições mínimas abaixo:

I - Por Morte de Qualquer Natureza - Cobertura de, no mínimo, **R\$ 16.959,61 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos)**, sendo beneficiários do seguro, na seguinte ordem, se o empregado falecido for:

a) casado(a), ao CÔNJUGE;

b) solteiro(a), viúvo(a), separado(a) ou divorciado(a) em união estável, comprovada por declaração feita por instrumento público ou reconhecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou por órgão oficial, ao(à) COMPANHEIRO(A);

c) solteiro(a), viúvo(a), separado(a) ou divorciado(a) sem união estável, aos FILHOS em partes iguais;

d) solteiro(a), viúvo(a), separado(a) ou divorciado(a) sem União Estável e sem filhos, aos PAIS e, na falta destes, aos IRMÃOS, em partes iguais.

II) Em caso de invalidez total ou parcial definitiva decorrente de acidente do trabalho, que importe na concessão do benefício da aposentadoria por invalidez, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cobertura do seguro deverá corresponder ao valor de **R\$ 16.959,61 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos)**, que deverá ser pago ao empregado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos documentos comprobatórios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas que não contratarem a apólice de seguro ficarão obrigadas a indenizar diretamente o trabalhador ou aos seus beneficiários o valor da cobertura do seguro, em dobro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente benefício não tem natureza salarial por não constituir contraprestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Poderá a Empresa optar por outra cobertura já existente, caso a apólice contemple um número maior de benefícios, desde que não implique ônus para o Empregado.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - APOSENTADORIA - GARANTIA

Para os empregados que, comprovadamente faltarem até 12 (doze) meses para sua aposentadoria, no sistema de contribuição por tempo de serviço ou idade, fica assegurada a sua permanência no emprego até a data prevista de início da aposentadoria, ressalvadas, ainda, as hipóteses de extinção da empresa/termino de contrato de prestação de serviço do tomador, de justa causa para dispensa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O empregado deverá comprovar para a empresa sua condição implementada para a aposentadoria, mediante documento de contagem de tempo de serviço ou idade emitido pelo INSS no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do aviso prévio (indenizado ou trabalhado), para fazer uso ao benefício previsto no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado que já possua condições para a aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja por tempo de contribuição e não

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Nenhuma disposição em contrato individual de trabalho que contrarie as normas desta convenção poderá prevalecer e será nula de pleno direito, salvo se firmada com a assistência do SINTHAC.

PARAGRAFO ÚNICO – Os contratos e os acordos individuais firmados em face das disposições da Lei 13.467/17 cujas cláusulas não se compreendem nas disposições desta Convenção Coletiva do Trabalho não dependerão do SINTHAC para a sua validade.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO - ACERTO RESCISÓRIO - ASSISTÊNCIA SINDICAL - DOCUMENTOS

O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço só será válido quando feito com a assistência do SINTHAC, sem quaisquer ônus para as empresas e empregados, de forma que é vedada a cobrança de qualquer contribuição, taxa ou similar para a devida “homologação rescisória”.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Independerá de assistência o termo de acordo de extinção do contrato de trabalho e o respectivo recibo de quitação a que se refere o art. 484-A da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A assistência às rescisões do contrato de trabalho só será realizada mediante a exibição dos seguintes documentos:

- a) 5 (cinco) cópias do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), sendo que 2 (duas) serão entregues ao Empregado, 2 (duas) ao empregador e 1 (uma) a SINTHAC;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com as anotações devidamente atualizadas;
- c) Cópia da comunicação da dispensa ou da demissão, acompanhada do aviso prévio, quando for o caso;
- d) Extrato atualizado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do comprovante de recolhimento, se for o caso, dos adicionais devidos pela forma da rescisão do contrato de trabalho;
- e) Comunicação da Dispensa (CD) e Requerimento do Seguro Desemprego (SD);
- f) Atestado Médico Demissional, nos termos da NR-07;
- g) Carta de Referência / Apresentação;
- h) Relação dos salários de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- i) Apresentação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); e
- j) Comprovante de recolhimento das importâncias correspondentes ao auxílio do “**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR (PAF)**”, e das contribuições sindicais e assistenciais, cumprindo às empresas a identificação da respectiva sigla do sindicato (SINTHAC) na CTPS.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Excetua-se da regra prevista no *caput* da presente cláusula, bem como em seu parágrafo primeiro e segundo, as rescisões contratuais dos empregados que estejam lotados em um raio superior a 30 (trinta) km de uma das bases ou sedes sindicais aptas a realizar a homologação da rescisão, ocasião na qual as empresas/empregadores poderão proceder à rescisão contratual sem intervenção sindical, nos moldes dos Artigos 477, 477-A e 477-B da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - MARCAÇÃO DE ACERTO RESCISÓRIO

O Empregador deverá comunicar por escrito ao empregado, no momento da dispensa ou da comunicação da demissão, o dia e a hora em que ele deverá comparecer ao Sindicato Profissional para o recebimento das verbas rescisórias, da CTPS devidamente atualizada e da documentação referente à rescisão, observados os prazos estabelecidos em lei e salvo quanto ao prazo de homologação e entrega de documentos ao empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica garantido às empresas o prazo de até 20 (vinte) dias, para realizar a entrega dos documentos ao empregado, bem como a realizar a homologação da rescisão, quando esta ocorrer fora da cidade Sede ou na Subsele do Sindicato Profissional, sem qualquer penalidade legal ou convencional ao empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO INDIRETA

O descumprimento pelo empregador de qualquer cláusula prevista nesta Convenção autoriza ao Empregado considerar rescindido o contrato e pleitear a sua rescisão e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DEFICIENTES FÍSICO

As empresas darão cumprimento à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na forma da legislação em vigor, na contratação dos portadores de deficiência física, assim como envolverão esforços para possibilitar a contratação de albergados e ex-detentos, desde que, comprovadamente, demonstrem condições objetivas de reintegração na sociedade.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

As Empresas prestarão assistência jurídica a seus Empregados que exercerem as funções de vigia e porteiro quando os mesmos, no exercício de suas funções e em defesa dos legítimos interesses e direitos da empresa, incidirem na prática de atos que os levem a responder ação penal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - QUADRO DE AVISO

Será permitida pelas empresas a colocação de cartazes, correspondências, convocações do SINTHAC, em seus quadros de avisos sempre que solicitadas e desde que não sejam ofensivas a qualquer pessoa (natural ou jurídica) nem atentem contra os bons costumes e a moral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de qualquer documento ou sua devolução à Empresa ou ao Empregado, deverá ser formalizada com recibo em 02 (duas) vias assinadas pelo Empregador e pelo Empregado, cabendo 01 (uma) cópia a cada parte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador o qual terá o prazo de até 04 (quatro) dias úteis para nela realizarem as anotações definidas na legislação, caso a empresa tenha sede ou escritório de representação na base territorial abrangida por esta convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo será de até 06 (seis) dias úteis caso a empresa não possua sede ou escritório de representação na base territorial abrangida por esta convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DIA DO TRABALHADOR

Fica instituída a **segunda-feira de carnaval como sendo o Dia dos Trabalhadores abrangidos por esta Convenção**, sendo garantida a remuneração dobrada das horas laboradas neste dia, além do salário normal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CARTA DE REFERÊNCIA / APRESENTAÇÃO

As empresas, quando da rescisão do contrato de trabalho, fornecerão aos seus empregados carta de referência / apresentação.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - EQUIPAMENTO DE TRABALHO

Ficam as empresas obrigadas a fornecerem os equipamentos de trabalho necessários ao desempenho das respectivas funções, sem ônus para o empregado, nos termos da Lei.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ALEITAMENTO MATERNO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada, podendo ocorrer a junção dos períodos no início ou no término da jornada laboral, se for de interesse da trabalhadora, que deverá formular requerimento por escrito.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, quando solicitados pelo empregado, nos seguintes prazos e condições, para fins de obtenção:

- a) de auxílio doença: 03 (três) dias após a solicitação;
- b) de aposentadoria: 05 (cinco) dias após a solicitação; e
- c) de aposentadoria especial: 15 (quinze) dias após a solicitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mesmo prazo de 15 (quinze) dias as empresas fornecerão ao empregado, para fins de obtenção de aposentadoria especial, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), na forma da legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam as empresas obrigadas a implantar os novos procedimentos de Medicina e Segurança do Trabalho definidos na Lei nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006, referentes ao NTE - Nexo Epidemiológico Previdenciário e Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NR-4).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - TRINTÍDIO

Nos caso de projeção do aviso prévio, ainda que proporcional, se ocorrer nos 30 (trinta) dias que antecedem a data-base da categoria, a empresa ficará dispensada do pagamento do adicional previsto na Lei nº 6.708/79 e a Lei nº 7.238/84, desde que o encerramento do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador dos serviços, e que a empresa sucessora contrate os empregos da empresa sucedida, mediante comprovação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes de assumir o contrato, junto a entidade Sindical Profissional, através de relação nominal dos empregados a serem contratados.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - GESTANTE - ESTABILIDADE NO EMPREGO

Fica garantida à Empregada gestante estabilidade provisória complementar no emprego, pelo período de 30 (trinta) dias, após transcorrido o prazo estabelecido pelo artigo 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa via e-mail, carta registrada, através de terceiros ou pessoalmente, mediante comprovante com cópia para ambas as partes, também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o empregado não labore durante o processamento do recurso/ação apresentado em face do INSS este deverá declarar de próprio punho ou por outro meio perante a empresa expressamente esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA ESPECIAL 12X36

A jornada de trabalho poderá ser de 12 (doze) horas seguidas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observado ou indenizado o intervalo para repouso e alimentação, facultada a redução para 30 (trinta) minutos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face a natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 (sessenta) minutos, remuneradas no percentual de **39% (trinta e nove por cento)** para os períodos laborados entre 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre fica dispensada a licença previa da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de **50% (cinquenta por cento)** sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO - Na jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) de descanso, aplica-se o divisor 210 (duzentos e dez) para cálculo do salário-hora, das horas extras e do adicional noturno.

PARÁGRAFO SEXTO – Não descaracteriza a jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, a indenização dos intervalos para repouso e alimentação e/ou as prorrogações eventuais desta jornada, quando houver, nos termos do art. 59-A da CLT, sendo devido nesta hipótese o pagamento das horas extras laboradas na forma da lei e desta convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA 5X1

Ficam as empresas autorizadas a praticarem a escala de trabalho de 5x1, qual seja, 5 (cinco) dias de trabalho por 1 (um) dia de repouso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na jornada 5x1 fica garantido o número de folgas equivalentes ao sistema de jornada usual, além da coincidência do repouso semanal com 1 (um) domingo pelo menos 1 (uma) vez por mês, conforme **NOTIFICAÇÃO/PRT 3/Belo Horizonte/Nº 18399.2014**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DIÁRIA DE 6 (SEIS) HORAS

Fica autorizada a jornada de 6 (seis) horas diárias de trabalho, facultando-se às empresas o pagamento de salário proporcional às horas trabalhadas em relação aos pisos descritos na Cláusula “*PISOS SALARIAIS*” e observada a obrigatoriedade do pagamento do repouso semanal remunerado (RSR), que corresponde à média aritmética simples das horas efetivamente trabalhadas no curso da semana.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As horas trabalhadas em dias de repouso, domingos ou feriados, serão pagas em dobro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para os contratos de trabalho em vigor, com Jornada Especial 12X36 (doze por trinta e seis) ou jornada de 8 (oito) horas, somente será válida a redução para a jornada de 6 (seis) horas se efetivada com anuência do empregado e com a assistência do SINTHAC.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CARTÃO DE PONTO E REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO

Os cartões de ponto, folhas ou livros-ponto utilizados pelas Empresas deverão ser marcados e assinados pelo próprio Empregado, não sendo admitido apontamentos por outrem, sob pena de inexistência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica autorizada, além do disposto na Subseção I e II da Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados via internet, por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador. A assinatura eletrônica do ponto poderá basear-se em sistema de tokenização, desde que o token respectivo seja enviado ao empregado, para acesso exclusivo do mesmo mediante senha pessoal, via celular ou e-mail (desde que empregado possua tais equipamentos ou que os mesmos sejam fornecidos gratuitamente pelo empregador), por empresa especializada, devendo as empresas manterem histórico dos empregados que visualizaram o ponto a ser assinado eletronicamente, dos efetivamente assim assinados e data de sua assinatura.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não será considerado como atraso ou hora extra a entrada do empregado 5 (cinco) minutos antes do início da jornada ou 5 (cinco) minutos posterior ao início da jornada de trabalho.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA E COMPENSAÇÃO

As Empresas poderão prorrogar a jornada de trabalho do Empregado até o máximo permitido em lei (artigo 59 da CLT).

PARÁGRAFO ÚNICO – Se aos sábados não houver expediente de trabalho no local em que o empregado estiver lotado, a sua jornada poderá ser redistribuída de segunda a sexta-feira para compensar as horas não trabalhadas aos sábados, hipótese que não ensejará direito ao pagamento de horas extras, salvo se o total das horas trabalhadas na semana ultrapassar a 44 (quarenta e quatro) horas e, mesmo assim, se no mês superar a 220 (duzentos e vinte) horas, compreendidas as horas dos repouso semanais remunerados (RSR).

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - BANCO DE HORAS

As horas diárias prorrogadas até o limite legal, poderão ser compensadas com folgas ou com redução da jornada em outro dia, no prazo de até 7 (sete)

meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empresa deverá efetuar o controle mensal de Banco de Horas, juntamente com o empregado, por meio de lançamentos em planilha individual, detalhando as horas suplementares realizadas, as horas compensadas e o saldo remanescente, que será quitado ou zerado a cada 7 (sete) meses.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma estabelecida nesta cláusula, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, nos termos do parágrafo terceiro do art. 59 da CLT.

FALTAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS DA MÃE OU PAI TRABALHADORES

Aos empregados que necessitarem acompanhar seus dependentes, filhos menores de 14 (quatorze) anos ou inválidos, independentemente da idade, em consultas médicas terão as suas faltas abonadas até o limite de 6 (seis) vezes por ano na forma do art. 473 da CLT, mediante comprovação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A partir da 7ª (sétima) falta até a 12ª (décima segunda) no ano, as horas correspondentes às ausências serão descontadas, mas não serão consideradas para efeito de cálculo do 13º (décimo terceiro) salário e férias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA RECEBIMENTO PIS

Será abonada a falta do trabalhador que comprovadamente se ausentar do serviço, até o limite máximo de 4 (quatro) horas, para fins de recebimento do Programa de Integração Social (PIS).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - GREVE DE TRANSPORTE COLETIVO

Em caso de impossibilidade de comparecer ao trabalho, por motivo de greve geral comprovada no transporte coletivo, o empregado terá o seu eventual atraso abonado pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS AO EMPREGADO ESTUDANTE

Consideram-se como justificadas as faltas ao serviço, as entradas com atraso ou as saídas antecipadas, se necessárias para comparecimento do Empregado estudante às provas escolares em curso regular, em estabelecimento de ensino oficial ou legalmente reconhecido, desde que feita a comunicação ao empregador com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, comprovando-se o comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias da realização da prova, inclusive para exames vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS

O início do gozo das férias do Empregado não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados, não se aplicando o disposto no parágrafo terceiro, do art. 134 da CLT.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA PATERNIDADE

Assegura-se a licença paternidade remunerada pelo prazo de 5 (cinco) dias subsequentes ao nascimento do filho, já abrangido o dia para o seu registro.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - SESMT EM COMUM

Fica facultada às empresas a constituição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT em comum, organizado pelo SEAC/MG ou pelas próprias empresas interessadas, visando à promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho, em conformidade com o disposto no item 4.14.3 da NR-04 do Ministério do Trabalho.

UNIFORME

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - UNIFORMES

As empresas fornecerão, gratuitamente, uniformes completos (jaleco, calça e calçado) aos empregados, quando deles for exigido o seu uso.

PARÁGRAFO ÚNICO - O uniforme será fornecido contra recibo, que especificará o seu custo, mediante comprovante específico, com cópia para o Empregado. Extinto o contrato de trabalho o Empregado fica obrigado a devolvê-lo à Empresa, no estado em que se encontra, sob pena de lhe ser descontado no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) o valor correspondente e proporcional ao tempo de uso.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES CIPA

As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas fornecerão comprovantes de inscrição aos candidatos com assinatura sobre carimbo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Da cédula eleitoral constará não só o nome do empregado que registrou a sua candidatura, como também, de seu apelido se assim este o requerer.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As eleições serão fiscalizadas pelos membros da CIPA, em exercício na data de sua realização e acompanhadas pelo sindicato profissional.

PARÁGRAFO QUARTO – Ao SINTHAC também será enviado, com antecedência de 10 (dez) dias, correspondência comunicando a data e o motivo do cancelamento das eleições da CIPA e o endereço completo do(s) estabelecimento(s) em que ela seria realizada.

PARÁGRAFO QUINTO - No prazo de 10 (dez) dias da realização da eleição e posse, deverão ser enviadas ao Sindicato Profissional cópias das atas da eleição, instalação e posse, devidamente assinadas por todos os membros participantes e o calendário das reuniões ordinárias, mencionando o dia, mês, hora e o local de suas realizações, por protocolo ou via Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO SEXTO - O não cumprimento das condições previstas nesta cláusula acarretará a nulidade do processo eleitoral, devendo ser processadas novas eleições no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ficando garantidas as inscrições já efetuadas, salvo se o empregado desistir da inscrição.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os membros da CIPA, titulares e suplentes, não poderão sofrer despedida arbitrária. Entende-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro ou em razão da extinção do contrato de prestação de serviços entre a empresa e o tomador de serviços, desde que a CIPA tenha sido constituída em razão deste contrato.

TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CURSOS E TREINAMENTOS OBRIGATÓRIOS PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS (NR)

O trabalhador, que para o exercício da atividade/função, é obrigatório à realização de treinamento nos termos das Normas Regulamentadoras (NR's) emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, deverá, preferencialmente, realizá-lo dentro da jornada de trabalho. Caso não seja possível, não será considerada hora extra.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os treinamentos e cursos de capacitação obrigatórios, nos termos das NR's, terão as respectivas validades respeitadas e o trabalhador estará habilitado para o exercício da atividade/função, mesmo se ocorrer mudança de Empresa/Empregador. Caso haja mudança de Empresa/Empregador não será necessária a realização de novo curso de capacitação obrigatória, enquanto perdurar a validade do curso anterior.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas aceitarão os atestados médicos emitidos pelo **serviço médico e odontológico do SINTHAC**, além dos demais previstos em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os atestados deverão ser entregues, mas sempre contra recibo, em até 03 (três) dias contados de sua emissão, à chefia da empresa empregadora ou na portaria da empresa empregadora ou no local onde ela recebe as suas correspondências.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na impossibilidade de locomoção do empregado, o atestado médico poderá ser entregue, no prazo a que se refere o parágrafo anterior, por qualquer pessoa, contra recibo, ou encaminhado por meio eletrônico, também mediante aviso de recebimento, cabendo, ao empregado entregar o original quando de sua alta médica.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ACIDENTE DE TRABALHO - TRANSPORTE

As Empresas obrigam-se a garantir o transporte gratuito, imediatamente após a ocorrência do acidente do trabalho com o Empregado até o local de

efetivação do atendimento médico, bem como o transporte quando da alta médica até sua residência, se a situação clínica do empregado impedir sua normal locomoção.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao SINTHAC serão enviadas cópias de todas as Comunicações de Acidente do Trabalho (CAT), inclusive as decorrentes de doenças do trabalho e profissionais, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido, o que poderá ser feito inclusive, via internet, bem como, no mesmo prazo, em se tratando de acidente fatal e em havendo CIPA, cópia da ata de sua reunião extraordinária.

RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Por solicitação prévia e escrita da Entidade Profissional, as empresas liberarão membro da diretoria do Sindicato, sem prejuízo de salários, para participarem de reuniões, assembleias ou encontros de trabalhadores, respeitado o limite máximo de até 12 (doze) dias por ano e de 01 (um) dirigente por empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado o livre acesso do dirigente sindical aos setores de trabalho, desde que o contratante não se oponha.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DELEGADO SINDICAL

O Empregado eleito ou nomeado pela diretoria do Sindicato Profissional para o cargo de Delegado Sindical, terá estabilidade no emprego de 01 (um) ano, salvo por cometimento de falta grave, devendo a Sindicato Profissional comunicar a empresa o início e o término do mandato do empregado.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - E-SOCIAL - CAGED - RAIS - FGTS (GRF)

As empresas, a partir da implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (E-SOCIAL), enviarão ao SINTHAC, por meio físico ou digital, no mês de fevereiro de cada ano, cópia das informações prestadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Enquanto não implementado o E-SOCIAL e na impossibilidade de por ele se obter cópias de suas informações, as empresas enviarão ao SINTHAC, também por meio físico ou eletrônico, cópia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ou a Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a indicação do número trabalhadores, acompanhada do comprovante de recolhimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas ficam obrigadas a declarar na **RAIS**, ano base **2022**, o valor total em reais descontado de seus empregados e recolhido ao SINTHAC a título de Mensalidade Social ou Contribuição Associativa (Empregado Associado), da Contribuição Assistencial do Empregado, da Contribuição Sindical e demais contribuições fixadas em Assembleia da categoria, bem como os valores que recolheu a título de Contribuição Associativa (Empresa Associada), da Contribuição Assistencial Patronal, Contribuição Sindical Patronal, tudo conforme previsto no Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho será depositada e registrada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais a quem, bem como aos Sindicatos convenentes, caberá fiscalizar o seu cumprimento.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - PATRONAL

As empresas/empregadores associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de **R\$ 9,77 (nove reais e setenta e sete centavos)**, por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia **10 de março de 2023**, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e orientação emanada de Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – RE 220.700-1 - RS – DJ. 13.11.98 e decisão RE – 189.960- 3 – DJ. 17.11.2000. As empresas não associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de **R\$ 13,13 (treze reais e treze centavos)**, por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia **10 de março de 2023**, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. O pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado a todas as empresas pelo SEAC/MG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cálculo para recolhimento da referida contribuição (número de empregados) será feito com base no número efetivo de empregados que possuir a empresa no mês de **janeiro de 2023**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição assistencial prevista no *caput* é de recolhimento facultativo às empresas não associadas ao sindicato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL - EMPREGADOS

Em observância à Súmula Vinculante nº 40 do Excelso Supremo Tribunal Federal, Precedente Normativo 119 e Orientação Jurisprudencial nº 17 ambos da Seção de Dissídios Coletivos do E. Tribunal Superior do Trabalho e, ainda por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da categoria, os empregadores ficam obrigados a descontar de cada empregado no salário do mês de **fevereiro de 2023**, devidamente corrigido, a quantia equivalente a **8% (oito por cento)** dos salários, limitado ao valor de **R\$ 130,00 (cento e trinta reais)** por empregado, destinando a importância descontada ao SINTHAC, a título de Contribuição Negocial, por guia própria fornecida pela Entidade Sindical, até o dia **10 de março de 2023**, acompanhada da relação nominal dos empregados com a respectiva remuneração de cada um, sob pena de pagamento de multa de **10% (dez por cento)** do valor devido, acrescido de juros de **1% (um por cento)** ao mês, e correções legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - NOVOS EMPREGADOS - Dos empregados que vierem a ser contratados após o mês de **janeiro de 2023**, o desconto será efetuado no mês seguinte ao de admissão e proporcionalmente a data de admissão, desde que o mesmo ainda não tenha contribuído com essa entidade laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O trabalhador poderá exercer o direito de oposição ao desconto da contribuição estabelecida em norma coletiva mediante protocolo de sua carta de oposição na sede da entidade ou mediante correspondência com AR (aviso de recebimento) enviada pelos Correios ou, ainda, por e-mail (sinthac.mg@gmail.com) com notificação de leitura, no prazo de até 30 (trinta) dias, iniciado a partir da vigência da Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em observância ao TERMO DE ACORDO firmado pelo SEAC-MG com o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO da 3ª Região nos autos da **AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº 0000723-44.2010.5.03.0039**, a contribuição estabelecida nesta cláusula condiciona-se à prévia autorização dos trabalhadores mediante Assembleia Geral legítima, representativa, democrática e regularmente convocada, com participação de todos os integrantes da categoria, associados ou não associados à entidade profissional, e que garanta o direito de oposição.

PARÁGRAFO QUARTO - A convocação para a Assembleia Geral será destinada a todos os trabalhadores da categoria, associados ou não associados à entidade profissional, e deverá conter a informação de que haverá deliberação acerca da instituição de contribuição a ser imposta a todos os trabalhadores, associados ou não associados.

PARÁGRAFO QUINTO - A convocação para a Assembleia Geral deverá ser ampla, com publicação de edital em jornal de grande circulação e em outros meios de comunicação previstos no estatuto social da instituição, dando-se ampla comunicação, inclusive, nas mídias sociais do ente sindical; além de publicação e fixação no site da entidade profissional, mais precisamente na página principal, por pelo menos 30 (trinta) dias antes da Assembleia, sem prejuízo de outros meios.

PARÁGRAFO SEXTO - A lista de presença à Assembleia Geral deverá conter as seguintes informações do trabalhador: nome completo, CPF, empregador e a informação de filiação ou não à entidade profissional.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O trabalhador não associado à entidade terá direito a voto na Assembleia Geral, com mesmo peso do voto do trabalhador associado à entidade.

PARÁGRAFO OITAVO - Deverá ser assegurado ao trabalhador não associado à entidade profissional o direito de oposição aos descontos das contribuições previstas em instrumentos coletivos, manifestada, no prazo de até 15 (quinze) dias do início da data base, perante a entidade profissional.

PARÁGRAFO NONO - O direito de oposição deve ser manifestado por escrito, de forma legível e com assinatura pelo empregado, através de comparecimento na sede da entidade profissional ou através do envio de correspondência à entidade, com Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Findo o prazo de 15 (quinze) dias especificado no parágrafo oitavo desta cláusula, a entidade profissional terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, para comunicar à empresa respectiva que proceda a exclusão dos descontos da folha de pagamento, sob pena de devolução pela entidade profissional dos valores indevidamente descontadas pela parte que assim não proceder.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Não se exigirá qualquer justificativa para a oposição à cobrança por parte dos trabalhadores não associados à entidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Em caso de eventual ação ajuizada por trabalhador na qual seja julgado indevido o desconto dos valores referentes à contribuição estabelecida nesta cláusula, a entidade profissional arcará exclusivamente com esta responsabilidade ou deverá restituir a empresa condenada ao pagamento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Por força desta Convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as Empresas deverão, para contratarem com os órgãos da administração pública, direta, indireta ou com empresas privadas, **apresentar Certidão de Regularidade Sindical**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A certidão será expedida pelas partes convenientes, individualmente, e para cada contratação, vedada a emissão de certidões ou declarações de cumprimento parcial das obrigações sindicais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além da contribuição a que se refere o art. 607 da CLT, consideram-se, também, para fins de emissão da Certidão de Regularidade Sindical, as seguintes obrigações:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Comprovante de pagamento das importâncias correspondentes ao “**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR (PAF)**”, acompanhado da apresentação ou entrega das respectivas relações dos empregados;
- c) Comprovante de entrega ao SINTHAC das informações do E-SOCIAL ou CAGED ou RAIS ou FGTS (GRF).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A falta da Certidão ou o vencimento de seu prazo de validade, que é de 30 (trinta) dias, além de constituir em ilícito de natureza trabalhista, caracterizará a culpa “*in elegendo*” e, portanto, na responsabilidade do tomador de serviços pelos débitos trabalhistas e sindicais da empresa contratada e, ainda, permitirá às demais empresas licitantes bem como aos sindicatos convenientes, nos casos de concorrências, carta-convite ou tomada de preços, impugnar, administrativa ou judicialmente, o processo licitatório por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de denúncia fundamentada ou indício de fraude, as Entidades Sindicais signatárias poderão condicionar a emissão da Certidão de Regularidade à comprovação da inexistência do ato ilícito ou até mesmo comunicar o cancelamento da certidão já emitida.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Com o objetivo de evitar e combater fraudes no segmento, as Entidades convenientes se comprometem a permanentemente permutarem informações, documentos e outros dados que revele o comportamento das empresas quanto ao descumprimento dos termos pactuados nesta Convenção e outros decorrentes de disposição legal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - FGTS - COMPROVANTES

As Entidades convenientes alertam as Empresas que, em observância aos termos da **NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº 43/96**, do Ministério Público do Trabalho (MPT), deverão enviar semestralmente aos Sindicatos convenientes as cópias autenticadas dos comprovantes de recolhimento do FGTS, relativos a todos os contratos existentes e de todos os empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sem prejuízo das demais sanções legais, as empresas que incorrerem em atraso no recolhimento do FGTS ou efetuarem recolhimentos menores que o devido, ficam obrigadas a pagar o valor não recolhido acrescido de multa mensal correspondente a **8% (oito por cento)** da diferença apurada, por mês de atraso, *pro rata die*, limitada ao valor do principal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - RISCO DE ACIDENTE DE TRABALHO

Em função das disposições contidas na Lei nº 10.666/2003 e nos Decretos nº 6.042/07, 6.257/07 e 6.577/08, ficam as empresas abrangidas pelo presente instrumento autorizadas a aplicar individualmente sua alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAP) sobre o Risco de Acidente de Trabalho (RAT), antigo SAT.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO INTERSINDICAL

As Entidades convenientes poderão criar uma comissão intersindical permanente de análises de problemas relacionados às concorrências, licitações, cumprimento de convenções coletivas, acordos coletivos, recolhimento de contribuições, cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como, à legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DEBATES SOBRE ESTUDOS DE VIABILIDADE

As partes poderão se reunir para debates de temas voltados para a produtividade, a participação em lucros ou resultados, de programa de formação profissional e de implementação de benefícios sociais, a fim de elaborar estudos que indiquem critérios, formas ou métodos para viabilização de sistemas ou políticas que atendam às necessidades do segmento, inclusive implementação de plano de cargos e salários.

PARÁGRAFO ÚNICO – As entidades convenientes acordam entre si que promoverão estudos visando identificar mecanismos para aperfeiçoar a gestão sindical quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento normativo, podendo inclusive firmar contratos e ou convênios com empresas da iniciativa privada, visando à contratação de serviços de consultoria em tecnologia da informação para a implementação de soluções tecnológicas que permitam racionalizar seus procedimentos, de forma a gerar indicadores para a tomada de decisão, introduzir novas formas de organização e tramitação de documentos e permitir o armazenamento e acesso seguro aos dados.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CONTROVÉRSIAS

As controvérsias decorrentes da aplicação, prorrogação, revisão, total ou parcial desta Convenção Coletiva de Trabalho serão resolvidas diretamente pelas partes convenientes e, em caso de impasse por mediação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais ou do Ministério Público do Trabalho ou pela Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO PERMANENTE - AJUSTES

As partes convenientes poderão voltar, sempre que necessário, a se reunir para discutir eventuais ajustes em relação as multas previstas neste instrumento e o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos, observarão as disposições do art. 615 da CLT.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - CCT / OBRIGATORIEDADE - LICITAÇÃO

As empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como das variações salariais ocorridas durante seu período de vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - LICITAÇÕES - A partir da assinatura deste Instrumento, as empresas ficam obrigadas a incluir em sua documentação para licitações públicas ou contratação por entes privados, cópia desta Convenção Coletiva de Trabalho, Certidão de Regularidade Sindical, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho e Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas, expedida pelo Órgão Competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - REFLEXOS DE ADICIONAL, BENEFÍCIOS E CLÁUSULAS SINDICAIS – Consideram-se inexequíveis e, portanto, caracterizando a culpa do tomador, os contratos de prestação de serviço das empresas de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente, firmados com o poder público e com as empresas privadas, que não cotarem, obrigatoriamente, em suas planilhas, os efetivos custos salariais, os encargos trabalhistas, sindicais, sociais e previdenciários, fixadas na legislação e nesta Convenção Coletiva de Trabalho, dentre os quais, exemplificativamente: os pisos salariais; os adicionais salariais (horas extras, adicional noturno, insalubridade, periculosidade, etc.) os reflexos destes adicionais, em repouso semanais remunerados (RSR), em férias, em 13º (décimo terceiro) salário, em aviso prévio; os **Auxílios**: **Alimentação** – Ticket Alimentação / Refeição; **Transporte** – Concessão do Benefício do Vale Transporte e sua comprovação; **Saúde** – Programa de Assistência Familiar (PAF); **Seguro de Vida** – Seguro de Vida em Grupo; bem como outros decorrentes da natureza da prestação de serviços e das Cláusulas relacionadas às **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Outras Normas Referentes a condições para o exercício do trabalho** – NTE (Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário / Medicina e Segurança do Trabalho; **Saúde e Segurança do Trabalhador – Condições de Ambiente de Trabalho – SESMT EM COMUM** (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalhador – MTE – NR04, respondendo **solidariamente** o Tomador de Serviços pelo inadimplementos destas obrigações.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - CONTRATANTE - OBRIGATORIEDADE

Os contratantes de serviços das empresas abrangidas pelo presente instrumento assegurarão às suas contratadas, em contrapartida às atividades por elas desempenhadas, o correspondente pagamento, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, a teor das disposições contidas no art. 40, inc. XIV, alínea "a" da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – O atraso no pagamento da fatura na forma do *caput* caracteriza culpa do Tomador de serviço para fins de sua responsabilidade pelos débitos decorrentes das obrigações trabalhistas e previdenciárias das empresas prestadoras de serviço.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - TABELA DE ENCARGOS

Na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, as Entidades convenientes poderão elaborar Tabela de Encargos mínimos a ser, também, observada na contratação dos serviços terceirizáveis no segmento asseio, conservação e de prestação de serviços de mão de obra continuada e permanente.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - IRREDUTIBILIDADE DE SALÁRIO E BENEFÍCIO NAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS

A Empresa que assumir o contrato de prestação de serviço fica obrigada a manter os níveis salariais das funções contratadas, pagando aos empregados os mesmos salários e demais benefícios praticados pela empresa sucedida, que está perdendo o contrato de prestação de serviço, tais como: vale-transporte, cesta-básica, ticket refeição, vale alimentação, salário-utilidade, etc.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGO E BENEFÍCIOS NAS TRANSFERÊNCIAS DE TRABALHADORES

Os trabalhadores que permanecerem com o contrato de trabalho em vigor, com alteração do tomador de serviços, mediante transferência do empregado do tomador de serviços inicial, não há que se falar em manutenção dos valores praticados e benefícios acima dos limites previstos no presente instrumento coletivo de trabalho (CCT), bem como a manutenção de percepção de cestas básicas e plano de saúde diferenciado, em razão das particularidades do tomador de serviços inicial (liberalidade), face ao princípio da constitucional da isonomia e os limites previstos neste instrumento, conforme Súmula nº 33 do TRT-MG, mediante autorização do sindicato profissional.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As Empresas reconhecem a legitimidade do Sindicato Profissional para ajuizar Ação de Cumprimento da presente Convenção e das demais normas trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, independente de outorga do mandato e/ou da apresentação da relação nominal dos empregados substituídos.

PARÁGRAFO ÚNICO – LIQUIDAÇÃO – Nas ações de cumprimento os valores indicados na petição inicial, conforme exigência do § 1º, do art. 840 da CLT, configuram estimativa e não um limite para apuração das importâncias das parcelas objeto de condenação devidas a cada substituído.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - PENALIDADE

A violação ou descumprimento de qualquer cláusula da presente convenção sujeitará o infrator às penalidades previstas em lei, além da multa de **8% (oito por cento)** do piso salarial da classe para cada cláusula violada, limitada ao valor do principal, excetuadas aquelas cujas penalidades já estão nelas fixadas, revertida em favor do empregado ou para os sindicatos convenientes, se for o caso.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - REVOGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO E APLICABILIDADE DA PRESENTE CCT

As disposições desta Convenção Coletiva de Trabalho se aplicam aos contratos de trabalho em curso.

}

GABRIEL VEIGA PUSSENTE
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE DE CATAGUASES E REGIAO - MG

JORGE EUGENIO NETO
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXOS

ANEXO I - ATA SINTHAC

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA SEAC

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG000433/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/02/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR005823/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13621.102493/2023-51
DATA DO PROTOCOLO: 08/02/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, CNPJ n. 16.844.557/0001-49, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). JORGE EUGENIO NETO;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE JUIZ DE FORA M/G, CNPJ n. 05.890.642/0001-27, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO SERGIO PENA FELIX;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Trabalhadores da categoria de prestação de serviços de asseio e conservação, e áreas verdes**, com abrangência territorial em Alto Rio Doce/MG, Antônio Carlos/MG, Antônio Prado de Minas/MG, Aracitaba/MG, Arantina/MG, Argirita/MG, Barão de Monte Alto/MG, Barbacena/MG, Barroso/MG, Belmiro Braga/MG, Bias Fortes/MG, Bicas/MG, Bom Jardim de Minas/MG, Brás Pires/MG, Caiana/MG, Caparaó/MG, Carangola/MG, Chácara/MG, Chalé/MG, Chiador/MG, Coronel Pacheco/MG, Coronel Xavier Chaves/MG, Descoberto/MG, Desterro do Melo/MG, Divinésia/MG, Divino/MG, Dona Eusébia/MG, Dolores de Campos/MG, Dolores do Turvo/MG, Espera Feliz/MG, Estrela Dalva/MG, Eugenópolis/MG, Ewbank da Câmara/MG, Faria Lemos/MG, Guarani/MG, Guarará/MG, Guidoal/MG, Ibertioga/MG, Itamarati de Minas/MG, Lajinha/MG, Laranjal/MG, Lima Duarte/MG, Madre de Deus de Minas/MG, Manhuaçu/MG, Mar de Espanha/MG, Maripá de Minas/MG, Matias Barbosa/MG, Mercês/MG, Miradouro/MG, Miraí/MG, Olaria/MG, Oliveira Fortes/MG, Paiva/MG, Palma/MG, Pedra Dourada/MG, Pedro Teixeira/MG, Pequeri/MG, Piau/MG, Piedade do Rio Grande/MG, Pirapetinga/MG, Piraúba/MG, Prados/MG, Presidente Bernardes/MG, Recreio/MG, Rio Novo/MG, Rio Pomba/MG, Ritópolis/MG, Rochado de Minas/MG, Rodeiro/MG, Santa Bárbara do Tugúrio/MG, Santa Rita de Ibitipoca/MG, Santa Rita de Jacutinga/MG, Santana do Deserto/MG, Santana do Garambéu/MG, Santana do Manhuaçu/MG, Santo Antônio do Aventureiro/MG, Santos Dumont/MG, São Francisco do Glória/MG, São Geraldo/MG, São João del Rei/MG, São João Nepomuceno/MG, São José do Mantimento/MG, Senador Cortes/MG, Senador Firmino/MG, Silveirânia/MG, Simão Pereira/MG, Simonésia/MG, Tabuleiro/MG, Tiradentes/MG, Tocantins/MG, Tombos/MG, Vieiras/MG e Volta Grande/MG.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

A partir de **1º de janeiro de 2023**, nenhum integrante das categorias profissionais representadas, neste instrumento, pelo SINTEAC, não poderá receber salário mensal inferior ao salário mínimo e/ou aos pisos abaixo discriminados, inclusive, para os trabalhadores que prestam serviços na jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

01	Piso salarial mínimo da classe	R\$ 1.394,24
02	Faxineiro, Servente, Garçom, Camareira, Arrumadeira ou Copeira	R\$ 1.394,24
03	Limpador de caixas d'água, trabalhador braçal e agente de campo	R\$ 1.394,24
04	Contínuo ou office-boy	R\$ 1.394,24
05	Limpador de Vidros	R\$ 1.450,82
06	Trabalhador em Cemitério, respeitados os valores fixados nos números 07 a 28	R\$ 1.463,95
07	Ascensorista	R\$ 1.463,95
08	Capineiro, manutenção e limpeza de bosques, hortos etc.	R\$ 1.463,95
09	Coveiro	R\$ 1.617,18
10	Porteiro, Monitor externo	R\$ 1.714,91
11	Vigia	R\$ 1.714,91
12	Controlador de Acesso ou de Piso	R\$ 1.714,91
13	Trabalhador em Postos de Pedágio ou Similar	R\$ 1.714,91
14	Auxiliar de Jardinagem, inclusive manutenção e poda de gramados	R\$ 1.714,91
15	Faxineiro limpeza técnica industrial na indústria automobilística	R\$ 1.841,74
16	Jardineiro	R\$ 1.844,59
17	Almoxarife	R\$ 1.844,59
18	Pessoal da administração	R\$ 1.949,29
19	Dedetizador	R\$ 1.978,93
20	Agente de Campo para combate à Dengue e Leishmaniose	R\$ 1.978,93
21	Encarregado	R\$ 1.978,93
22	Zelador	R\$ 1.978,93
23	Manobrista / Garagista	R\$ 1.978,93
24	Auxiliar de operador de carga	R\$ 2.057,93
25	Operador de Varredeira Veicular Industrial	R\$ 2.184,10
26	Recepcionista ou atendente (CBO N° 39.410)	R\$ 2.274,41
27	Supervisor	R\$ 2.569,88
28	Líder de limpeza técnica industrial na indústria automobilística	R\$ 2.927,40
29	Vigia Orgânico	R\$ 2.034,91
30	Bilheteiro	R\$ 2.180,95
31	Auxiliar Agropecuário	R\$ 1.559,48
32	Assistente Administrativo Operacional	R\$ 1.640,00
33	Agente Comunitário de Saúde	R\$ 1.559,48

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É permitida a contratação de jornada de trabalho inferior à estabelecida em lei com a redução dos pisos acima fixados proporcionalmente às horas trabalhadas, exceto para a jornada de 12x36, nos termos do *caput*. Os pisos acima poderão ser fixados proporcionalmente às horas trabalhadas para os trabalhadores contratados pelo regime de tempo parcial (art. 58-A da CLT) e por contrato de trabalho de prestação intermitente (art. 452-A da CLT).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Respeitados os pisos salariais acima, fica facultado às empresas conceder, ainda, gratificação ou remuneração diferenciada, a seu critério, em razão de o trabalho ser exercido em postos considerados “*especiais*”, ou ainda em decorrência de contrato ou exigência determinada pelo cliente - tomador dos serviços - diferenciações essas que, com base no direito à livre negociação, prevalecerão somente enquanto o

empregado estiver prestando serviços nas situações aqui previstas, sendo que não servirão de base para fins de isonomia (art. 461 da CLT).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pisos a que se referem os números 15 "*Faxineiro em limpeza técnica industrial na indústria automobilística*" e 28 "*Líder de limpeza técnica industrial na indústria automobilística*" da tabela constante do *caput* desta cláusula, somente serão aplicados aos empregados que exercem os cargos ali mencionados em áreas das indústrias automobilísticas.

PARÁGRAFO QUARTO - O piso salarial a que se refere o número 18 "*Pessoal da administração*" da tabela constante do *caput* desta cláusula é devido aos empregados administrativos, aqueles que exercem outras funções que não aquelas discriminadas nos demais itens (de 01 até 33) e que prestam serviços nas dependências da empregadora ou, se for o caso, em suas subsedes.

PARÁGRAFO QUINTO - As empresas que exigirem de seus empregados o uso de "*bip*", de "*paggers*", de telefones celulares, pagarão a eles 01 (um) adicional de **10% (dez por cento)** incidente sobre o salário nominal, desde que a utilização dos mesmos se dê além da jornada normal de trabalho.

PARÁGRAFO SEXTO - O piso salarial a que se refere o número 26 da tabela constante do *caput* será aplicado às "*Recepcionistas ou atendentes*" que laborarem em jornada de 8 (oito) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitado o limite legal semanal.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A função de "*Limpador de vidros*" é aquela em que o empregado é contratado exclusivamente para limpeza de fachadas envidraçadas.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários da categoria profissional representada pelo SINTEAC serão corrigidos em **1º janeiro de 2023**, pela aplicação do percentual de **6,5% (seis vírgula cinco por cento)** a incidir sobre os salários do mês de **janeiro de 2022**, permitida a aplicação proporcional aos empregados admitidos a partir de **01/02/2022**, assegurado, contudo, os pisos estabelecidos na Cláusula "*PISOS SALARIAIS*" desta Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As diferenças salariais e dos benefícios decorrentes da aplicação do índice de correção ora ajustado, **relativo ao período compreendido entre a data base e a efetiva homologação da CCT, poderão ser quitadas em até 2 (duas) parcelas iguais, mensais e consecutivas**, juntamente com a folha salarial do mês subsequente ao registro e homologação deste instrumento coletivo de trabalho pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ressalvados os índices de reajustes e valores específicos previstos e fixados em outras cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho todos os demais benefícios fixados neste instrumento e aqueles decorrentes de liberalidade do empregador ou por diferenciação verificada em razão de particularidades dos contratos de prestação de serviços firmados junto aos tomadores de serviços, serão, também, corrigidos pela aplicação do índice fixado no *caput* desta cláusula.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

No ato do pagamento dos salários, a empresa fica obrigada a fornecer aos empregados cópia do recibo salarial, na forma física ou eletrônica, no qual deverá ser discriminado o valor destacado de cada parcela salarial e das

demais vantagens, ainda que não tenham natureza salarial, que lhe estão sendo pagas, bem como a base de cálculo para o recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias e de todos os valores que lhe estão sendo descontados, incluídas as consignações.

PARÁGRAFO ÚNICO - O comprovante de depósito bancário identificado de salário e benefícios possui valor de recibo e exime a obrigatoriedade de assinatura do funcionário no contracheque, desde que esteja descrito e identificado no comprovante depósito.

CLÁUSULA SEXTA - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO – MULTA

Em caso de mora, as Empresas incorrerão em multa correspondente a **8% (oito por cento)** por mês de atraso, *pro rata die*, na razão de **0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento)** ao dia, a incidir sobre o valor devido, para cada empregado e revertida diretamente a ele, limitada ao valor do principal.

CLÁUSULA SÉTIMA - 5º DIA ÚTIL BANCÁRIO

Faculta-se às empresas efetuar o pagamento dos salários a seus empregados até o 5º (quinto) dia útil bancário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento em cheque, no último dia do prazo, deverá, obrigatoriamente, ocorrer durante o expediente bancário e em tempo hábil para permitir o desconto do cheque na agência bancária, sob pena de se caracterizar mora.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Incidirá em mora, também, a não quitação integral do salário no prazo fixado no *caput*.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - GARANTIA DO MAIOR SALÁRIO DA CCT ANTERIOR

Exclusivamente no mês de **janeiro de 2023**, os salários dos empregados das áreas administrativas e de manutenção (pedreiros, mecânicos, bombeiros, eletricitas, marceneiros, pintores, soldadores e demais empregados da manutenção), que resultarem da correção salarial desta convenção, não poderão ser inferiores ao maior salário percebido pelo empregado durante a vigência da convenção anterior, em percentual do salário mínimo.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS – ADICIONAL

A hora extraordinária será remunerada com **50% (cinquenta por cento)** de acréscimo em relação à hora normal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os empregados que trabalharem em dias de repouso, também assim considerados os feriados, perceberão todas as horas trabalhadas com acréscimo de **100% (cem por cento)**, exceto os que laborarem na jornada 12x36 que observarão as regras específicas relativas a essa jornada.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

Fica ajustado que os empregados abrangidos por esta convenção, quando prestarem serviço entre 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas) fará jus ao adicional noturno de **39% (trinta e nove por cento)** sobre o valor do salário hora normal, em razão das peculiaridades do serviço, fica a hora noturna fixada em 60 (sessenta) minutos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, **o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei**, ou seja, entre 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas).

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ACÚMULO DE FUNÇÃO – ADICIONAL

Quando devidamente autorizado pelo empregador, o empregado que venha a exercer outra função, cumulativamente com as suas funções contratuais, terá direito a percepção de adicional correspondente a **12% (doze por cento)** do salário contratado, **podendo haver negociação exclusivamente entre as partes para percentual acima do definido nesta cláusula**, respeitado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, adicional este a incidir sobre as horas efetivamente trabalhadas na função acumulada, acrescido dos respectivos reflexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PARA LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS E COLETIVOS

Fica convencionado por esta Convenção Coletiva de Trabalho, até que sobrevenha regulamentação específica, de forma a se atender o disposto nos artigos 190 e 192 da CLT, estabelecendo os critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, que as empresas realizarão o pagamento do adicional de insalubridade, em grau máximo, ou seja, no percentual de **40% (quarenta por cento)** sobre o salário mínimo, para os trabalhadores que efetivamente realizam a limpeza de banheiros públicos ou de uso coletivo de grande circulação, bem como a respectiva coleta de lixo do banheiro na forma do inciso II da Súmula 448 do TST.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Entende-se por banheiro público aquele que tem acesso livre e irrestrito dos usuários à instalação sanitária, ainda que haja cobrança de taxa para acesso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Entende-se por banheiro de grande circulação aquele de utilização efetiva igual ou superior a 99 (noventa e nove) pessoas por dia, independentemente da quantidade de banheiros limpos por cada empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento do adicional de insalubridade deverá ser feito observando-se a proporcionalidade da jornada efetivamente laborada na condição insalubre, eis que se trata de salário-condição.

PARÁGRAFO QUARTO - Cessada a condição insalubre, devidamente comprovada através da emissão de novo PPRA ou outro laudo apropriado, o adicional de insalubridade não será mais devido, ou caso seja apurado outro grau de insalubridade por este mesmo documento deverá a empresa pagar o percentual novo apurado.

PARÁGRAFO QUINTO - A limpeza de banheiros de condomínio não se enquadra como insalubre.

PARÁGRAFO SEXTO - Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade, devendo o empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TICKET ALIMENTAÇÃO / REFEIÇÃO

Com base no direito à livre negociação prevista na Constituição Federal, bem como nas especificidades próprias do segmento de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente, as partes convenientes ajustam que a partir de **01/01/2023, o Ticket Alimentação / Refeição será no valor mínimo de R\$ 26,14 (vinte e seis reais e quatorze centavos), por dia efetivamente trabalhado**, aos empregados que laborarem em jornada mensal, já compreendidos os dias de repouso semanais remunerados, igual ou superior a 190 (cento e noventa) horas ou em jornada especial de 12x36 horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considera-se "*dia efetivamente trabalhado*" para fins do *caput* desta cláusula, a jornada diária superior a 06 (seis) horas diárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O trabalhador que preste serviços para tomadores distintos, cumprindo jornadas inferiores àquelas referidas no *caput*, ainda que o somatório do total das horas laboradas alcance 190 (cento e noventa) horas mensais, não fará jus ao recebimento do Ticket Alimentação / Refeição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Faculta-se às empresas promoverem o desconto em folha do percentual de até **20% (vinte por cento)** do valor do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO - Ficam mantidos nas mesmas condições em que pactuados, porém, reajustados pelo percentual de **6,5% (seis vírgula cinco por cento)** os Ticket Alimentação/Refeição que, em função das particularidades contratadas junto aos tomadores de serviços, os trabalhadores já vinham recebendo, não podendo, contudo, em hipótese alguma, ter o seu valor diário inferior ao estabelecido no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO - Ficam dispensadas do fornecimento do benefício previsto no *caput* desta cláusula as empresas que já fornecem ou venham a fornecer alimentação aos trabalhadores em instalação própria ou pertencente ao tomador de serviços.

PARÁGRAFO SEXTO - O benefício aqui instituído não integrará a remuneração dos trabalhadores para nenhum tipo de finalidade por não se tratar de parcela de natureza salarial.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Em se tratando de contratos firmados com Tomadores cujo faturamento do Ticket Alimentação / Refeição ocorra em forma de reembolso, as empresas prestadoras de serviço comprovarão para seus contratantes o fornecimento do benefício, pela apresentação do extrato de crédito do cartão de benefício, com

a descrição nominal dos beneficiários e dos valores correspondentes ao período devido, substituindo-se, assim, o recibo de entrega do referido benefício assinado pelo empregado.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE TRANSPORTE – AUXÍLIO

Tendo em vista as dificuldades administrativas para a aquisição, distribuição em tempo hábil e recolhimento da assinatura dos empregados no recibo de entrega do vale transporte, decorrentes das peculiaridades próprias do setor de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente, faculta-se às empresas incluir nos contracheques dos seus empregados, de forma destacada como **“Benefício de Transporte”**, o valor correspondente à antecipação para despesas de deslocamento residência-trabalho-residência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este benefício, instituído pela Lei 7.418/85, com alteração pela Lei 7.619/87, regulamentada pelo Decreto nº 10.854, de 2021, não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração do empregado para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS, nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para aquelas empresas que optarem pela concessão do vale transporte na forma prevista no *caput* dessa cláusula, a comprovação do fornecimento do benefício dar-se-á pela apresentação da folha analítica e do respectivo comprovante bancário, com a descrição nominal dos beneficiários e dos valores correspondentes ao período devido, substituindo-se, assim, o recibo de entrega do referido benefício assinado pelo empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nas faltas justificadas, serão devidos os vales transportes, desde que não ultrapassem a 02 (duas) no mês.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR (PAF)

O Programa é uma conquista antiga da categoria profissional, associado ou não, representada pela utilidade de assistência médica concedida pelas empresas a todos os seus empregados, sem qualquer desconto ou ônus para os trabalhadores, mas sob a forma de repartição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A utilidade assistência médica, não tem natureza salarial como disposto no art. 458, § 2º, IV, da CLT e será prestada pelo SINTEAC, a quem caberá a organização, a administração e a manutenção do Programa, sem qualquer interferência do SEAC/MG ou de quaisquer empresas ou pessoas estranhas à categoria profissional, cabendo às empresas, obrigatoriamente, contribuir, mensalmente, com a importância de **R\$ 43,67 (quarenta e três reais e sessenta e sete centavos), por empregado**, que será repassado ao SINTEAC até o dia 10 (dez) de cada mês, juntamente com a lista de todos os seus empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Empregado que desejar incluir seus dependentes legais, filhos até 18 (dezoito) anos incompletos, cônjuge ou companheiro(a) contribuirá mensalmente, com a importância de **R\$ 40,00 (quarenta reais)**, que será descontada em folha de pagamento e repassado ao SINTEAC até o dia 10 (dez) do mês subsequente, pelo seu empregador, observado o seguinte:

I - O Empregado deverá manifestar a sua opção junto ao SINTEAC, em formulário próprio e autorizar, prévia e expressamente, a realização do desconto, que será encaminhado, em cópia, para a empresa, ficando 1 (uma) cópia com o empregado e outra na Entidade Sindical Profissional.

II - O desconto a que faz referência o item anterior deverá ser realizado no salário do 1º (primeiro) mês seguinte ao recebimento da autorização e será de inteira responsabilidade da empresa. A omissão na efetivação do desconto ou do seu repasse ao SINTEAC, fará com que a obrigação pelo pagamento da importância respectiva se reverta à empresa, sem permissão de desconto ou reembolso posterior do trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A empresa que conceder, gratuitamente, idênticos benefícios aos seus empregados e familiares poderá solicitar a isenção do pagamento da importância mencionada nos parágrafos anteriores, desde que comprove mensalmente junto ao SINTEAC a concessão e a prestação continuada do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica estipulada a multa mensal equivalente a **8% (oito por cento)** do valor do benefício previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, pelo não recolhimento de sua contribuição e/ou não remessa da lista de seus empregados, *pro rata die*, limitada ao valor do principal, e por trabalhador, revertida ao SINTEAC, aplicável às empresas que descumprirem a presente cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – Para auxiliar o cumprimento das Normas Regulamentadoras da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e suas respectivas alterações, o SINTEAC manterá o convênio com o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho junto ao SEAC/MG, cabendo a este, pois, emitir os atestados médicos ocupacional (admissional, periódico e demissional) sem ônus para os trabalhadores e para as empresas, bem como prestar auxílio técnico às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CIPA) instituídas no âmbito das empresas, bem como outras atribuições ligadas à segurança e medicina do trabalho e, principalmente, ergonômicas, no segmento de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente.

PARÁGRAFO SEXTO – Em contrapartida, a Entidade Sindical Profissional (SINTEAC), com vista na manutenção dos serviços mencionados no parágrafo anterior, destinará, mensalmente, ao SEAC/MG o percentual de **17,1% (dezessete vírgula um por cento)** do valor recolhido pelas empresas, ou seja, o valor de **R\$ 7,47 (sete reais e quarenta e sete centavos)**, por empregado constante da lista a que se refere o parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Para comprovar os pagamentos que se referem os parágrafos primeiro e segundo o SINTEAC emitirá recibo do valor total recolhido.

PARÁGRAFO OITAVO - O sindicato profissional deverá encaminhar ao sindicato patronal, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente, o extrato da conta referida no parágrafo nono, para fins de emissão, em 05 (cinco) dias, do boleto de pagamento da parcela referida no parágrafo sexto, cujo vencimento ocorrerá todo dia 15 (quinze), sob pena de multa mensal de **8% (oito por cento)** a incidir sobre os valores a serem repassados.

PARÁGRAFO NONO - O pagamento da contribuição referente ao PAF deverá ser efetuado através de boleto bancário emitido pela Entidade Sindical Profissional ou depósito na conta do **BANCO BRADESCO, CONTA CORRENTE Nº 0202576-0, AGÊNCIA Nº 3832, de titularidade do sindicato profissional signatário desta convenção coletiva de trabalho**, aberta e mantida exclusivamente para tal finalidade, cujo comprovante deverá ser enviado a Entidade Profissional até o dia 10 (dez) do mês subsequente, sendo que eventuais pagamentos realizados através de qualquer outro meio não quitarão a obrigação, ficando a empresa sujeita a novo pagamento, nos termos do art. 308 e seguintes do Código Civil brasileiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Considerando o investimento necessário para o SINTEAC organizar e administrar o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR - (PAF), excepcionalmente, com suporte no art. 611-A da CLT, uma vez que não há redução ou supressão de direitos a que se refere o art. 611-B da CLT, **a vigência desta cláusula será de 3 (três) anos, com início em 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2025**, assegurado, entretanto, pelo menos, o reajuste dos valores fixados nos parágrafos primeiro e segundo pelos mesmos índices do reajuste dos salários da categoria, no período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CLÁUSULA COMPENSATÓRIA

Na forma do § 4º, do art. 611-A da CLT, declaram as partes que a procedência total ou parcial de ação anulatória ajuizada exclusivamente por empresas abrangidas por este instrumento da cláusula PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR - (PAF) ou das contribuições fixadas nos parágrafos primeiro e segundo da mesma cláusula, será compensada com a incorporação aos salários dos empregados da empresa autora, quanto aos valores correspondentes que deveriam ser pagos ao SINTEAC, para prestar os serviços assumidos pelo Programa de Assistência Familiar – PAF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A incorporação a que se refere o parágrafo anterior será devida pela empresa autora da referida ação, a partir da data em que a decisão judicial produzir os seus efeitos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Por força do princípio da boa-fé (*supressio*), ainda que anulada a cláusula do PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR - (PAF) e/ou aquelas contribuições a que se referem os parágrafos primeiro e segundo da mesma, as partes declaram ter pactuado não haver repetição pelo que o empregador pagou ou repassou ao SINTEAC até a data da decisão, uma vez que desde a data de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, elas não só investiram no Programa de Assistência Familiar – PAF como, também, colocaram à disposição de empregados e empregadores todos os seus serviços.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CRECHE – AUXÍLIO

As Empresas adotarão o sistema de reembolso de despesas efetuadas pelos trabalhadores, em conformidade com a Portaria MTP Nº 671 de 08/11/2021 do Ministério do Trabalho.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas contratarão Seguro de Vida em favor de todos os seus empregados, sem qualquer ônus para os trabalhadores, com cobertura nas 24 (vinte e quatro) horas do dia, dentro e fora do trabalho, incluídas indenizações, reparações por acidentes e morte com os valores e condições mínimas abaixo:

I - Por Morte de Qualquer Natureza - Cobertura de, no mínimo, **R\$ 16.959,61 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos)**, sendo beneficiários do seguro, na seguinte ordem, se o empregado falecido for:

a) casado(a), ao CÔNJUGE;

b) solteiro(a), viúvo(a), separado(a) ou divorciado(a) em união estável, comprovada por declaração feita por instrumento público ou reconhecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou por órgão oficial, ao(à) COMPANHEIRO(A);

c) solteiro(a), viúvo(a), separado(a) ou divorciado(a) sem união estável, aos FILHOS em partes iguais;

d) solteiro(a), viúvo(a), separado(a) ou divorciado(a) sem União Estável e sem filhos, aos PAIS e, na falta destes, aos IRMÃOS, em partes iguais.

II) Em caso de invalidez total ou parcial definitiva decorrente de acidente do trabalho, que importe na concessão do benefício da aposentadoria por invalidez, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cobertura do seguro deverá corresponder ao valor de **R\$ 16.959,61 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos)**, que deverá ser pago ao empregado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos documentos comprobatórios.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas que não contratarem a apólice de seguro ficarão obrigadas a indenizar diretamente o trabalhador ou aos seus beneficiários o valor da cobertura do seguro, em dobro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O presente benefício não tem natureza salarial por não constituir contraprestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Poderá a Empresa optar por outra cobertura já existente, caso a apólice contemple um número maior de benefícios, desde que não implique ônus para o Empregado.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - APOSENTADORIA – GARANTIA

Para os empregados que, comprovadamente faltarem até 12 (doze) meses para sua aposentadoria, no sistema de contribuição por tempo de serviço ou idade, fica assegurada a sua permanência no emprego até a data prevista de início da aposentadoria, ressalvadas, ainda, as hipóteses de extinção da empresa/termino de contrato de prestação de serviço do tomador, de justa causa para dispensa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O empregado deverá comprovar para a empresa sua condição implementada para a aposentadoria, mediante documento de contagem de tempo de serviço ou idade emitido pelo INSS no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do aviso prévio (indenizado ou trabalhado), para fazer uso ao benefício previsto no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado que já possua condições para a aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja por tempo de contribuição e não realizou o requerimento junto ao órgão previdenciária por motivo particulares, logo, não fará jus à garantia de emprego prevista nesta cláusula.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

Nenhuma disposição em contrato individual de trabalho que contrarie as normas desta convenção poderá prevalecer e será nula de pleno direito, salvo se firmada com a assistência do SINTEAC.

PARAGRAFO ÚNICO – Os contratos e os acordos individuais firmados em face das disposições da Lei 13.467/17, cujas cláusulas não se compreendem nas disposições desta Convenção Coletiva do Trabalho não dependerão do SINTEAC para a sua validade.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - EXTINÇÃO – ACERTO RESCISÓRIO – ASSISTÊNCIA SINDICAL - DOCUMENTOS

O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço só será válido quando feito com a assistência do SINTEAC, sem quaisquer ônus para as empresas e empregados, de forma que é vedada a cobrança de qualquer contribuição, taxa ou similar para a devida “homologação rescisória”.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Independência de assistência o termo de acordo de extinção do contrato de trabalho e o respectivo recibo de quitação a que se refere o art. 484-A da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A assistência às rescisões do contrato de trabalho só será realizada mediante a exibição dos seguintes documentos:

- a) 5 (cinco) cópias do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), sendo que 2 (duas) serão entregues ao Empregado, 2 (duas) ao empregador e 1 (uma) ao SINTEAC;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com as anotações devidamente atualizadas;
- c) Cópia da comunicação da dispensa ou da demissão, acompanhada do aviso prévio, quando for o caso;
- d) Extrato atualizado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do comprovante de recolhimento, se for o caso, dos adicionais devidos pela forma da rescisão do contrato de trabalho;
- e) Comunicação da Dispensa (CD) e Requerimento do Seguro Desemprego (SD);
- f) Atestado Médico Demissional, nos termos da NR-07;
- g) Carta de Referência / Apresentação;
- h) Relação dos salários de contribuição para o INSS; e
- i) Apresentação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), e
- j) Comprovante de recolhimento das importâncias correspondentes ao auxílio do “**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR (PAF)**”, e das contribuições sindicais e assistenciais, cumprindo às empresas a identificação da respectiva sigla do sindicato (SINTEAC) na CTPS.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Excetua-se da regra prevista no *caput* da presente cláusula bem como em seu parágrafo primeiro e segundo, as rescisões contratuais dos empregados que estejam lotados em um raio superior a 30 (trinta) km de uma das bases ou sedes sindicais aptas a realizar a homologação da rescisão, ocasião na qual as empresas/empregadores poderão proceder à rescisão contratual sem intervenção sindical, nos moldes dos Artigos 477, 477-A e 477-B da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - MARCAÇÃO DO ACERTO RESCISÓRIO

O Empregador deverá comunicar por escrito ao empregado, no momento da dispensa ou da comunicação da demissão, o dia e a hora em que ele deverá comparecer ao Sindicato Profissional para o recebimento das verbas rescisórias, da CTPS devidamente atualizada e da documentação referente à rescisão, observados os prazos estabelecidos em lei e salvo quanto ao prazo de homologação e entrega de documentos ao empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica garantido às empresas o prazo de até 20 (vinte) dias, para realizar a entrega dos documentos ao empregado, bem como a realizar a homologação da rescisão, quando esta ocorrer fora da cidade sede ou na subsele do Sindicato Profissional, sem qualquer penalidade legal ou convencional ao empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RESCISÃO INDIRETA

O descumprimento pelo empregador de qualquer cláusula prevista nesta Convenção autoriza ao Empregado considerar rescindido o contrato e pleitear a sua rescisão e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.

Portadores de necessidades especiais

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DEFICIENTE FÍSICO

As empresas darão cumprimento à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na forma da legislação em vigor, na contratação dos portadores de deficiência física, assim como envidarão esforços para possibilitar a contratação de albergados e ex-detentos, desde que, comprovadamente, demonstrem condições objetivas de reintegração na sociedade.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA

As empresas prestarão assistência jurídica aos Empregados que no exercício de suas funções e em defesa dos legítimos interesses e direitos da empresa, incidirem na prática de atos que os levem a responder a ação penal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de qualquer documento ou sua devolução à Empresa ou ao Empregado, deverá ser formalizada com recibo em 02 (duas) vias assinadas pelo Empregador e pelo Empregado, cabendo 01 (uma) cópia a cada parte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador o qual terá o prazo de até 04 (quatro) dias úteis para nela realizarem as anotações definidas na legislação, da cidade sede ou na subsede do Sindicato Profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo será de até 06 (seis) dias úteis, caso o trabalhador resida em município situado fora da cidade sede ou na subsede do Sindicato Profissional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DIA DO TRABALHADOR

Fica instituída a **segunda-feira de Carnaval, como sendo o Dia dos Trabalhadores** abrangidos por esta Convenção, sendo garantida a remuneração dobrada das horas laboradas neste dia, além do salário normal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CARTA DE REFERÊNCIA / APRESENTAÇÃO

As empresas, quando da rescisão do contrato de trabalho, fornecerão aos seus empregados carta de referência / apresentação.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EQUIPAMENTO DE TRABALHO

Ficam as empresas obrigadas a fornecerem os equipamentos de trabalho necessários ao desempenho das respectivas funções, sem ônus para o empregado, nos termos da Lei.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ALEITAMENTO MATERNO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada 1 (um), podendo ocorrer a junção dos períodos no início ou no término da jornada laboral, se for de interesse da trabalhadora, que deverá formular requerimento por escrito.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA

SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, quando solicitados pelo empregado, nos seguintes prazos e condições, para fins de obtenção:

- a) de auxílio doença: 03 (três) dias após a solicitação;
- b) de aposentadoria: 05 (cinco) dias após a solicitação; e
- c) de aposentadoria especial: 15 (quinze) dias após a solicitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mesmo prazo de 15 (quinze) dias as empresas fornecerão ao empregado, para fins de obtenção de aposentadoria especial, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), na forma da legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam as empresas obrigadas a implantar os novos procedimentos de Medicina e Segurança do Trabalho definidos na Lei nº 11.430, de 26 de dezembro de 2006, referentes ao NTE - Nexo Epidemiológico Previdenciário e Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (NR-04).

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - GESTANTE - ESTABILIDADE NO EMPREGO

Fica garantida à Empregada gestante a estabilidade provisória complementar no emprego, pelo período de 30 (trinta) dias, após transcorrido o prazo estabelecido pelo artigo 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa via e-mail, carta registrada, através de terceiros ou pessoalmente, mediante comprovante com cópia para ambas as partes, também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego a ausência injustificada superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o empregado não labore durante o processamento do recurso/ação apresentado em face do INSS, este deverá declarar de próprio punho ou por outro meio perante a empresa expressamente esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - JORNADA ESPECIAL 12X36

A jornada de trabalho poderá ser de 12 (doze) horas seguidas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observado ou indenizado o intervalo para repouso e alimentação, facultada a redução para 30 (trinta) minutos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face a natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 (sessenta) minutos, remuneradas no percentual de **39% (trinta e nove por cento)** para os períodos laborados entre 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre fica dispensada a licença previa da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de **50% (cinquenta por cento)** sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO - Na jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) de descanso, aplica-se o divisor 210 (duzentos e dez) para cálculo do salário-hora, das horas extras e do adicional noturno.

PARÁGRAFO SEXTO - Não descaracteriza a jornada de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, a indenização dos intervalos para repouso e alimentação e/ou as prorrogações eventuais desta jornada, quando houver, nos termos do art. 59-A da CLT, sendo devido nesta hipótese o pagamento das horas extras laboradas na forma da lei e desta convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - JORNADA 5X1

Ficam as empresas autorizadas a praticarem a escala de trabalho de 5x1, qual seja, 5 (cinco) dias de trabalho por 1 (um) dia de repouso.

PARAGRÁFO ÚNICO - Na jornada 5x1 fica garantido o número de folgas equivalentes ao sistema de jornada usual, além da coincidência do repouso semanal com 1 (um) domingo pelo menos 1 (uma) vez por mês, conforme **NOTIFICAÇÃO/PRT3/Belo Horizonte/Nº 18399.2014**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE 6 (SEIS) HORAS

Fica autorizada a jornada de 6 (seis) horas diárias de trabalho, facultando-se às empresas o pagamento de salário proporcional às horas trabalhadas em relação aos pisos descritos na Cláusula “**PISOS SALARIAIS**” e observada a

obrigatoriedade do pagamento do repouso semanal remunerado (RSR), que corresponde à média aritmética simples das horas efetivamente trabalhadas no curso da semana.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As horas trabalhadas em dias de repouso, domingos ou feriados, serão pagas em dobro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para os contratos de trabalho em vigor, com Jornada Especial 12X36 (doze por trinta e seis) ou jornada de 8 (oito) horas, somente será válida a redução para a jornada de 6 (seis) horas se efetivada com anuência do empregado e com a assistência do SINTEAC.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA E COMPENSAÇÃO

As Empresas poderão prorrogar a jornada de trabalho do Empregado até o máximo permitido em lei (artigo 59 da CLT).

PARÁGRAFO ÚNICO - Se aos sábados não houver expediente de trabalho no local em que o empregado estiver lotado, a sua jornada poderá ser redistribuída de segunda a sexta-feira para compensar as horas não trabalhadas aos sábados, hipótese que não ensejará direito ao pagamento de horas extras, salvo se o total das horas trabalhadas na semana ultrapassar a 44 (quarenta e quatro) horas e, mesmo assim, se no mês superar a 220 (duzentos e vinte) horas, compreendidas as horas dos repouso semanais remunerados.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CARTÃO DE PONTO - PONTO ELETRÔNICO

Os cartões de ponto, folhas ou livros-ponto utilizados pelas Empresas deverão ser marcados e assinados pelo próprio Empregado, não sendo admitido apontamentos por outrem, sob pena de inexistência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica autorizada, além do disposto na Subseção I e II da Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados via internet, por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador. A assinatura eletrônica do ponto poderá basear-se em sistema de tokenização, desde que o token respectivo seja enviado ao empregado, para acesso exclusivo do mesmo mediante senha pessoal, via celular ou e-mail (desde que empregado possua tais equipamentos ou que os mesmos sejam fornecidos gratuitamente pelo empregador), por empresa especializada, devendo as empresas manterem histórico dos empregados que visualizaram o ponto a ser assinado eletronicamente, dos efetivamente assim assinados e data de sua assinatura.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não será considerado como atraso ou hora extra a entrada do empregado 5 (cinco) minutos antes do início da jornada ou 5 (cinco) minutos posterior ao início da jornada de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - BANCO DE HORAS

As horas diárias prorrogadas até o limite legal, poderão ser compensadas com folgas ou com redução da jornada em outro dia, no prazo de até 7 (sete) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A empresa deverá efetuar o controle mensal de Banco de Horas, juntamente com o empregado, por meio de lançamentos em planilha individual, detalhando as horas suplementares realizadas, as horas compensadas e o saldo remanescente, que será quitado ou zerado a cada 7 (sete) meses.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma estabelecida nesta cláusula, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, nos termos do parágrafo terceiro do art. 59 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ABONO DE FALTA DA MÃE OU PAI TRABALHADORES

Aos empregados que necessitarem acompanhar seus dependentes, filhos menores de 14 (quatorze) anos ou inválidos, independentemente da idade, em consultas médicas terão as suas faltas abonadas até o limite de 6 (seis) vezes por ano na forma do art. 473 da CLT, mediante comprovação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A partir da 7ª (sétima) falta até a 12ª (décima segunda) no ano, as horas correspondentes às ausências serão descontadas, mas não serão consideradas para efeito de cálculo do 13º (décimo terceiro) salário e férias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO - PIS

Será abonada a falta do trabalhador que comprovadamente se ausentar do serviço, até o limite máximo de 4 (quatro) horas, para fins de recebimento do Programa de Integração Social (PIS).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - GREVE DE TRANSPORTE COLETIVO

Em caso de impossibilidade de comparecer ao trabalho, por motivo de greve geral comprovada no transporte coletivo, o empregado terá a sua falta e/ou eventual atraso abonados pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO ESTUDANTE

Consideram-se como justificadas as faltas ao serviço, as entradas com atraso ou as saídas antecipadas, se necessárias para comparecimento do Empregado estudante às provas escolares em curso regular, em estabelecimento de ensino oficial ou legalmente reconhecido, desde que feita a comunicação ao empregador com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, comprovando-se o comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias da realização da prova, inclusive para exames vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS

O início do gozo das férias do Empregado não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados, não se aplicando o disposto no parágrafo terceiro do art. 134 da CLT.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - LICENÇA PATERNIDADE

Assegura-se a licença paternidade remunerada pelo prazo de 5 (cinco) dias subsequentes ao nascimento do filho, já abrangido o dia para o seu registro.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - SESMT EM COMUM

Fica facultada às empresas a constituição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, SESMT em comum, organizado pelo SEAC/MG ou pelas próprias empresas interessadas, visando à promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho, em conformidade com o disposto no item 4.14.3 da NR-04 do Ministério do Trabalho.

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES

As empresas fornecerão, gratuitamente, uniformes completos (jaleco, calça e calçado) aos empregados, quando deles for exigido o seu uso.

PARÁGRAFO ÚNICO - O uniforme será fornecido contra recibo, que especificará o seu custo, mediante comprovante específico, com cópia para o Empregado. Extinto o contrato de trabalho o Empregado fica obrigado a devolvê-lo à Empresa, no estado em que se encontra, sob pena de lhe ser descontado no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), o valor correspondente e proporcional ao tempo de uso.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ELEIÇÕES - CIPA

As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a realização de eleições para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas fornecerão comprovantes de inscrição aos candidatos com assinatura sobre carimbo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Da cédula eleitoral constará não só o nome do empregado que registrou a sua candidatura, como também, de seu apelido se assim este o requerer.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As eleições serão fiscalizadas pelos membros da CIPA, em exercício na data de sua realização e acompanhadas pelo sindicato profissional.

PARÁGRAFO QUARTO - Ao SINTEAC também será enviado, com antecedência de 10 (dez) dias, correspondência comunicando a data e o motivo do cancelamento das eleições da CIPA e o endereço completo do(s) estabelecimento(s) em que ela seria realizada.

PARÁGRAFO QUINTO - No prazo de 10 (dez) dias da realização da eleição e posse, deverão ser enviadas ao Sindicato Profissional cópias das atas da eleição, instalação e posse, devidamente assinadas por todos os membros participantes e o calendário das reuniões ordinárias, mencionando o dia, mês, hora e o local de suas realizações, por protocolo ou via Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO SEXTO - O não cumprimento das condições previstas nesta cláusula acarretará a nulidade do processo eleitoral, devendo ser processadas novas eleições no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, ficando garantidas as inscrições já efetuadas, salvo se o empregado desistir da inscrição.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os membros da CIPA, titulares e suplentes, não poderão sofrer despedida arbitrária. Entende-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro ou em razão da extinção do contrato de prestação de serviços entre a empresa e o tomador de serviços, desde que a CIPA tenha sido constituída em razão deste contrato.

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CURSOS E TREINAMENTOS OBRIGATÓRIOS PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS (NR'S)

O trabalhador, que para o exercício da atividade/função, é obrigatório à realização de treinamento nos termos das Normas Regulamentadoras (NR's), emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, deverá, preferencialmente, realizá-lo dentro da jornada de trabalho. Caso não seja possível, não será considerada hora extra.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os treinamentos e cursos de capacitação obrigatórios, nos termos das NR's, terão as respectivas validades respeitadas e o trabalhador estará habilitado para o exercício da atividade/função, mesmo se ocorrer mudança de Empresa/Empregador. Caso haja mudança de Empresa/Empregador não será necessária a realização de novo curso de capacitação obrigatória, enquanto perdurar a validade do curso anterior.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas aceitarão os atestados médicos emitidos pelo **serviço médico e odontológico do SINTEAC**, além dos demais previstos em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os atestados deverão ser entregues, mas sempre contra recibo, em até 03 (três) dias contados de sua emissão, à chefia da empresa empregadora ou na portaria da empresa empregadora ou no local onde ela recebe as suas correspondências.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na impossibilidade de locomoção do empregado, o atestado médico poderá ser entregue, no prazo a que se refere o parágrafo anterior, por qualquer pessoa, contra recibo, ou encaminhado por meio eletrônico, também mediante aviso de recebimento, cabendo, ao empregado entregar o original quando de sua alta médica.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ACIDENTE DE TRABALHO - TRANSPORTE

As Empresas obrigam-se a garantir o transporte gratuito, imediatamente após a ocorrência do acidente do trabalho com o Empregado até o local de efetivação do atendimento médico, bem como o transporte quando da alta médica até sua residência, se a situação clínica do empregado impedir sua normal locomoção.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao SINTEAC serão enviadas cópias de todas as Comunicações de Acidente do Trabalho (CAT), inclusive as decorrentes de doenças do trabalho e profissionais, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido, o que poderá ser feito inclusive, via internet, bem como, no mesmo prazo, em se tratando de acidente fatal e em havendo CIPA, cópia da ata de sua reunião extraordinária.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - RISCO DE ACIDENTE DE TRABALHO

Em função das disposições contidas na Lei nº 10.666/2003 e nos Decretos nº 6.042/07, 6.257/07 e 6.577/08, ficam as empresas abrangidas pelo presente instrumento autorizadas a aplicar individualmente sua alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAP), sobre o Risco de Acidente de Trabalho (RAT), antigo SAT.

Relações Sindicais

Representante Sindical

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Por solicitação prévia e escrita da Entidade Profissional, as empresas liberarão membro da diretoria do Sindicato, sem prejuízo de salários, para participarem de reuniões, assembleias ou encontros de trabalhadores, respeitado o limite máximo de até 12 (doze) dias por ano e de 01 (um) dirigente por empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado o livre acesso do dirigente sindical aos setores de trabalho, desde que o contratante não se oponha.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DELEGADO SINDICAL

O Empregado eleito ou designado pelo Sindicato Profissional para o cargo de Delegado Sindical, terá estabilidade no emprego de 01 (um) ano, salvo por cometimento de falta grave, devendo o Sindicato Profissional comunicar a empresa o início e o término do mandato do empregado.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - E-SOCIAL / CAGED / RAIS / FGTS (GRF)

As empresas, a partir da implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (E-SOCIAL), enviarão ao SINTEAC, por meio físico ou digital, **no mês subsequente ao registro e homologação deste instrumento pelo Ministério da Economia**, cópia das informações prestadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Enquanto não implementado o E-SOCIAL e na impossibilidade de por ele se obter cópias de suas informações, as empresas enviarão ao SINTEAC, também por meio físico ou eletrônico, cópia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) ou a Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a indicação do número trabalhadores, acompanhada do comprovante de recolhimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas ficam obrigadas a declarar na **RAIS**, ano base **2022**, o valor total em reais descontado de seus empregados e recolhido ao SINTEAC a título de Mensalidade Social ou Contribuição Associativa (Empregado Associado), da Contribuição Assistencial do Empregado, da Contribuição Sindical e demais contribuições fixadas em Assembleia da categoria, bem como os valores que recolheu a título de Contribuição Associativa (Empresa Associada), da Contribuição Assistencial Patronal, Contribuição Sindical Patronal, tudo conforme Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho será depositada e registrada na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais a quem, bem como aos Sindicatos convenientes, caberá fiscalizar o seu cumprimento.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DOS EMPREGADOS

Cada empregado sindicalizado ao SINTEAC (Associado ao sindicato) contribuirá mensalmente, a partir de **1º de janeiro de 2023**, com a importância mensal de **R\$ 95,00 (noventa e cinco reais)**, que será descontado do empregado sindicalizado mediante autorização. O desconto deverá ser repassado ao SINTEAC até o dia 10 (dez) do mês subsequente, via boleto bancário emitido pelo SINTEAC, sob pena de multa de **10% (dez por cento)**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ressalta-se que, caso a empresa faça o desconto de forma equivocada do trabalhador, a mesma ficará responsável pelo reembolso ao funcionário.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - PATRONAL

As empresas/empregadores associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de **R\$ 9,77 (nove reais e setenta e sete centavos)**, por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia **10 de março de 2023**, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária e orientação emanada de Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF – RE 220.700-1 - RS – DJ. 13.11.98 e decisão RE – 189.960- 3 – DJ. 17.11.2000. As empresas não associadas ao SEAC/MG recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de **R\$ 13,13 (treze reais e treze centavos)**, por empregado, a ser recolhida em até 10 (dez) parcelas, a primeira delas vencendo no dia **10 de março de 2023**, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. O pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário a ser enviado a todas as empresas pelo SEAC/MG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O cálculo para recolhimento da referida contribuição (número de empregados) será feito com base no número efetivo de empregados que possuir a empresa no mês de **janeiro de 2023**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição assistencial prevista no *caput* é de recolhimento facultativo às empresas não associadas ao sindicato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL - EMPREGADOS

Em observância à Súmula Vinculante nº 40 do Excelso Supremo Tribunal Federal, Precedente Normativo 119 e Orientação Jurisprudencial nº 17 ambos da Seção de Dissídios Coletivos do E. Tribunal Superior do Trabalho e, ainda por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da categoria, os empregadores ficam obrigados a descontar de cada empregado no salário do mês de **janeiro de 2023**, devidamente corrigido, a quantia equivalente a **6% (seis por cento)** dos salários, limitado ao valor de **R\$ 80,00 (oitenta reais)** por empregado, destinando a importância descontada ao SINTEAC, a título de Contribuição Negocial, por guia própria fornecida pela Entidade Sindical, até o dia **10 de março de 2023**, acompanhada da relação nominal dos empregados com a respectiva remuneração de cada um, sob pena de pagamento de multa de **10% (dez por cento)** do valor devido, acrescido de juros de **1% (um por cento)** ao mês, e correções legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - NOVOS EMPREGADOS - Dos empregados que vierem a ser contratados após o mês de **janeiro de 2023**, o desconto será efetuado no mês seguinte ao de admissão e proporcionalmente a data de admissão, desde que o mesmo ainda não tenha contribuído com essa entidade laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O trabalhador poderá exercer o direito de oposição ao desconto da contribuição estabelecida em norma coletiva mediante protocolo de sua carta de oposição na sede da entidade ou mediante correspondência com AR (aviso de recebimento) enviada pelos Correios.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em observância ao TERMO DE ACORDO firmado pelo SEAC-MG com o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO da 3ª Região nos autos da **AÇÃO CIVIL COLETIVA Nº 0000723-44.2010.5.03.0039**, a contribuição estabelecida nesta cláusula condiciona-se à prévia autorização dos trabalhadores mediante Assembleia Geral legítima, representativa, democrática e regularmente convocada, com participação de todos os integrantes da categoria, associados ou não associados à entidade profissional, e que garanta o direito de oposição.

PARÁGRAFO QUARTO - A convocação para a Assembleia Geral será destinada a todos os trabalhadores da categoria, associados ou não associados à entidade profissional, e deverá conter a informação de que haverá deliberação acerca da instituição de contribuição a ser imposta a todos os trabalhadores, associados ou não associados.

PARÁGRAFO QUINTO - A convocação para a Assembleia Geral deverá ser ampla, com publicação de edital em jornal de grande circulação e em outros meios de comunicação previstos no estatuto social da instituição, dando-se ampla comunicação, inclusive, nas mídias sociais do ente sindical; além de publicação e fixação no site da entidade profissional, mais precisamente na página principal, por pelo menos 30 (trinta) dias antes da Assembleia, sem prejuízo de outros meios.

PARÁGRAFO SEXTO - A lista de presença à Assembleia Geral deverá conter as seguintes informações do trabalhador: nome completo, CPF, empregador e a informação de filiação ou não à entidade profissional.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O trabalhador não associado à entidade terá direito a voto na Assembleia Geral, com mesmo peso do voto do trabalhador associado à entidade.

PARÁGRAFO OITAVO - Deverá ser assegurado ao trabalhador não associado à entidade profissional o direito de oposição aos descontos das contribuições previstas em instrumentos coletivos, manifestada, no prazo de até 15 (quinze) dias do início da data base, perante a entidade profissional.

PARÁGRAFO NONO - O direito de oposição deve ser manifestado por escrito, de forma legível e com assinatura pelo empregado, através de comparecimento na sede da entidade profissional ou através do envio de correspondência à entidade, com Aviso de Recebimento (AR).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Findo o prazo de 15 (quinze) dias especificado no parágrafo oitavo desta cláusula, a entidade profissional terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, para comunicar à empresa respectiva que proceda a exclusão dos descontos da folha de pagamento, sob pena de devolução pela entidade profissional dos valores indevidamente descontadas pela parte que assim não proceder.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Não se exigirá qualquer justificativa para a oposição à cobrança por parte dos trabalhadores não associados à entidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Em caso de eventual ação ajuizada por trabalhador na qual seja julgado indevido o desconto dos valores referentes à contribuição estabelecida nesta cláusula, a entidade profissional arcará exclusivamente com esta responsabilidade ou deverá restituir a empresa condenada ao pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O desconto e repasse da Contribuição dos Empregados será de inteira responsabilidade da empresa, sendo que a omissão empresarial na efetivação do desconto e o seu respectivo repasse ao SINTEAC, fará com que a obrigação pelo pagamento da importância se reverta à empresa, sem permissão de desconto ou reembolso posterior junto ao trabalhador.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Com base nas disposições contidas na Convenção nº 98 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) ficam as empresas advertidas sobre a proibição de exercer qualquer tipo de intervenção, influência, facilitação ou incentivo ao trabalhador para se opor ao desconto da contribuição fixada pelo Sindicato Profissional, sob pena de pagamento de multa de **8% (oito por cento)** do piso salarial da classe, limitada ao valor

do principal, que agir sob motivação da empresa, multa esta a ser revertida em favor do SINTEAC, sem prejuízo da empresa responder ainda por danos materiais e morais eventualmente causados à entidade sindical.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - QUADRO DE AVISO

Será permitida pelas empresas a colocação de cartazes, correspondências, convocações do SINTEAC, em seus quadros de avisos sempre que solicitadas e desde que não sejam ofensivas a qualquer pessoa (natural ou jurídica) nem atentem contra os bons costumes e a moral.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta Convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as Empresas deverão, para contratarem com os órgãos da administração pública, direta, indireta ou com empresas privadas, **apresentar Certidão de Regularidade Sindical**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A certidão será expedida pelas partes convenientes, individualmente, e para cada contratação, vedada a emissão de certidões ou declarações de cumprimento parcial das obrigações sindicais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Além da contribuição a que se refere o art. 607 da CLT, consideram-se, também, para fins de emissão da Certidão de Regularidade Sindical, as seguintes obrigações:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Comprovante de pagamento das importâncias correspondentes ao **“PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR (PAF)”**, acompanhado da apresentação ou entrega das respectivas relações dos empregados;
- c) comprovante de entrega ao SINTEAC das informações do E-SOCIAL ou CAGED ou RAIS ou FGTS (GRF).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A falta da Certidão ou o vencimento de seu prazo de validade, que é de 30 (trinta) dias, além de constituir em ilícito de natureza trabalhista, caracterizará a culpa **“in elegendo”** e, portanto, na responsabilidade do tomador de serviços pelos débitos trabalhistas e sindicais da empresa contratada e, ainda, permitirá às demais empresas licitantes bem como as Entidades convenientes, nos casos de concorrências, carta-convite ou tomada de preços, impugnarem, administrativa ou judicialmente, o processo licitatório por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de denúncia fundamentada ou indício de fraude, as Entidades Sindicais signatárias poderão condicionar a emissão da Certidão de Regularidade à comprovação da inexistência do ato ilícito ou até mesmo comunicar o cancelamento da certidão já emitida.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Com o objetivo de evitar e combater fraudes no segmento, as Entidades convenientes se comprometem a permanentemente permutar informações, documentos e outros dados que revelem o comportamento das

empresas quanto ao descumprimento dos termos pactuados nesta Convenção e outros decorrentes de disposição legal.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - COMISSÃO INTERSINDICAL

As Entidades convenientes poderão criar uma comissão intersindical permanente de análises de problemas relacionados às concorrências, licitações, cumprimento de convenções coletivas, acordos coletivos, recolhimento de contribuições, cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como, à legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CCT / OBRIGATORIEDADE - LICITAÇÃO

As empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como das variações salariais ocorridas durante seu período de vigência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - LICITAÇÕES - A partir da assinatura deste Instrumento, as empresas ficam obrigadas a incluir em sua documentação para licitações públicas ou contratação por entes privados, cópia desta Convenção Coletiva de Trabalho, Certidão de Regularidade Sindical, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho e Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas, expedida pelo Órgão Competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - REFLEXOS DE ADICIONAL, BENEFÍCIOS E CLÁUSULAS SINDICAIS – Consideram-se inexecutáveis e, portanto, caracterizando a culpa do tomador, os contratos de prestação de serviço das empresas de asseio, conservação e de prestação de serviços terceirizáveis de mão de obra continuada e permanente, firmados com o poder público e com as empresas privadas, que não cotarem, obrigatoriamente, em suas planilhas, os efetivos custos salariais, os encargos trabalhistas, sindicais, sociais e previdenciários, fixadas na legislação e nesta Convenção Coletiva de Trabalho, dentre os quais, exemplificativamente: os pisos salariais; os adicionais salariais (horas extras, adicional noturno, insalubridade, periculosidade, etc.) os reflexos destes adicionais, em repouso semanais remunerados (RSR), em férias, em 13º (décimo terceiro) salário, em aviso prévio; os **Auxílios: Alimentação** – Ticket alimentação / Refeição; **Transporte** – Concessão do Benefício do Vale Transporte e sua comprovação; **Saúde** – Programa de Assistência Familiar (PAF); **Seguro de Vida** – Seguro de Vida em Grupo; bem como outros decorrentes da natureza da prestação de serviços e das cláusulas relacionadas às **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Outras Normas Referentes a condições para o exercício do trabalho** – NTE (Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário / Medicina e Segurança do Trabalho; **Saúde e Segurança do Trabalhador – Condições de Ambiente de Trabalho** – **SESMT EM COMUM** (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalhador – MTE – NR-04, respondendo **solidariamente** o Tomador de Serviços pelo inadimplementos destas obrigações.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - TABELA DE ENCARGOS

Na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, as Entidades convenientes poderão elaborar Tabela de Encargos mínimos a ser, também, observada na contratação dos serviços terceirizados no segmento asseio, conservação e de prestação de serviços de mão de obra continuada e permanente.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - IRREDUTIBILIDADE SALARIAL E BENEFÍCIO NA TRANSFERÊNCIA DE TRABALHADORES

A Empresa que assumir o contrato de prestação de serviço fica obrigada a manter os níveis salariais das funções contratadas, pagando aos empregados os mesmos salários e demais benefícios praticados pela empresa sucedida, que está perdendo o contrato de prestação de serviço, tais como: vale transporte, cesta básica, ticket refeição, vale alimentação, salário-utilidade, etc.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA NA TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO E MANUTENÇÃO DO PATAMAR CONVENCIONAL

Os trabalhadores que permanecerem com o contrato de trabalho em vigor, com alteração do tomador de serviços, mediante transferência do empregado do tomador de serviços inicial, não há que se falar em manutenção dos valores praticados e benefícios acima dos limites previstos no presente instrumento coletivo de trabalho (CCT), bem como a manutenção de percepção de cestas básicas e plano de saúde diferenciado, em razão das particularidades do tomador de serviços inicial (liberalidade), face ao princípio da constitucional da isonomia e os limites previstos neste instrumento, conforme Súmula nº 33 do TRT-MG, mediante autorização do sindicato profissional.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - OBRIGATORIEDADE DE ADIMPLEMENTO DAS PARCELAS

Os contratantes de serviços das empresas abrangidas pelo presente instrumento assegurarão às suas contratadas, em contrapartida às atividades por elas desempenhadas, o correspondente pagamento, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, a teor das disposições contidas no art. 40, inc. XIV, alínea "a" da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – O atraso no pagamento da fatura na forma do *caput* caracteriza culpa do Tomador de serviço para fins de sua responsabilidade pelos débitos decorrentes das obrigações trabalhistas e previdenciárias das empresas prestadoras de serviço.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As Empresas reconhecem a legitimidade do Sindicato Profissional para ajuizar Ação de Cumprimento da presente Convenção e das demais normas trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, independente de outorga do mandato e/ou da apresentação da relação nominal dos empregados substituídos.

PARÁGRAFO ÚNICO - LIQUIDAÇÃO - Nas ações de cumprimento os valores indicados na petição inicial, conforme exigência do § 1º, do art. 840 da CLT configuram estimativa e não um limite para apuração das importâncias das parcelas objeto de condenação devidas a cada substituído.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - PENALIDADE

A violação ou descumprimento de qualquer cláusula da presente convenção sujeitará o infrator às penalidades previstas em lei, além da multa de **8% (oito por cento)** do piso salarial da classe para cada cláusula violada, limitada ao valor do principal, excetuadas aquelas cujas penalidades já estão nelas fixadas, revertida em favor do empregado ou para as Entidades convenientes, se for o caso.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - TRINTÍDIO

Nos caso de projeção do aviso prévio, ainda que proporcional, se ocorrer nos 30 (trinta) dias que antecedem a data-base da categoria, a empresa ficará dispensada do pagamento do adicional previsto na Lei nº 6.708/79 e a Lei nº 7.238/84, desde que o encerramento do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador dos serviços, e que a empresa sucessora contrate os empregos da empresa sucedida, mediante comprovação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes de assumir o contrato, junto a entidade Sindical Profissional, através de relação nominal dos empregados a serem contratados.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - FGTS – COMPROVANTES

As Entidades convenientes alertam as Empresas que, em observância aos termos da **NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº 43/96**, do Ministério Público do Trabalho (MPT), deverão enviar semestralmente as Entidades convenientes as cópias autenticadas dos comprovantes de recolhimento do FGTS, relativos a todos os contratos existentes e de todos os empregados

PARÁGRAFO ÚNICO - Sem prejuízo das demais sanções legais, as empresas que incorrerem em atraso no recolhimento do FGTS ou efetuarem recolhimentos menores que o devido, ficam obrigadas a pagar o valor não recolhido acrescido de multa mensal correspondente a **8% (oito por cento)** da diferença apurada, por mês de atraso, *pro rata die*, limitada ao valor do principal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - DEBATES SOBRE ESTUDOS DE VIABILIDADE

As partes poderão se reunir para debates de temas voltados para a produtividade, a participação em lucros ou resultados, de programa de formação profissional e de implementação de benefícios sociais, a fim de elaborar estudos que indiquem critérios, formas ou métodos para viabilização de sistemas ou políticas que atendam às necessidades do segmento, inclusive implementação de plano de cargos e salários.

PARÁGRAFO ÚNICO – As entidades convenientes acordam entre si que promoverão estudos visando identificar mecanismos para aperfeiçoar a gestão sindical quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento normativo, podendo inclusive firmar contratos e ou convênios com empresas da iniciativa privada, visando à contratação de serviços de consultoria em tecnologia da informação para a implementação de soluções tecnológicas que permitam racionalizar seus procedimentos, de forma a gerar indicadores para a tomada de decisão, introduzir novas formas de organização e tramitação de documentos e permitir o armazenamento e acesso seguro aos dados.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - NEGOCIAÇÃO PERMANENTE - AJUSTES

As partes convenientes poderão voltar, sempre que necessário, a se reunir para discutir eventuais ajustes em relação as multas previstas neste instrumento e o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos, observarão as disposições do art. 615 da CLT.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - CONTROVÉRSIAS

As controvérsias decorrentes da aplicação, prorrogação, revisão, total ou parcial desta Convenção Coletiva de Trabalho serão resolvidas diretamente pelas partes convenientes e, em caso de impasse por mediação ou da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais ou do Ministério Público do Trabalho ou pela Justiça do Trabalho.

}

JORGE EUGENIO NETO

Membro de Diretoria Colegiada

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PAULO SERGIO PENA FELIX

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE JUIZ
DE FORA M/G

ANEXOS

ANEXO I - ATA AGE SINDICATO PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA SINDICATO LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo V - ANEXO V - MAPA DE PREÇOS E PESQUISA
COMPLETA.pdf**

DESVIO PADRÃO	0,515	21,088	0,018	0,020
MENOR VALOR	R\$ 10,00	R\$ 26,24	2,00%	2,00%
MODA	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	2,00%
MEDIANA	R\$ 13,11	R\$ 95,73	4,50%	4,00%
MÉDIA	R\$ 12,99	R\$ 85,69	4,60%	4,15%

UASG	Unidade Gestora	Vencedor	Nº Pregão	Nº Item	Data da Compra	Endereço do anexo	Seg. vida	Uniformes	Custo ind.	Lucro	Descrição do cargo na planilha
200404	SUPERINTENDENCIA REG. DEP.POLICIA FEDERAL - TO	05.859.296/0001-14 - G ANDRADE GOMES LTDA	022023	1	24/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/downloadAnexoProposta.asp?paCod=16966789&prgCod=1131885	-	R\$ 46,25	8,28%	9,70%	Prestação de serviços de portaria / recepção
200404	SUPERINTENDENCIA REG. DEP.POLICIA FEDERAL - TO	05.859.296/0001-14 - G ANDRADE GOMES LTDA	022023	2	24/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/downloadAnexoProposta.asp?paCod=16966789&prgCod=1131885	-	R\$ 46,25	8,90%	9,73%	Prestação de serviços de portaria / recepção
200404	SUPERINTENDENCIA REG. DEP.POLICIA FEDERAL - TO	05.859.296/0001-14 - G ANDRADE GOMES LTDA	022023	3	24/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/downloadAnexoProposta.asp?paCod=16966789&prgCod=1131885	-	R\$ 46,25	8,81%	9,60%	Prestação de serviços de portaria / recepção
152005	MINISTERIO DA EDUCACAO	34.036.212/0001-40 - TIME MULTISSERVICOS LTDA	022023	1	20/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8944142	R\$ 10,00	R\$ 49,17	4,40%	2,67%	Receptionista
200050	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	30.070.260/0001-02 C5S CONSERVACAO & FACILITIES LTDA	042023	5	18/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8959065	-	R\$ 88,94	2,50%	2,34%	Receptionista
200050	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	30.070.260/0001-02 C5S CONSERVACAO & FACILITIES LTDA	042023	4	18/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8959063	-	R\$ 88,94	2,34%	2,30%	Receptionista
926947	ESTADO DO MATO GROSSO	09.192.042/0001-46 IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	42023	6	14/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8966055	-	R\$ 31,19	3,00%	4,00%	Recepção humanizada
929370	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	34.036.212/0001-40 TIME MULTISSERVICOS LTDA	102020	1	14/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8844152	-	R\$ 26,24	3,31%	2,00%	Recepção
929370	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	34.036.212/0001-40 TIME MULTISSERVICOS LTDA	102020	2	14/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8844152	-	R\$ 59,58	7,66%	6,00%	Copeira
929370	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	34.036.212/0001-40 TIME MULTISSERVICOS LTDA	102020	3	14/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8844152	-	R\$ 34,92	7,25%	6,00%	Servente de limpeza predial
929370	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	34.036.212/0001-40 TIME MULTISSERVICOS LTDA	102020	4	14/04/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8844152	-	R\$ 34,92	3,67%	4,00%	Servente de limpeza ônibus
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	29	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	5,95%	5,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ADAMANTINA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	31	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	5,93%	5,07%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO AGUDOS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	32	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	5,01%	5,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO AGUDOS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	33	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	5,93%	5,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ASSIS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	34	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	2,53%	2,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO ASSIS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	35	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	5,00%	4,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO AVARE
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	37	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	3,70%	3,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO FUNDÃO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	38	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	2,00%	2,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO FUNDÃO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	39	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	3,00%	2,61%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO BARRETOS

DESVIO PADRÃO	0,515	21,088	0,018	0,020
MENOR VALOR	R\$ 10,00	R\$ 26,24	2,00%	2,00%
MODA	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	2,00%
MEDIANA	R\$ 13,11	R\$ 95,73	4,50%	4,00%
MÉDIA	R\$ 12,99	R\$ 85,69	4,60%	4,15%

UASG	Unidade Gestora	Vencedor	Nº Pregão	Nº Item	Data da Compra	Endereço do anexo	Seg. vida	Uniformes	Custo ind.	Lucro	Descrição do cargo na planilha
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	41	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	4,00%	2,74%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO FRANCA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	43	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	3,72%	3,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ITAPEVA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	45	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8700862	R\$ 13,11	R\$ 95,73	3,73%	3,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ITIRAPINA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	47	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	5,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ITUVERAVA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	48	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,73	2,70%	2,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO ITUVERAVA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	49	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	5,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO OURINHO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	51	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	4,00%	4,88%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO PARAGUAÇU
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	52	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,73	2,70%	2,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO PARAGUAÇU
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	53	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	4,50%	4,39%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO PEDERNEIRAS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	55	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	4,50%	4,38%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO RIB PRETO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	57	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	3,88%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO SANTOS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	58	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,73	2,29%	2,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO SANTOS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	59	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	4,50%	4,38%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO SANTOS 2
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	60	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,73	2,29%	2,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO SANTOS 2
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	61	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	4,01%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO SJ RIO PRETO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	62	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,73	5,00%	4,95%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO SJ RIO PRETO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	63	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8696329	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	3,90%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO SÃO MANOEL
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	17.467.094/0001-06 AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI	412022	7	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8680862	R\$ 12,24	R\$ 89,51	3,49%	2,09%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO BOTUCATU

DESVIO PADRÃO	0,515	21,088	0,018	0,020
MENOR VALOR	R\$ 10,00	R\$ 26,24	2,00%	2,00%
MODA	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,00%	2,00%
MEDIANA	R\$ 13,11	R\$ 95,73	4,50%	4,00%
MÉDIA	R\$ 12,99	R\$ 85,69	4,60%	4,15%

UASG	Unidade Gestora	Vencedor	Nº Pregão	Nº Item	Data da Compra	Endereço do anexo	Seg. vida	Uniformes	Custo ind.	Lucro	Descrição do cargo na planilha
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	17.467.094/0001-06 AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI	412022	9	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8680862	R\$ 12,24	R\$ 89,51	3,49%	2,09%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO TATUI
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	11	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	6,00%	5,94%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ARARAQUARA SEDE
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	12	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	4,95%	4,00%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO ARARAQUARA SEDE
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	13	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,61%	4,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ARARAQUARA ANEXO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	14	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	6,00%	5,09%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO ARARAQUARA ANEXO
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	15	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	3,07%	3,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ARARAQUARA TUTOIA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	16	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	5,59%	5,50%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO ARARAQUARA TUTOIA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	17	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	3,00%	2,87%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO ENG SHMITZ
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	18	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	7,00%	6,55%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO ENG SHMITZ
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	19	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	2,42%	2,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO FERNANDÓPOLIS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	20	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	6,60%	6,50%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO FERNANDÓPOLIS
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	21	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	3,07%	3,00%	VIGILANTE DESARMADO - NOTURNO JOAQUIM BARRA
225001	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S. PAULO	66.700.295/0001-17 - ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	412022	22	16/02/2023	http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/download_anexo.asp?ipaCod=8705370	R\$ 13,11	R\$ 95,76	6,00%	5,40%	VIGILANTE DESARMADO - DIURNO JOAQUIM BARRA

<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/33096>

<http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/pregao/ata0.asp>



Relatório de Pesquisa de Preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Título	Editado por	Status
160/2023	158123	SERVIÇOS CONTINUADOS DE PORTEIRO VIGIA E LIMPEZA	FERNANDO DE OLIVEIRA ROCHA	Concluída

Observações

Total de itens cotados: 4

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item		Consolidação dos preços cotados			
8729 - Prestação de serviços de portaria / recepção		Menor Preço	Media	Mediana	Maior Preço
Unidade	Quantidade	R\$ 3.099,6100	R\$ 44.726,6747	R\$ 35.383,8500	R\$ 383.996,0000
Fornecimento	60				
UNIDADE					

Filtro Aplicado:

Período: 12 Meses

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	Compras.gov.br	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-RJ	1	R\$ 192.500,0000	25/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
38946605000062023	1	25/04/2023	389466	SISPP	Pregão

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de recepção, limpeza e conservação e copeiragem, com cessão de mão-de-obra, a serem executados nas dependências da sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro situada na Rua da Alfândega, nº 91 14º, 15º e 16º andar Centro Rio de Janeiro/RJ. CEP 20.070-003, com fornecimento de uniformes.

Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra
Federal	LM FLUMINENSE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA		Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	Compras.gov.br	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	1	R\$ 58.437,4000	24/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20040405000022023	3	24/04/2023	200404	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de recepção, auxiliar administrativoe copeiragem para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins e suas Unidades					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Compra	
Federal	G ANDRADE GOMES LTDA			Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	Compras.gov.br	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	2	R\$ 47.046,5000	24/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20040405000022023	2	24/04/2023	200404	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de recepção, auxiliar administrativoe copeiragem para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins e suas Unidades					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Compra	
Federal	G ANDRADE GOMES LTDA			Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	Compras.gov.br	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	1	R\$ 59.997,4000	24/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20040405000022023	1	24/04/2023	200404	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de recepção, auxiliar administrativoe copeiragem para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Tocantins e suas Unidades					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Compra	
Federal	G ANDRADE GOMES LTDA			Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA EDUCACAO	25	R\$ 38.899,9000	20/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15200505000022023	1	20/04/2023	152005	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de prestação de serviços continuados de apoio administrativo (Serviço de Recepcionista) com execução mediante o regime de 44 horas para atender aos Departamentos do Instituto Nacional de Educação de Surdos INES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	TIME MULTISSERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	Compras.gov.br	JUSTICA ELEITORAL	200	R\$ 135,0000	19/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
7000705000202023	2	19/04/2023	70007	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de cerimonial em eventos e correlatos fornecimento de Mestre de Cerimônias, recepcionista e garçom em âmbito estadual, observadas as quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	TERCEIRO & CAVALCANTE SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	150	R\$ 130,0000	19/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15405105000182023	30	19/04/2023	154051	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - SRP - Contrataçãode serviços e equipamentos para realização de eventos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	COMUNIKA AGENCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	400	R\$ 110,0000	19/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15405105000182023	26	19/04/2023	154051	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - SRP - Contrataçãode serviços e equipamentos para realização de eventos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	COMUNIKA AGENCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA			Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	250	R\$ 150,0000	19/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15405105000182023	25	19/04/2023	154051	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - SRP - Contrataçãode serviços e equipamentos para realização de eventos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	COMUNIKA AGENCIA DE PUBLICIDADE E INSTITUTO DE PESQUISA LTDA			Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1	R\$ 4.249,5200	18/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20005005000042023	5	18/04/2023	200050	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de profissionais uniformizados, nas unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos, pelo critério de menor preço global mensal por item					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Compra	
Federal	C5S CONSERVACAO & FACILITIES LTDA			Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1	R\$ 4.181,2900	18/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20005005000042023	4	18/04/2023	200050	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de profissionais uniformizados, nas unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos, pelo critério de menor preço global mensal por item					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	C5S CONSERVACAO & FACILITIES LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1	R\$ 4.227,5700	18/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20005005000042023	3	18/04/2023	200050	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de profissionais uniformizados, nas unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos, pelo critério de menor preço global mensal por item					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	C5S CONSERVACAO & FACILITIES LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1	R\$ 4.104,6100	18/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20005005000042023	2	18/04/2023	200050	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de profissionais uniformizados, nas unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos, pelo critério de menor preço global mensal por item					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	C5S CONSERVACAO & FACILITIES LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	Compras.gov.br	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1	R\$ 8.121,6400	18/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20005005000042023	1	18/04/2023	200050	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de recepção, com fornecimento de profissionais uniformizados, nas unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos, pelo critério de menor preço global mensal por item					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	BELA VISTA CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	Compras.gov.br	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI	4	R\$ 41.153,4000	18/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92546605000012023	14	18/04/2023	925466	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para contratação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra,conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	SELETIV SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	Compras.gov.br	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	12	R\$ 44.281,0000	17/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15406905000172023	9	17/04/2023	154069	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Auxiliar de Serviços Gerais, Copeiro, Encarregado, Jardineiro, Lavador de Veículos, Porteiro e Trabalhador Agropecuário em Geral, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de ferramentas, equipamentos, suprimentos e locação, a fim de atender a demanda dos campi e demais unidades da UFSJ, localizados na cidade de São João del-Rei/MG.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SETTA - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	Compras.gov.br	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	4	R\$ 46.335,6000	17/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15406905000172023	8	17/04/2023	154069	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Auxiliar de Serviços Gerais, Copeiro, Encarregado, Jardineiro, Lavador de Veículos, Porteiro e Trabalhador Agropecuário em Geral, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de ferramentas, equipamentos, suprimentos e locação, a fim de atender a demanda dos campi e demais unidades da UFSJ, localizados na cidade de São João del-Rei/MG.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SETTA - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	Compras.gov.br	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	6	R\$ 32.146,8000	17/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15406905000172023	7	17/04/2023	154069	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Auxiliar de Serviços Gerais, Copeiro, Encarregado, Jardineiro, Lavador de Veículos, Porteiro e Trabalhador Agropecuário em Geral, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de ferramentas, equipamentos, suprimentos e locação, a fim de atender a demanda dos campi e demais unidades da UFSJ, localizados na cidade de São João del-Rei/MG.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SETTA - SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOMIA	12	R\$ 9.258,3100	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
17018305000052023	6	14/04/2023	170183	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de portaria e atividades correlatas, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SULPORT GESTAO EM SERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOMIA	12	R\$ 8.116,6500	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
17018305000052023	5	14/04/2023	170183	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de portaria e atividades correlatas, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SULPORT GESTAO EM SERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOMIA	12	R\$ 9.216,6500	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
17018305000052023	4	14/04/2023	170183	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de portaria e atividades correlatas, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SULPORT GESTAO EM SERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOMIA	12	R\$ 8.074,9900	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
17018305000052023	3	14/04/2023	170183	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de portaria e atividades correlatas, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SULPORT GESTAO EM SERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOMIA	12	R\$ 8.241,6500	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
17018305000052023	2	14/04/2023	170183	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de portaria e atividades correlatas, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SULPORT GESTAO EM SERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA ECONOMIA	12	R\$ 4.152,5000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
17018305000052023	1	14/04/2023	170183	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de portaria e atividades correlatas, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	SULPORT GESTAO EM SERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	Compras.gov.br	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MG	100	R\$ 166,9900	14/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92618805000022023	19	14/04/2023	926188	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS A SEREM REALIZADOS PELO COREN-MG EM BELO HORIZONTE E CIDADES DO INTERIOR DE MINAS GERAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	CVA INSTITUTO DE EDUCACAO E SERVICOS GERAIS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	Compras.gov.br	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MG	200	R\$ 150,0000	14/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92618805000022023	15	14/04/2023	926188	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS A SEREM REALIZADOS PELO COREN-MG EM BELO HORIZONTE E CIDADES DO INTERIOR DE MINAS GERAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	CVA INSTITUTO DE EDUCACAO E SERVICOS GERAIS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	Compras.gov.br	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	1	R\$ 85.711,6000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15301005000032023	1	14/04/2023	153010	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço continuado de recepção do CEFET-RJ - Campus Itaguaí,com dedicação de mão-de-obra exclusiva, e com o fornecimento de insumos necessários à eficácia do serviço, conforme condições, quantidades eexigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	VALEX SERVICOS TECNICOS DE LIMPEZA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	3120	R\$ 6,0000	14/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
39900305000072023	19	14/04/2023	399003	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Pessoa jurídica para prestação dos serviços de planejamento, organização, produção e execução de eventos, com viabilização de infraestrutura necessária, fornecimento de alimentos, bebidas, recursos materiais e humanos, para atendimento de eventos oficiais, cursos e demais capacitações técnicas que serão promovidos pela Santos Port Authority (SPA).					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	PROMOVA EVENTOS E ALIMENTACAO LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	68	R\$ 250,0000	14/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
39900305000072023	18	14/04/2023	399003	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Pessoa jurídica para prestação dos serviços de planejamento, organização, produção e execução de eventos, com viabilização de infraestrutura necessária, fornecimento de alimentos, bebidas, recursos materiais e humanos, para atendimento de eventos oficiais, cursos e demais capacitações técnicas que serão promovidos pela Santos Port Authority (SPA).					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	PROMOVA EVENTOS E ALIMENTACAO LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	12	R\$ 11.075,0000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15404605000042023	3	14/04/2023	154046	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresaespecializada para prestação de serviços de portaria por 12 meses, nas dependências da Universidade Federal de Ouro Preto, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	GESTSERVI - GESTAO E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	12	R\$ 87.833,1000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15404605000042023	2	14/04/2023	154046	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresaespecializada para prestação de serviços de portaria por 12 meses, nas dependências da Universidade Federal de Ouro Preto, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	GESTSERVI - GESTAO E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	12	R\$ 383.996,0000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15404605000042023	1	14/04/2023	154046	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresaespecializada para prestação de serviços de portaria por 12 meses, nas dependências da Universidade Federal de Ouro Preto, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	GESTSERVI - GESTAO E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	Compras.gov.br	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	2	R\$ 38.620,9000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
39008405000652023	1	14/04/2023	390084	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio administrativo e motorista oficial, em caráter subsidiário e de atividade meio, nascategorias de Agente de Portaria, Encarregado Administrativo, Motorista de Automóveis Oficiais, Agente Administrativo Supervisor, AssistenteAdministrativo de Nível Superior - Júnior e Assistente Administrativo de Nível Superior - Pleno, com fornecimento de mão de obra, para atender às necessidades da Sede da Superintendência					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	TROIA ASSESSORIA E SERVICOS TECNICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	Compras.gov.br	ESTADO DO MATO GROSSO	6	R\$ 73.133,0000	14/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92694705000042023	7	14/04/2023	926947	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - RECEPÇÃO HUMANIZADA - serviços terceirizados de recepção humanizada, através de postos de Acolhimento, Secretariado, Atendimento de Relacionamento com o Usuário e Cuidador de Crianças, para atendimento dasnecessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e interior.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	Compras.gov.br	ESTADO DO MATO GROSSO	3	R\$ 65.800,0000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92694705000042023	6	14/04/2023	926947	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - RECEPÇÃO HUMANIZADA - serviços terceirizados de recepção humanizada, através de postos de Acolhimento, Secretariado, Atendimento de Relacionamento com o Usuário e Cuidador de Crianças, para atendimento dasnecessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e interior.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	Compras.gov.br	ESTADO DO MATO GROSSO	15	R\$ 61.800,0000	14/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92694705000042023	5	14/04/2023	926947	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - RECEPÇÃO HUMANIZADA - serviços terceirizados de recepção humanizada, através de postos de Acolhimento, Secretariado, Atendimento de Relacionamento com o Usuário e Cuidador de Crianças, para atendimento dasnecessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e interior.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	Compras.gov.br	ESTADO DO MATO GROSSO	75	R\$ 61.800,0000	14/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92694705000042023	4	14/04/2023	926947	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - RECEPÇÃO HUMANIZADA - serviços terceirizados de recepção humanizada, através de postos de Acolhimento, Secretariado, Atendimento de Relacionamento com o Usuário e Cuidador de Crianças, para atendimento dasnecessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e interior.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	Compras.gov.br	ESTADO DO MATO GROSSO	10	R\$ 77.146,0000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92694705000042023	3	14/04/2023	926947	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - RECEPÇÃO HUMANIZADA - serviços terceirizados de recepção humanizada, através de postos de Acolhimento, Secretariado, Atendimento de Relacionamento com o Usuário e Cuidador de Crianças, para atendimento dasnecessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e interior.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	INSTITUTO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - BEM BRASIL		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	Compras.gov.br	ESTADO DO MATO GROSSO	20	R\$ 62.350,0000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92694705000042023	2	14/04/2023	926947	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - RECEPÇÃO HUMANIZADA - serviços terceirizados de recepção humanizada, através de postos de Acolhimento, Secretariado, Atendimento de Relacionamento com o Usuário e Cuidador de Crianças, para atendimento dasnecessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e interior.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	Compras.gov.br	ESTADO DO MATO GROSSO	12	R\$ 62.336,0000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92694705000042023	1	14/04/2023	926947	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - RECEPÇÃO HUMANIZADA - serviços terceirizados de recepção humanizada, através de postos de Acolhimento, Secretariado, Atendimento de Relacionamento com o Usuário e Cuidador de Crianças, para atendimento dasnecessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e interior.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	IMPACTO SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	Compras.gov.br	COLEGIO PEDRO II	3	R\$ 85.699,8000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15563605000112022	2	14/04/2023	155636	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apoio administrativo através de postos de portaria para o Complexo Engenho Novo do Colégio Pedro II, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	JRQ MASTER CONSULTORES ASSOCIADOS LIMITADA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	Compras.gov.br	COLEGIO PEDRO II	1	R\$ 45.029,9000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15563605000112022	1	14/04/2023	155636	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apoio administrativo através de postos de portaria para o Complexo Engenho Novo do Colégio Pedro II, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	JRQ MASTER CONSULTORES ASSOCIADOS LIMITADA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	Compras.gov.br	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2	R\$ 40.020,1000	14/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92937005000102022	1	14/04/2023	929370	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de limpeza, copa, recepção e limpeza deônibus com dedicação exclusiva com fornecimento de Materiais de Consumo, Equipamentos e Acessórios de Proteção Individual relativos a cada Posto de Serviço.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Estadual	TIME MULTISSERVICOS LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	Compras.gov.br	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	100	R\$ 179,0000	13/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92560305000092023	13	13/04/2023	925603	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos diversos (estruturas metálicas e outros) e profissionais de apoio em eventos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	TORRES E TORRES ORGANIZACOES DE EVENTOS E SERVICOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	24	R\$ 3.841,2100	13/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15316305000222023	6	13/04/2023	153163	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de recepcionista para atender a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	72	R\$ 3.108,5000	13/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15316305000222023	5	13/04/2023	153163	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de recepcionista para atender a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	48	R\$ 3.766,5800	13/04/2023	Sim

Id da Compra		N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15316305000222023		4	13/04/2023	153163	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de recepcionista para atender a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).						
Esfera	Fornecedor		Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA				Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	-------	------	------------	----------------	------	--------

48	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	48	R\$ 3.700,4400	13/04/2023	Sim
----	---	----------------	--	----	----------------	------------	-----

Id da Compra		N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15316305000222023		3	13/04/2023	153163	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de recepcionista para atender a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).						
Esfera	Fornecedor		Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	JVP NETWORK & SERVICOS LTDA				Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	-------	------	------------	----------------	------	--------

49	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	168	R\$ 3.735,5200	13/04/2023	Sim
----	---	----------------	--	-----	----------------	------------	-----

Id da Compra		N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15316305000222023		2	13/04/2023	153163	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de recepcionista para atender a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).						
Esfera	Fornecedor		Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA				Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	-------	------	------------	----------------	------	--------

50	I	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	96	R\$ 3.099,6100	13/04/2023	Sim
----	---	----------------	--	----	----------------	------------	-----

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15316305000222023	1	13/04/2023	153163	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a eventual contratação de empresa prestadora de serviços de recepcionista para atender a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

Item: 2

Descrição do item		Consolidação dos preços cotados			
23973 - Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -12 horas noturnas - sábado / domingo / feriados		Menor Preço	Media	Mediana	Maior Preço
		R\$ 12.184,0000	R\$ 147.119,5147	R\$ 150.615,0000	R\$ 699.000,0000
Unidade	Quantidade				
Fornecimento	2				
POSTO					

Filtro Aplicado:

Período: 12 Meses

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	Compras.gov.br	PREFEITURA DE JOAQUIM TÁVORA - PR	150	R\$ 195,0000	13/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98764905000392023	2	13/04/2023	987649	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços deSegurança e Brigadistas em Eventos Culturais, Campeonatos de Esportes e outros Eventos Culturais, a serem executados de acordo com a necessidade do município, com quantitativos e especificações contidas nesse Termo de Referência.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Municipal	TERCERIZA SEGURANCA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	100	R\$ 179,0000	12/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98742505001172022	26	12/04/2023	987425	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de locação de som, tendas, palcos, banheiros e vigias (seguranças) para diversos eventos promovidos pelas secretarias de esportes da prefeitura municipal de Apucarana pelo período de 12 (doze) meses					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	S.Z SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	Compras.gov.br	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR	10	R\$ 598,9980	10/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98748905000262023	5	10/04/2023	987489	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa (s) especializada (s), para a locação, montagem, manutenção e desmontagem de estruturas de palco, camarim, tendas, locação de gerador de energia, de banheiros químicos, prestação de serviços de segurança desarmada e sonorização, conforme especificados no Termo de Referência/Anexo I, para o Evento de celebração dos 59 anosdo Município de Cap. L. Marques-PR, a realiza-se nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, Estádio Municipal João Ruth Schmidt					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Municipal	MINOTAURO SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	Compras.gov.br	FUNDAçãO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	12	R\$ 699.000,0000	10/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15435905000152023	1	10/04/2023	154359	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Pregão eletrônico para Contratação a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuadosde vigilância,com postos de vigilância armada,motorizada e não motorizada, diurna e noturna,a seremexecutados na Reitoria e nos Campi da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, comfornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, materiais e equipamentos necessários à plenaexecução dos serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas n					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	VIGITEC SEGURANCA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	-------	------	------------	----------------	------	--------

5	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SERGIPE	3490	R\$ 280,0000	05/04/2023	Não
Id da Compra		N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade	
92632105000332023		5	05/04/2023	926321	SISRP	Pregão	
Objeto da Compra							
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de vigilância, visando prestar serviços em ações promocionais e eventos dentro e fora do ambiente hoteleiro realizados pela Prefeitura de Aracaju, além de possibilitar a concessão de patrocínios como forma de cooperar com eventos realizados pela sociedade em geral.							
Esfera	Fornecedor		Marca/modelo		Ata	Compra	
Estadual	DEA SEGURANCA PRIVADA LTDA				Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SERGIPE	2490	R\$ 300,0000	05/04/2023	Não
<div>Id da Compra</div> <div>92632105000332023</div> <div>N° do Item</div> <div>4</div> <div>Comprado em</div> <div>05/04/2023</div> <div>UASG</div> <div>926321</div> <div>Forma</div> <div>SISRP</div> <div>Modalidade</div> <div>Pregão</div>							
<div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de vigilância, visando prestar serviços em ações promocionais e eventos dentro e fora do ambiente hoteleiro realizados pela Prefeitura de Aracaju, além de possibilitar a concessão de patrocínios como forma de cooperar com eventos realizados pela sociedade em geral.</div>							
Esfera		Fornecedor		Marca/modelo		Ata	Compra
Estadual		DEA SEGURANCA PRIVADA LTDA				Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SERGIPE	2510	R\$ 220,0000	05/04/2023	Não
<div>Id da Compra92632105000332023</div> <div>N° do Item3</div> <div>Comprado em05/04/2023</div> <div>UASG926321</div> <div>FormaSISRP</div> <div>ModalidadePregão</div>							
<div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de vigilância, visando prestar serviços em ações promocionais e eventos dentro e fora do ambiente hoteleiro realizados pela Prefeitura de Aracaju, além de possibilitar a concessão de patrocínios como forma de cooperar com eventos realizados pela sociedade em geral.</div>							
Esfera		Fornecedor		Marca/modelo		Ata	Compra
Estadual		DEA SEGURANCA PRIVADA LTDA				Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SERGIPE	3877	R\$ 280,0000	05/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92632105000332023	2	05/04/2023	926321	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de vigilância, visando prestar serviços em ações promocionais e eventos dentro e fora do ambiente hoteleiro realizados pela Prefeitura de Aracaju, além de possibilitar a concessão de patrocínios como forma de cooperar com eventos realizados pela sociedade em geral.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	DEA SEGURANCA PRIVADA LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SERGIPE	3377	R\$ 240,0000	05/04/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92632105000332023	1	05/04/2023	926321	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de vigilância, visando prestar serviços em ações promocionais e eventos dentro e fora do ambiente hoteleiro realizados pela Prefeitura de Aracaju, além de possibilitar a concessão de patrocínios como forma de cooperar com eventos realizados pela sociedade em geral.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	DEA SEGURANCA PRIVADA LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARA	1	R\$ 12.184,0000	22/03/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92859605000032023	1	22/03/2023	928596	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, conforme especificações técnicas do Anexo I Termo de Referência MD.DAF.021.2022.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Estadual	PARA SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERAC		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	Compras.gov.br	ESTADO DO CEARA	25	R\$ 1.450,0000	22/02/2023	Não

Relatório Detalhado		https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/relatorio				
Id da Compra		N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92770206000012023		6	22/02/2023	927702	SISPP	Dispensa
Objeto da Compra						
Objeto: Contratação de serviços e locação de equipamentos para organização, infraestrutura, operacionalização, e produção das festividades alusivas ao carnaval 2023 no municipio de pentecoste.						
Esfera		Fornecedor	Marca/modelo		Compra	
Estadual		STORY SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA			Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	Compras.gov.br	ESTADO DO ESPIRITO SANTO	183	R\$ 178,0000	17/02/2023	Não

Id da Compra		N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98563305000072023		4	17/02/2023	985633	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Apoio e Organização, destinados a atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Conceição do Castelo - ES. OBS.: HAVENDO QUALQUER DISCORDÂNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA DO CATMAT E A DO EDITAL, PREVALECERÁ A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA CONSTANTENO EDITAL (ANEXO I).						
Esfera		Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Estadual		BOREL EMPREENDIMENTOS LTDA			Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	Compras.gov.br	ESTADO DO ESPIRITO SANTO	300	R\$ 178,0000	17/02/2023	Não

Id da Compra		N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98563305000072023		3	17/02/2023	985633	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Apoio e Organização, destinados a atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Conceição do Castelo - ES. OBS.: HAVENDO QUALQUER DISCORDÂNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA DO CATMAT E A DO EDITAL, PREVALECERÁ A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA CONSTANTENO EDITAL (ANEXO I).						
Esfera		Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Estadual		BOREL EMPREENDIMENTOS LTDA			Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	Compras.gov.br	ESTADO DO ESPIRITO SANTO	547	R\$ 178,0000	17/02/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98563305000072023	2	17/02/2023	985633	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Apoio e Organização, destinados a atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Conceição do Castelo - ES. OBS.: HAVENDO QUALQUER DISCORDÂNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA DO CATMAT E A DO EDITAL, PREVALECERÁ A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA CONSTANTENO EDITAL (ANEXO I).					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	BOREL EMPREENDIMENTOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	Compras.gov.br	ESTADO DO ESPIRITO SANTO	900	R\$ 179,0000	17/02/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98563305000072023	1	17/02/2023	985633	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Apoio e Organização, destinados a atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Conceição do Castelo - ES. OBS.: HAVENDO QUALQUER DISCORDÂNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA DO CATMAT E A DO EDITAL, PREVALECERÁ A DESCRIÇÃO E A UNIDADE DE MEDIDA CONSTANTENO EDITAL (ANEXO I).					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	MGE PRESTADORA DE SERVICOS LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 151.353,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	64	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 173.679,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	35	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 153.793,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	34	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 178.030,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	33	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 159.568,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	32	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 175.316,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	31	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 150.493,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	30	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 176.674,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	29	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 84.090,7000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	28	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 147.528,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	27	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 85.588,1000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	26	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 151.250,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	25	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 84.999,8000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	24	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 150.737,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	23	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 97.249,7000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	22	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 169.013,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	21	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 99.352,8000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	20	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 167.130,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	19	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 99.238,1000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	18	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 168.354,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	17	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 99.088,3000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	16	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 173.138,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	15	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 99.086,4000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	14	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 179.127,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	13	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 97.087,4000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	12	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 183.143,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	11	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 85.750,1000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	10	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 86.045,8000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	8	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 84.572,6000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	6	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 85.002,7000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	4	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 151.954,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	3	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	AUSION SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	Compras.gov.br	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO	1	R\$ 143.447,0000	16/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
22500105000412022	1	16/02/2023	225001	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada, diurna e noturna nas dependências de todas as Unidades Armazenadoras de propriedade da CEAGESP da CAPITAL e INTERIOR, conforme especificações constantes do ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	RAGNAR SEGURANCA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
48	I	Compras.gov.br	ESTADO DE SAO PAULO	1	R\$ 50.000,0000	15/02/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98694906000082023	1	15/02/2023	986949	SISPP	Dispensa
Objeto da Compra					
Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização da segurança no Carnaval Regente Folia 2023, nos dias 18, 19, 20 e 21 de fevereiro de 2023, nesta municipalidade, conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo Único.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Estadual	R 2 S SEGURANCA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
49	I	Compras.gov.br	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPA	12	R\$ 58.331,3000	30/01/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92704505000102022	2	30/01/2023	927045	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de vigilância armada, em volume equivalente a 4 (quatro postos) de trabalho, noturno e diurno, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Estadual	BELNOR SEGURANCA PRIVADA LTDA		Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERAIS	1800	R\$ 155,0000	25/01/2023	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98476705000052023	1	25/01/2023	984767	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa, através de REGISTRO DE PREÇO na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para futuros e eventuais serviços de segurança desarmada objetivando atender a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo e a Secretaria Municipal de Cultura, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	FORTE JUIZ DE FORA VIGILANCIA & SEGURANCA FEF LTDA		Acesse a Ata	Acesse a compra	

Item: 3

Descrição do item		Consolidação dos preços cotados			
430628 - Lanterna Não Elétrica Material: Alumínio Anodizado , Tipo Foco: Regulável Zoom Mínimo De 1 A 2000 Vezes , Comprimento: 200 MM, Peso: 300 G, Tipo: Tática Manual , Aplicação: Segurança , Tensão Bateria: 12 V, Luminosidade: Forte, Fraco E Intermitente , Bateria: Recarregável , Tipo Lâmpada: Cree Led , Potência Lâmpada: Min. 38.000 W, Fluxo Luminoso: 11.000 LM, Acessórios: Carregador Bivolt; Carreg.Acendedor Veicular 12v , Alcance: Mín. 1000		Menor Preço	Media	Mediana	Maior Preço
		R\$ 20,0000	R\$ 96,7911	R\$ 79,7500	R\$ 220,0000
Unidade	Quantidade				
Fornecimento	4				
Unidade					

Filtro Aplicado:

Período: 12 Meses

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	104	R\$ 44,9800	24/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
16043405000012023	38	24/04/2023	160434	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual Aquisição de Material Educativo, Esportivo, para Proteção e Segurança GLO, com o intuito de suprir as necessidades das Organizações Militares da Guarnição de Santana do Livramento que compõe a GCALC.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	ARMA DEFENSE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	JWY	Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	Compras.gov.br	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	1	R\$ 48,7000	13/04/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
44302006000152023	4	13/04/2023	443020	SISPP	Dispensa
Objeto da Compra					
Objeto: Aquisição dos materiais: Jogo com 2 Cabo de emergência para transferência de carga 12v - 2,5 metros (cabo para chupeta); Chave de impacto it-blue, com 02 baterias lithium de 21V, ferramenta de uso profissional ; Compressor de ar; embalagem com Birro e Bicos para infláveis ; Lanterna de Led com placa solar recarregável USB - 35W - 36000 Lumens; Macaco hidráulico tipo jacaré 2T com maleta. Consultar Aviso de Contratação para ver a especificação correta de cada material.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	CAMILLA DE QUEIROZ BARBOSA 13011115702	BMAX	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	Compras.gov.br	COMANDO DA AERONAUTICA	5	R\$ 44,8700	24/02/2023	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
12062505000022023	159	24/02/2023	120625	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais eletrônicos					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	ARMA DEFENSE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	PP	Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	Compras.gov.br	JUSTICA FEDERAL	4	R\$ 179,9770	30/12/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
9001505000222022	22	30/12/2022	90015	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de equipamentos de proteção e segurança, conforme as especificações, características, condições, obrigações e requisitos contidos no Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	ARMA DEFENSE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	Jwy	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DEFESA	10	R\$ 173,8900	16/12/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
11040205000262022	76	16/12/2022	110402	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de consumo.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	PROSPERE CONSTRUCOES, REFORMAS, SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS AUTO	TORCH	Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	Compras.gov.br	COMANDO DA MARINHA	5	R\$ 84,4800	18/11/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
74001406003722022	8	18/11/2022	740014	SISPP	Dispensa
Objeto da Compra					
Objeto: Dispensa de licitação de ferramentas, visando atender a Superintendência Técnica da Diretoria de Engenharia Naval (DEN), para viabilizar a realização de inspeções, análises e avaliações técnicas dos meios navais da Marinha doBrasil.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	EVEREST SOLUCOES INTEGRADAS EIRELI	x900	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	Compras.gov.br	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	50	R\$ 120,0000	07/11/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
11032205000082022	20	07/11/2022	110322	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de apoio ao tiro e à capacitação de tiro					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	EXCLUSIVA COMERCIO E SERVICOS, PAPELARIA E INFORMATICA LTDA	SWAT	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	Compras.gov.br	ESTADO DAS ALAGOAS	25	R\$ 20,0000	03/11/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98285305000072022	76	03/11/2022	982853	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais para atenção básica e saúde bucal					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Estadual	VAL MED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALAR EIRE	BIOLAND		Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	200	R\$ 48,7200	13/10/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
16044105000132021	6	13/10/2022	160441	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de material Permanente e EPI em prol 28º GAC.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	AKIRA COMERCIAL LTDA	TATICA		Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	75	R\$ 137,8000	04/10/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
16054705000052022	19	04/10/2022	160547	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material a ser utilizado pela Equipe de Combate a Incêndio do 22º BI.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	SEGLINE DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI	NAUTIKA		Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	265	R\$ 45,0000	28/09/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
16043805000012022	96	28/09/2022	160438	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Atende aquisição de Material de EPI, Manobra e Patrulhamento em proveito do Comando da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo		Ata	Compra
Federal	STARK SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	jws		Acesse a Ata	Acesse a compra

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	Compras.gov.br	MINISTERIO DA SAUDE	19	R\$ 79,5000	19/09/2022	Sim
<div>Id da Compra25702805000352022</div> <div>N° do Item103</div> <div>Comprado em19/09/2022</div> <div>UASG257028</div> <div>FormaSISRP</div> <div>ModalidadePregão</div>							
<div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de materiais, ferramentas e instrumentos elétricos, de saneamento e de edificações para a realização de manutenções preventivas e corretivas, por parte de profissionais que compõe o quadro de funcionários do órgão, nossistemas de abastecimento de água e edificações pertencentes ao patrimônio do DSEI Médio Rio Purus</div>							
Esfera		Fornecedor		Marca/modelo		Ata	
Federal		G. K. C. LOPES		Lanterna Não Elétri		Acesse a Ata	
						Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERAIS	20	R\$ 0,0005	15/09/2022	Não
<div>Id da Compra92731705000672022</div> <div>N° do Item11</div> <div>Comprado em15/09/2022</div> <div>UASG927317</div> <div>FormaSISPP</div> <div>ModalidadePregão</div>							
<div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de EPIs(Equipamentos de proteção individual) e EPCs (Equipamentos de proteção coletiva) para as atividades do SAAE</div>							
Esfera		Fornecedor		Marca/modelo		Compra	
Estadual		AKIRA COMERCIAL LTDA		TATICA		Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	Compras.gov.br	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	50	R\$ 67,5000	06/09/2022	Sim
<div>Id da Compra15450205000292022</div> <div>N° do Item13</div> <div>Comprado em06/09/2022</div> <div>UASG154502</div> <div>FormaSISRP</div> <div>ModalidadePregão</div>							
<div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Materiais Elétricos e Eletrônicos (parte 3).</div>							
Esfera		Fornecedor		Marca/modelo		Ata	
Federal		ILMA CHAVES PEREIRA 74191209604		IMP		Acesse a Ata	
						Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	Compras.gov.br	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	6	R\$ 220,0000	03/08/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
41300205000022022	2	03/08/2022	413002	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de mobiliário e itens de uso coletivo, com o intuito de revitalização e distribuição do mobiliário de uso coletivo pelos servidores e colaboradores da Gerência Regional da Anatel no Estado de São Paulo - GR01					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	PLANETA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LTDA	LUUK YOUNG	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERAIS	1	R\$ 153,2400	01/07/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92501005000122022	29	01/07/2022	925010	SISPP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ferramentas / similares e materiais de primeiros socorros para a Câmara Municipal de Uberlândia, com entrega total.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Estadual	ATENA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	IMPORT	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	Compras.gov.br	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	382	R\$ 80,0000	10/06/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
20037605000022022	31	10/06/2022	200376	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de vestuário, equipamentos e materiais de primeiros socorros, para atender às necessidades do Grupo de Segurança de Dignitários (GSD) da SR/PF/GO.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	MGJ CONSULTORIA EM SEGURANCA E COMERCIO EXTERIOR LTDA	POLICE	Acesse a Ata	Acesse a compra	

Item: 4

Descrição do item		Consolidação dos preços cotados			
403271 - Apito Material: Plástico , Aplicação: Vigia , Tamanho: Médio , Características Adicionais: Com Cordão		Menor Preço	Media	Mediana	Maior Preço
		R\$ 6,6400	R\$ 16,1273	R\$ 10,0000	R\$ 55,2600
Unidade Fornecimento	Quantidade				
Unidade	4				

Filtro Aplicado:

Período: 12 Meses

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERAIS	50	R\$ 8,4500	14/04/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>98463705001472022</div></div> <div><div>N° do Item</div><div>2</div></div> <div><div>Comprado em</div><div>14/04/2023</div></div> <div><div>UASG</div><div>984637</div></div> <div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div> <div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material educativo e esportivo para o desenvolvimento de projetos e atividades das escolas da rede municipal de ensino, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div> <div><div>Fornecedor</div><div>RODRIGO TOLOSA RICO</div></div> <div><div>Marca/modelo</div><div>ADSIN</div></div> <div><div>Ata</div><div>Acesse a Ata</div></div> <div><div>Compra</div><div>Acesse a compra</div></div>							
N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	Compras.gov.br	COMANDO DA AERONAUTICA	34	R\$ 10,0000	13/04/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>12062305000412022</div></div> <div><div>N° do Item</div><div>3</div></div> <div><div>Comprado em</div><div>13/04/2023</div></div> <div><div>UASG</div><div>120623</div></div> <div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div> <div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material esportivo para a Base Aérea dos Afonsos (BAAF) e Unidades Apoiadas.</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div> <div><div>Fornecedor</div><div>LUIZ TADEO DAMASCHI</div></div> <div><div>Marca/modelo</div><div>FOX 40</div></div> <div><div>Ata</div><div>Acesse a Ata</div></div> <div><div>Compra</div><div>Acesse a compra</div></div>							
N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	Compras.gov.br	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	40	R\$ 15,2000	02/03/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>15590605000232022</div></div> <div><div>N° do Item</div><div>60</div></div> <div><div>Comprado em</div><div>02/03/2023</div></div> <div><div>UASG</div><div>155906</div></div> <div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div> <div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), de proteção coletiva (EPC) e sistemas de prevenção em geral, a fim de atender, por 12 (doze) meses, às necessidades da Maternidade Climério de Oliveira (MCO-UFBA/Ebserh), Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados (HU-UFGD/Ebserh) e do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI/Ebserh), conforme quantidades, especificações e condições expressas em edital.</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div> <div><div>Fornecedor</div><div>MGJ CONSULTORIA EM SEGURANCA E COMERCIO EXTERIOR LTDA</div></div> <div><div>Marca/modelo</div><div>WESTERN</div></div> <div><div>Ata</div><div>Acesse a Ata</div></div> <div><div>Compra</div><div>Acesse a compra</div></div>							

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	90	R\$ 19,4500	02/02/2023	Sim
<div>Id da Compra16037205000072022</div> <div>N° do Item154</div> <div>Comprado em02/02/2023</div> <div>UASG160372</div> <div>FormaSISRP</div> <div>ModalidadePregão</div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de expediente.</div> <div>EsferaFederal</div> <div>FornecedorLUIZ TADEO DAMASCHI</div> <div>Marca/modeloFOX 40</div> <div>Ata</div> <div>Acesse a Ata</div> <div>Compra</div> <div>Acesse a compra</div>							

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	Compras.gov.br	COMANDO DA AERONAUTICA	43	R\$ 9,0000	24/01/2023	Sim
<div>Id da Compra12003905000532022</div> <div>N° do Item4</div> <div>Comprado em24/01/2023</div> <div>UASG120039</div> <div>FormaSISRP</div> <div>ModalidadePregão</div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisic a o de materiais esportivos para o GAP-RJ e Unidades apoiadas.</div> <div>EsferaFederal</div> <div>FornecedorEDUCANDO COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA</div> <div>Marca/modeloCMG</div> <div>Ata</div> <div>Acesse a Ata</div> <div>Compra</div> <div>Acesse a compra</div>							

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	Compras.gov.br	ESTADO DE RONDONIA	300	R\$ 55,2600	28/12/2022	Sim
<div>Id da Compra92600205000292022</div> <div>N° do Item6</div> <div>Comprado em28/12/2022</div> <div>UASG926002</div> <div>FormaSISPP</div> <div>ModalidadePregão</div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de proteção e segurança (Capacete motociclista, kit motociclista, capas de chuva, extensão elétrica, lanternas táticas, apito e fiel retrátil tático), conforme condições, especificações técnicas descritas e quantitativo descritosno Termo de Referência</div> <div>EsferaEstadual</div> <div>FornecedorA CASA LICITA LTDA</div> <div>Marca/modeloROCKET</div> <div>Compra</div> <div>Acesse a compra</div>							

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERAIS	26	R\$ 369,9807	10/11/2022	Não

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98444506000272022	1	10/11/2022	984445	SISPP	Dispensa
Objeto da Compra					
Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de Segurança nos eventos esportivos Jogos Escolares de Divinópolis - JED para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude SEMEJ, conforme especificações constantes no Edital. O edital está disponível no link: https://bit.ly/3t9pHIH IGNORARO DESCRITIVO DO COMPRASNET, SEGUIR O EDITAL					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Estadual	MACEDO SEGURANCA PRIVADA LTDA	serviços segurança	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	Compras.gov.br	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	495	R\$ 9,5000	21/10/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98600105005972022	16	21/10/2022	986001	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a aquisição de Material de Equipamento de Proteção Individual EPI para atender a Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil SUBPDEC,órgão da Administração Pública Direta da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro - PCRJ					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	DSM DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS LTDA	mbk	Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARA	200	R\$ 17,9000	16/08/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98040505000092022	175	16/08/2022	980405	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de materiais de COPA/COZINHA, EDUCATIVO/ESPORTIVO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender a demanda das Secretarias e Fundo Municipais e outros órgãos deste Município.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	ABRANTES COMERCIAL LTDA	PENALT	Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	305	R\$ 6,6400	27/06/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
16041805000032022	15	27/06/2022	160418	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual aquisição de material de expediente e instrução.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Federal	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI	Pista e Campo	Acesse a Ata	Acesse a compra	

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	Compras.gov.br	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	13	R\$ 9,0000	22/06/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
27507906000012022	2	22/06/2022	275079	SISPP	Dispensa
Objeto da Compra					
Objeto: Aquisição de Materiais de Segurança para uso dos Assistentes Operacionais de Segurança Metroferroviário da STU-JOP, conforme especificações do Termo de Referência.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Compra		
Federal	FABRICIO RACHADEL COSTA	MILITAR BRASIL	Acesse a compra		

N°	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARA	22	R\$ 17,0000	01/06/2022	Sim

Id da Compra	N° do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98052305000072022	24	01/06/2022	980523	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) para saúde ocupacional e segurança do trabalho.					
Esfera	Fornecedor	Marca/modelo	Ata	Compra	
Estadual	J V COMERCIO E SERVICOS LTDA	ROCKET	Acesse a Ata	Acesse a compra	

DECRETO Nº 069, DE 01 DE JULHO DE 2022.

Reajusta a tarifa de transporte coletivo que especifica.

A Prefeita Municipal de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, notadamente o disposto no seu inciso IX do artigo 90, e

CONSIDERANDO o imperativo de se manter a prestação adequada dos serviços públicos de transporte coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o equilíbrio financeiro do contrato de concessão celebrado com a empresa Viação União Ltda, decorrente da Concorrência Pública nº 001/2008;

CONSIDERANDO que o último reajuste concedido em relação à tarifa do transporte coletivo objeto da Concorrência Pública nº 001/2008, foi no dia 29/10/2021;

CONSIDERANDO a Planilha de Apropriação de Custos - Serviço Convencional – 2022;

CONSIDERANDO o requerimento de reequilíbrio econômico protocolado pela empresa Viação União Ltda sob o nº 005101/2022;

CONSIDERANDO os frequentes aumentos nos preços dos combustíveis no ano de 2022, e que no óleo diesel foi de 40% (quarenta por cento);

CONSIDERANDO o aumento das tarifas de transporte coletivo em todo país,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustada, a partir de 08 de julho de 2022, a tarifa de transporte coletivo Municipal executado pela Viação União Ltda, no âmbito do Município de Manhuaçu, passando de R\$ 3,01 (três reais e um centavo) para R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Manhuaçu (MG), 01 de julho de 2022.

MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 071, DE 01 DE JULHO DE 2022

"Fixa as tarifas de transporte coletivo intermunicipal que especifica e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, notadamente o disposto no seu inciso IX do artigo 90, e

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a prestação adequada dos serviços públicos de transporte coletivo intermunicipal;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o equilíbrio financeiro do contrato de concessão celebrado com a empresa Viação Vale do Piranga Ltda, decorrente da Concorrência Pública nº 001/2008;

CONSIDERANDO a Planilha de Apropriação de Custos - Serviço Convencional - 2022;

CONSIDERANDO o requerimento de reequilíbrio econômico protocolado pela empresa Viação Vale do Piranga Ltda sob o nº 005100/2022;

CONSIDERANDO os reiterados aumentos nos preços dos combustíveis no ano de 2022, sendo que o percentual considerado para o óleo diesel foi de 40% (quarenta por cento);

CONSIDERANDO o aumento das tarifas de transporte coletivo intermunicipal em todo país,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 08 de julho de 2022, o reajuste sobre o preço das tarifas de transporte coletivo intermunicipal, executado pela Viação Vale do Piranga Ltda, no âmbito do Município de Manhuaçu e seus respectivos destinos, conforme trecho e seção determinados na Concorrência Pública nº 01/2008, a seguir descritos nos quadros abaixo:

TRECHO MANHUAÇU A DOM CORREIA

TRECHO MANHUAÇU A DOM CORREIA	2022
Seção Ponte da Aldeia	R\$ 3,99
Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 5,26
Seção Vila Nova	R\$ 5,99
Seção São Pedro	R\$ 6,72
Seção Pedro Costa	R\$ 7,58
Seção Vila de Fátima	R\$ 9,23

Seção Entrada para Sacramento	R\$ 10,14
Seção Sacramento	R\$ 11,37
Seção Dom Correia	R\$ 13,32

TRECHO PONTE DA ALDEIA A DOM CORREIA

TRECHO MANHUAÇU A DOM CORREIA	2022
Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Vila Nova	R\$ 4,03
Seção São Pedro	R\$ 4,95
Seção Pedro Costa	R\$ 5,68
Seção Vila de Fátima	R\$ 7,39
Seção Entrada para Sacramento	R\$ 8,25
Seção Sacramento	R\$ 9,47
Seção Dom Correia	R\$ 11,31

TRECHO PONTE DO EVARISTO A DOM CORREIA

Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Vila Nova	R\$ 3,99
Seção São Pedro	R\$ 3,99
Seção Pedro Costa	R\$ 4,16
Seção Vila de Fátima	R\$ 6,23
Seção Entrada para Sacramento	R\$ 6,78
Seção Sacramento	R\$ 8,01
Seção Dom Correia	R\$ 9,84

TRECHO REALEZA A DOM CORREIA

Seção Vila Nova	R\$ 3,99
Seção São Pedro	R\$ 3,99
Seção Pedro Costa	R\$ 3,99
Seção Vila de Fátima	R\$ 3,99
Seção Entrada para Sacramento	R\$ 4,95
Seção Sacramento	R\$ 5,99
Seção Dom Correia	R\$ 8,01

TRECHO VILA NOVA A DOM CORREIA

Seção São Pedro	R\$ 3,99
Seção Pedro Costa	R\$ 3,99

Seção Vila de Fátima	R\$ 3,99
Seção Entrada para Sacramento	R\$ 4,09
Seção Sacramento	R\$ 5,26
Seção Dom Correia	R\$ 7,27

TRECHO SÃO PEDRO A DOM CORREIA

Seção Pedro Costa	R\$ 3,99
Seção Vila de Fátima	R\$ 3,99
Seção Entrada para Sacramento	R\$ 3,99
Seção Sacramento	R\$ 4,52
Seção Dom Correia	R\$ 6,48

TRECHO PEDRO COSTA A DOM CORREIA

Seção Vila de Fátima	R\$ 3,99
Seção Entrada para Sacramento	R\$ 3,99
Seção Sacramento	R\$ 3,61
Seção Dom Correia	R\$ 5,38

TRECHO VILA DE FÁTIMA A DOM CORREIA

Seção Entrada para Sacramento	R\$ 3,99
Seção Sacramento	R\$ 3,99
Seção Dom Correia	R\$ 4,03

TRECHO ENTRADA PARA SACRAMENTO A DOM CORREIA

Seção Sacramento	R\$ 3,99
Seção Dom Correia	R\$ 3,99

TRECHO SACRAMENTO A DOM CORREIA

Seção Dom Correia	R\$ 4,28
-------------------	----------

LINHA MANHUAÇU A SANTO AMARO

TRECHO MANHUAÇU A SANTO AMARO

Seção Ponte da Aldeia	R\$ 3,99
Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 5,26
Seção Santo Amaro	R\$ 7,15
Seção Bom Jesus	R\$ 7,70

TRECHO PONTE DA ALDEIA A SANTO AMARO

Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Santo Amaro	R\$ 5,26
Seção Bom Jesus	R\$ 5,87

TRECHO PONTE DO EVARISTO A SANTO AMARO

Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Santo Amaro	R\$ 3,99
Seção Bom Jesus	R\$ 4,40

TRECHO REALEZA A SANTO AMARO

Seção Santo Amaro	R\$ 3,99
Seção Bom Jesus	R\$ 3,99

TRECHO SANTO AMARO A BOM JESUS

Seção Bom Jesus	R\$ 5,26
-----------------	----------

LINHA MANHUAÇU A MANHUAÇUZINHO

TRECHO MANHUAÇU A MANHUAÇUZINHO

Seção Ponte da Aldeia	R\$ 3,99
Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 5,26
Seção Manhuaçuzinho	R\$ 8,62

TRECHO PONTE DA ALDEIA A MANHUAÇUZINHO

Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Manhuaçuzinho	R\$ 6,78

TRECHO PONTE DO EVARISTO A MANHUAÇUZINHO

Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Manhuaçuzinho	R\$ 5,26

TRECHO REALEZA A MANHUAÇUZINHO

Seção Manhuaçuzinho	R\$ 4,03
---------------------	----------

LINHA MANHUAÇU A BOM JESUS

TRECHO MANHUAÇU A BOM JESUS

Seção Ponte da Aldeia	R\$ 3,99
Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 5,26
Seção Entrada para Bom Jesus	R\$ 5,68
Seção Bom Jesus	R\$ 7,70

TRECHO PONTE DA ALDEIA A BOM JESUS

Seção Ponte do Evaristo	R\$ 3,99
Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Entrada para Bom Jesus	R\$ 5,26
Seção Bom Jesus	R\$ 5,87

TRECHO PONTE EVARISTO A BOM JESUS

Seção Realeza	R\$ 3,99
Seção Entrada para Bom Jesus	R\$ 3,99
Seção Bom Jesus	R\$ 4,40

TRECHO REALEZA A BOM JESUS

Seção Entrada para Bom Jesus	R\$ 3,99
Seção Bom Jesus	R\$ 3,99

TRECHO ENTRADA PARA BOM JESUS A BOM JESUS

Seção Bom Jesus	R\$ 3,99
-----------------	----------

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS
PREFEITA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

EDITAL/SMEM/E.M. ENI ALVES NOGUEIRA/Nº 002/2022

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMATEMPO DE APRENDER

Estabelece normas e procedimentos para a seleção de voluntários que atuarão como Assistentes de Alfabetização no Programa Tempo de Aprender.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU-MG**, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SMEM), situada à rua Frederico Dolabela, nº365, Centro, Manhuaçu-MG, aderiu ao Programa Tempo de Aprender, ofertado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da portaria nº 280, de 19 de Fevereiro de 2020, alterado pela Portaria nº 546, de 20 de julho de 2021 e consolidado pela resolução nº 06, de 20 de Abril de 2021. O programa segue as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº9.364, de 20 de dezembro de 1996, bem como da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Resolução CBE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, direcionado a aprendizagem, tendo o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo como suas principais metas. Assim, a Prefeitura Municipal De Manhuaçu- MG, vem tornar público o processo de seleção de Assistente de Alfabetização para atuar, de forma voluntária, no Programa Tempo de Aprender, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Manhuaçu/MG.

1. DO PROGRAMA

1.1. O Programa Tempo de Aprender, regulamentado pela Portaria do Ministério da Educação - MEC nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 e alterado pela Portaria nº 546, de 20 de julho de 2021, tem como objetivo elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º anos do ensino fundamental. Além disso, pretende contribuir para a consecução da Meta 5 do Plano Nacional de Educação, na prevenção do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano escolar, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas para o apoio e fortalecimento do processo de alfabetização.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado de Assistente de Alfabetização a que se destina o presente Edital, tem como meta o preenchimento de **01 VAGA** e cadastro de reserva, para atuação no Programa Tempo de Aprender na Unidade Escolar Municipal do Ensino Fundamental **Eni Alves Nogueira – Palmeiras/ Manhuaçu-MG**, selecionada de acordo com critérios estipulados pelo Ministério da Educação (MEC).

1.3. Os candidatos selecionados, convocados e designados atuarão pelo período de até 8 meses com início a ser estipulado pelo FNDE de acordo com os recursos repassados à unidade escolar apta participante do programa.

1.4. O Assistente de Alfabetização classificado e selecionado deverá realizar o Curso Online de Práticas de Alfabetização do Programa Tempo de Aprender, a fim de garantir apoio e suporte pedagógico orientador e formativo para a escola desenvolver, com êxito, o processo de alfabetização.

1.5. A atuação do Assistente de Alfabetização, no Programa Tempo de Aprender, é atividade de natureza voluntária, na forma definida na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, sendo obrigatória a celebração do Termo de Adesão e Compromisso Voluntário.

1.6. Para o exercício de suas atividades, o Assistente de Alfabetização selecionado receberá a título de ressarcimento de despesas com transporte e alimentação, ajuda de custo de acordo com os critérios estabelecidos pela portaria nº 280, de 19 de Fevereiro de 2020, consolidado pela resolução nº 06, de 20 de Abril de 2021, de acordo com o interesse e a conveniência da SMEM e da unidade escolar, objetos do respectivo programa e em nenhuma hipótese, configura-se como remuneração por serviços prestados.

2. DA SELEÇÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 11.625, DE 03 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o reajuste da tarifa do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros de Muriaé.

O Prefeito Municipal de Muriaé, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º, inciso IV da Lei Municipal n. 3.245, de 05 de Maio de 2006, e as disposições expressas no contrato celebrado com a concessionária, que determina obrigatoriamente o reajuste tarifário por parte do poder concedente, para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

CONSIDERANDO o Contrato de Concessão nº. 063/2007 firmado entre este Município e a Concessionária, notadamente o teor das Cláusulas Décima Segunda e Décima Terceira, que preveem a possibilidade de reajuste e revisão contratuais com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo n. 17.712/2022, em que a empresa concessionária apresentou planilha levando em consideração o ajustado no Contrato n. 063/2007, e as atuais condições para a execução do serviço;

CONSIDERANDO os impactos das medidas protetivas de distanciamento social impostas pela pandemia que até os dias de hoje afetam e geram redução no quantitativo de usuários a serem atendidos na prestação dos serviços de transporte público;

CONSIDERANDO que é dever do gestor imprimir esforços para gerir e administrar o patrimônio público, zelando, sobretudo, pela continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais à comunidade local;

CONSIDERANDO que é necessária a continuidade dos serviços públicos de transporte coletivo municipal até o final do contrato atualmente em vigor;

CONSIDERANDO a reunião do Conselho Municipal de Trânsito, realizada em 27 de dezembro de 2022 nas dependências do Centro Administrativo Municipal Tancredo Neves, que deliberou acerca do reajuste da tarifa do serviço de transporte coletivo de R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos) para R\$ 4,00 (quatro reais), dentre outras providências, de modo a permitir a continuidade do equilíbrio contratual e a prestação do serviço, mantida a modicidade tarifária;

CONSIDERANDO o Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) e o Termo Aditivo ao Contrato nº 163/2007 firmado entre este Município e a Concessionária com o propósito de melhorar a execução da prestação do serviço de transporte;

CONSIDERANDO que o último reajuste foi fixado em 05/12/2021, pelo Decreto municipal n. 10.828 de 30 de novembro de 2021, ou seja, há 13 (treze) meses não se realiza reajuste das tarifas;

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público Municipal, como órgão concedente do serviço em questão, fiscalizar e assegurar o equilíbrio financeiro do mesmo, mas também, e principalmente, zelar pelos interesses da população, garantindo a prestação dos serviços com qualidade e segurança;

DECRETA

Art. 1º Fica reajustada, a contar de 08 de janeiro de 2023, a tarifa de serviço público de transporte coletivo urbano, no âmbito do Município de Muriaé, sendo fixado o valor de R\$ 4.00 (quatro reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 03 de janeiro de 2023.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:

Leonor Marcos Soares Dias

Código Identificador:1747195C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros
no dia 04/01/2023. Edição 3425

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

Anexo VI - ANEXO VI - PLANILHA DE CUSTOS.pdf

IF SUDESTE MG - UASG 158123

PROCESSO Nº:	PREGÃO Nº:	DATA:
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO COMPLETO:		
TELEFONE:		
E-MAIL:		

INFORMAÇÕES GERAIS					
TIPO DE TRIBUTAÇÃO	Lucro Real	PIS	1,65%	COFINS	7,60%
SAT	3,00%	RAT	3,00%	FAP	1,00

PROPOSTA

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. (T. POSTOS X T. MESES)	VALOR UNITÁRIO (POR POSTO)	VALOR MENSAL MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	1	Serviço de PORTARIA (44h)	Muriaé	Posto de serviço/mês	50	R\$ 4.449,38	R\$ 4.449,38	R\$ 222.469,00
	2	Serviço de PORTARIA (12X36h)	Muriaé	Posto de serviço/mês	120	R\$ 8.715,74	R\$ 17.431,48	R\$ 1.045.888,80
	3	Serviço de VIGIA	Muriaé	Posto de serviço/mês	120	R\$ 10.171,66	R\$ 20.343,32	R\$ 1.220.599,20
-	4	Serviço de LIMPEZA	Manhuaçu	Posto de serviço/mês	60	R\$ 4.778,44	R\$ 4.778,44	R\$ 286.706,40
TOTAIS							R\$ 47.002,62	R\$ 2.775.663,40

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DADOS DA LICITAÇÃO

Nº Processo	
Licitação Nº	

DADOS DA CONTRATAÇÃO

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF da prestação do serviço	Muriaé
C	Convenção coletiva que serviu de referência para o orçamento	MG000221/2023
D	Nº de meses de execução contratual	60

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)	Descrição do serviço
Serviço de PORTARIA e VIGIA	Posto de serviço/mês		Conforme termo de referência e estudos técnicos preliminares

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra

A	Categoria profissional (vinculada à execução contratual) e CBO	Porteiro - CBO 5174-10	Vigia - CBO 5174-20
B	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro	1º de janeiro
C	Salário Normativo da Categoria	R\$ 1.714,91	R\$ 1.714,91

CUSTOS DA MÃO DE OBRA VINCULADA AO SERVIÇO

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Submódulo 1.1 – Remuneração		Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
1.1	Descrição	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Salário (<i>proporcional à jornada de trabalho prevista</i>)	R\$ 1.714,91	R\$ 1.714,91	R\$ 1.714,91
B	Adicional de Periculosidade			
C	Adicional de Insalubridade			
D	Adicional Noturno			R\$ 339,31
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida			
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado			
G	Outros (especificar)			
TOTAL DO MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO		R\$ 1.714,91	R\$ 1.714,91	R\$ 2.054,22
Nota: os custos indicados na proposta para o módulo remuneração deverão ser exatamente os que serão pagos aos profissionais alocados na execução do contrato.				

MÓDULO 2 : ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
2.1	Descrição	Percentual (%)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	R\$ 142,91	R\$ 142,91	R\$ 171,19
B	Férias + Adicional de 1/3 Férias	12,10%	R\$ 207,50	R\$ 207,50	R\$ 248,56
TOTAL		20,43%	R\$ 350,41	R\$ 350,41	R\$ 419,75
Nota: O submódulo 2.1 será custo renovável a cada ano de contrato, conforme fundamentações no termo de referência.					

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários e FGTS			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
2.2	Descrição	Percentual (%)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
GPS	INSS	20,00%	R\$ 413,06	R\$ 413,06	R\$ 494,79
	Salário Educação	2,50%	R\$ 51,63	R\$ 51,63	R\$ 61,85
	SAT	3,00%	R\$ 61,96	R\$ 61,96	R\$ 74,22
	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 30,98	R\$ 30,98	R\$ 37,11
	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 20,65	R\$ 20,65	R\$ 24,74
	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,39	R\$ 12,39	R\$ 14,84
	INCRA	0,20%	R\$ 4,13	R\$ 4,13	R\$ 4,95
FGTS	FGTS	8,00%	R\$ 165,23	R\$ 165,23	R\$ 197,92

TOTAL - Encargos previdenciários e FGTS:	36,80%	R\$ 760,04	R\$ 760,04	R\$ 910,42
Nota: Esses encargos incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1				

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
2.3	Descrição		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Transporte	8,00	R\$ 65,11	R\$ 18,87	R\$ 18,87
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	26,14	R\$ 439,15	R\$ 318,28	R\$ 318,28
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 48,04	R\$ 48,04	R\$ 48,04
D	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral		R\$ 12,99	R\$ 12,99	R\$ 12,99
E	Contribuição patronal		R\$ 1,09	R\$ 1,09	R\$ 1,09
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS			R\$ 566,39	R\$ 399,27	R\$ 399,27

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
2	Descrição		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1		R\$ 350,41	R\$ 350,41	R\$ 419,75
2.2	Submódulo 2.2		R\$ 760,04	R\$ 760,04	R\$ 910,42
2.3	Submódulo 2.3		R\$ 566,39	R\$ 399,27	R\$ 399,27
TOTAL DO MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.676,84	R\$ 1.509,73	R\$ 1.729,44

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

Módulo 3: Provisão para Rescisão			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
3	Descrição	%	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,08%	R\$ 1,44	R\$ 1,44	R\$ 1,73
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01%	R\$ 0,12	R\$ 0,12	R\$ 0,14
C	Multa rescisória do FGTS (40% sobre a provisão mensal do FGTS)	3,44%	R\$ 58,99	R\$ 58,99	R\$ 70,67
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,39%	R\$ 6,67	R\$ 6,67	R\$ 7,99
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	R\$ 2,45	R\$ 2,45	R\$ 2,94
F	Multa rescisória do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,012%	R\$ 0,21	R\$ 0,21	R\$ 0,25
Total do custo de provisões para rescisão			R\$ 69,88	R\$ 69,88	R\$ 83,71
Nota: Ver dispositivos no termo de referência que tratam dos custos do módulo 3.					

MÓDULO 4 : CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais (exceto férias)			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
4.2	Descrição	%	Valor do custo de reposição diário (R\$)	Valor do custo de reposição diário (R\$)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Ausências Legais (Ref. Acórdão TCU 1753/2008-P)	0,81%	R\$ 13,91	R\$ 13,91	R\$ 16,66
B	Substituto na cobertura de Licença Paternidade (Ref. Acórdão TCU 1753/2008-P)	0,06%	R\$ 1,06	R\$ 1,06	R\$ 1,27
C	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (Ref. Acórdão TCU 1753/2008-P)	0,03%	R\$ 0,55	R\$ 0,55	R\$ 0,66
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,10%	R\$ 1,67	R\$ 1,67	R\$ 2,00
E	Substituto na cobertura de Ausência por doença	1,63%	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 33,54
Total provisionado mensalmente para reposição de profissional ausente			R\$ 45,18	R\$ 45,18	R\$ 54,12

Submódulo 4.2 - Intervalo intrajornada			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
4.2	Descrição		Valor do custo de reposição diário (R\$)	Valor do custo de reposição diário (R\$)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso/alimentação (Valor Hora)			R\$ 93,22	R\$ 93,22
Total provisionado mensalmente para reposição de profissional ausente				R\$ 93,22	R\$ 93,22

MÓDULO 5 : INSUMOS DIVERSOS

SEQ.	Descrição	Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)

A	Uniformes	R\$ 85,69	R\$ 85,69	R\$ 85,69
B	EPIs			
C	Materiais (lanterna e apito)			R\$ 5,98
D	Equipamentos (depreciação)			
E	Outros (especificar)			
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 85,69	R\$ 85,69	R\$ 91,67

RESUMO – MÓDULOS 01, 02, 03, 04 e 05

		Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
5	CUSTO DIRETO POR EMPREGADO	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.714,91	R\$ 1.714,91	R\$ 2.054,22
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.676,84	R\$ 1.509,73	R\$ 1.729,44
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 69,88	R\$ 69,88	R\$ 83,71
D	Módulo 4- Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 45,18	R\$ 138,40	R\$ 147,34
E	Módulo 5 – Insumos diversos	R\$ 85,69	R\$ 85,69	R\$ 91,67
CUSTO DIRETO POR EMPREGADO		R\$ 3.592,51	R\$ 3.518,61	R\$ 4.106,38

MÓDULO 6 : CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
	Submódulo 6.1 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
A	Percentual de Custos Indiretos – CI	4,50%	R\$ 161,66	R\$ 158,34	R\$ 184,79
B	Percentual de Lucro – L	4,00%	R\$ 150,17	R\$ 147,08	R\$ 171,65
C	Total de tributos	12,25%	R\$ 545,05	R\$ 533,84	R\$ 623,01
C1	Base para cálculo dos tributos	0,8775	R\$ 4.449,38	R\$ 4.357,87	R\$ 5.085,83
C2	PIS	1,65%	R\$ 73,41	R\$ 71,90	R\$ 83,92
C3	COFINS	7,60%	R\$ 338,15	R\$ 331,20	R\$ 386,52
C4	ISS	3,00%	R\$ 133,48	R\$ 130,74	R\$ 152,57
TOTAL DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			R\$ 856,88	R\$ 839,25	R\$ 979,45

RESUMO GERAL – TODOS OS CUSTOS

QUADRO RESUMO DO CUSTO DO SERVIÇO POR EMPREGADO			Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
	Componentes do custo		Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Módulo 1	Remuneração		R\$ 1.714,91	R\$ 1.714,91	R\$ 2.054,22
Módulo 2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.676,84	R\$ 1.509,73	R\$ 1.729,44
Módulo 3	Provisão para rescisão		R\$ 69,88	R\$ 69,88	R\$ 83,71
Módulo 4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 45,18	R\$ 138,40	R\$ 147,34
Módulo 5	Insumos diversos		R\$ 85,69	R\$ 85,69	R\$ 91,67
Módulo 6	Custos indiretos, lucros e tributos		R\$ 856,88	R\$ 839,25	R\$ 979,45
CUSTO TOTAL GERAL POR EMPREGADO			R\$ 4.449,38	R\$ 4.357,87	R\$ 5.085,83

QUADRO GERAL DO CUSTO DO SERVIÇO		Porteiro 44 horas semanais	Porteiro 12 x 36 horas	Vigia 12 x 36 horas
NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS POR ITEM		1	4	4
NÚMERO DE MESES DE EXECUÇÃO		50	60	60
VALOR TOTAL POR ITEM		R\$ 222.469,00	R\$ 1.045.888,80	R\$ 1.220.599,20
VALOR GLOBAL		R\$ 2.488.957,00		

Item	Equipamentos	Unid.	Vida útil (meses)	Unidade MURIAÉ	Valor unitário	Valor Total	Valor unitário mensal
1	430628 - Lanterna Não Elétrica Material: Alumínio Anodizado , Tipo Foco: Regulável Zoom Mínimo De 1 A 2000 Vezes , Comprimento: 200 MM, Peso: 300 G, Tipo: Tática Manual , Aplicação: Segurança , Tensão Bateria: 12 V, Luminosidade: Forte, Fraco E Intermitente , Bateria: Recarregável , Tipo Lâmpada: Cree Led , Potência Lâmpada: Min. 38.000 W, Fluxo Luminoso: 11.000 LM, Acessórios: Carregador Bivolt; Carreg.Acendedor Veicular 12v , Alcance: Mín. 1000	Unid.	60	4	R\$ 79,75	R\$ 319,00	R\$ 5,32
2	403271 - Apito Material: Plástico , Aplicação: Vigia , Tamanho: Médio , Características Adicionais: Com Cordão	Unid.	60	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 0,67

Campus	Valor mensal Campus	Valor total Campus (60 meses)
Muriaé	R\$ 5,98	R\$ 359,00

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DADOS DA LICITAÇÃO

Nº Processo	
Licitação Nº	

DADOS DA CONTRATAÇÃO

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF da prestação do serviço	Manhuaçu
C	Convenção coletiva que serviu de referência para o orçamento	MG000433/2023
D	Nº de meses de execução contratual	60

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)	Descrição do serviço
Serviço de LIMPEZA	Posto de serviço/mês	60	Conforme termo de referência e estudos técnicos preliminares

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra		
A	Categoria profissional (vinculada à execução contratual) e CBO	Servente de limpeza - CBO 5143-20
B	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1º de janeiro
C	Salário Normativo da Categoria	R\$ 1.394,24

CUSTOS DA MÃO DE OBRA VINCULADA AO SERVIÇO

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

Submódulo 1.1 – Remuneração		60 meses
1.1	Descrição	Valor (R\$)
A	Salário (proporcional à jornada de trabalho prevista)	R\$ 1.394,24
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	
G	Outros (especificar)	
TOTAL DO MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO		R\$ 1.394,24
Nota: os custos indicados na proposta para o módulo remuneração deverão ser exatamente os que serão pagos aos profissionais alocados na execução do contrato.		

MÓDULO 2 : ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			60 meses
2.1	Descrição	Percentual (%)	Valor (R\$)

A	13º Salário	8,33%	R\$ 116,19
B	Férias + Adicional de 1/3 Férias	12,10%	R\$ 168,70
TOTAL		20,43%	R\$ 284,89
Nota: O submódulo 2.1 será custo renovável a cada ano de contrato, conforme fundamentações no termo de referência.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários e FGTS			60 meses
2.2	Descrição	Percentual (%)	Valor (R\$)
GPS	INSS	20,00%	R\$ 335,83
	Salário Educação	2,50%	R\$ 41,98
	SAT	3,00%	R\$ 50,37
	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 25,19
	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 16,79
	SEBRAE	0,60%	R\$ 10,07
	INCRA	0,20%	R\$ 3,36
FGTS	FGTS	8,00%	R\$ 134,33
TOTAL - Encargos previdenciários e FGTS:		36,80%	R\$ 617,92
Nota: Esses encargos incidem sobre o Módulo 1 + Submódulo 2.1			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			60 meses
2.3	Descrição		Valor (R\$)
A	Transporte (considera 21 dias de trabalho e dois vales por dia)	10,52	R\$ 137,27
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (considera vales para 21 dias por mês)	26,14	R\$ 439,15
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 43,67
D	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral		R\$ 12,99
E	Outros (especificar)		
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS			R\$ 633,08

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			60 meses
2	Descrição		Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1		R\$ 284,89
2.2	Submódulo 2.2		R\$ 617,92
2.3	Submódulo 2.3		R\$ 633,08
TOTAL DO MÓDULO 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.535,89

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

Módulo 3: Provisão para Rescisão			60 meses
3	Descrição	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,14%	R\$ 1,95
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01%	R\$ 0,16
C	Multa rescisória do FGTS (40% sobre a provisão mensal do FGTS)	3,47%	R\$ 48,38
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	R\$ 9,04

E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,24%	R\$ 3,33
F	Multa rescisória do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,021%	R\$ 0,29
Total do custo de provisões para rescisão			R\$ 63,14
Nota: Ver dispositivos no termo de referência que tratam dos custos do módulo 3.			

MÓDULO 4 : CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais (exceto férias)			60 meses
4.2	Descrição	%	Valor do custo de reposição diário (R\$)
A	Substituto na cobertura de Ausências Legais (Ref. Acórdão TCU 1753/2008-P)	0,81%	R\$ 11,31
B	Substituto na cobertura de Licença Paternidade (Ref. Acórdão TCU 1753/2008-P)	0,06%	R\$ 0,86
C	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (Ref. Acórdão TCU 1753/2008-P)	0,03%	R\$ 0,45
D	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,10%	R\$ 1,35
E	Substituto na cobertura de Ausência por doença	1,63%	R\$ 22,77
Total provisionado mensalmente para reposição de profissional ausente			R\$ 36,73

Submódulo 4.2 - Intervalo intrajornada			60 meses
4.2	Descrição		Valor do custo de reposição diário (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso/alimentação (Valor Hora)		
Total provisionado mensalmente para reposição de profissional ausente			

MÓDULO 5 : INSUMOS DIVERSOS

		60 meses
SEQ.	Descrição	Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 85,69
B	EPIs	R\$ 15,75
C	Materiais	R\$ 627,57
D	Equipamentos (depreciação)	R\$ 99,18
E	Outros (especificar)	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 828,19

RESUMO – MÓDULOS 01, 02, 03, 04 e 05

		60 meses
5	CUSTO DIRETO POR EMPREGADO	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.394,24
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.535,89
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 63,14
D	Módulo 4- Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 36,73
E	Módulo 5 – Insumos diversos	R\$ 828,19
CUSTO DIRETO POR EMPREGADO		R\$ 3.858,19

MÓDULO 6 : CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

			60 meses
Submódulo 6.1 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Valor (R\$)
A	Percentual de Custos Indiretos – CI	4,50%	R\$ 173,62
B	Percentual de Lucro – L	4,00%	R\$ 161,27
C	Total de tributos	12,25%	R\$ 585,36
C1	Base para cálculo dos tributos	0,8775	R\$ 4.778,44
C2	PIS	1,65%	R\$ 78,84
C3	COFINS	7,60%	R\$ 363,16
C4	ISS	3,00%	R\$ 143,35
TOTAL DE CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			R\$ 920,25

RESUMO GERAL – TODOS OS CUSTOS

QUADRO RESUMO DO CUSTO DO SERVIÇO POR EMPREGADO		60 meses
	Componentes do custo	Valor (R\$)
Módulo 1	Remuneração	R\$ 1.394,24
Módulo 2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.535,89
Módulo 3	Provisão para rescisão	R\$ 63,14
Módulo 4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 36,73
Módulo 5	Insumos diversos	R\$ 828,19
Módulo 6	Custos indiretos, lucros e tributos	R\$ 920,25
CUSTO TOTAL GERAL POR EMPREGADO		R\$ 4.778,44

QUADRO GERAL DO CUSTO DO SERVIÇO		60 meses
NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS POR ITEM		1
NÚMERO DE MESES DE EXECUÇÃO		60
VALOR TOTAL POR ITEM		R\$ 286.706,40
VALOR GLOBAL		R\$ 286.706,40

					Valor unitário após aplicação de índice de reajuste - IPCA maio/2022 a março/2023.
Item	Materiais	Unid	MNU	Valor unitário	3,553030
1	Álcool líquido 70%	Litro	3	R\$ 7,00	R\$ 7,25
2	Balde 10 litros	Unid.	1	R\$ 7,69	R\$ 7,96
3	Borrifador	Unid.	1	R\$ 5,75	R\$ 5,95
4	Cloro/água sanitária	Litro	5	R\$ 1,80	R\$ 1,86
5	Desinfetante concentrado	Litro	5	R\$ 6,25	R\$ 6,47
6	Detergente de pia	Frasco 500 ml	3	R\$ 1,32	R\$ 1,37
7	Esponja dupla face	Unid.	4	R\$ 0,58	R\$ 0,60
8	Flanela	Unid.	2	R\$ 1,47	R\$ 1,52
9	Limpa vidros	Embalagem de 500mL	2	R\$ 2,59	R\$ 2,68
10	Limpador multiuso	Litro	2	R\$ 1,90	R\$ 1,97
11	Luva de borracha	Par	1	R\$ 6,45	R\$ 6,68
12	Pá de lixo	Unid.	1	R\$ 6,14	R\$ 6,36
13	Pano de chão	Unid.	4	R\$ 4,30	R\$ 4,45
14	Papel higiênico rolo 300 m	Pacote 8 unid.	5	R\$ 34,60	R\$ 35,83
15	Papel higiênico 60 m	Fardo 12 unid.	1	R\$ 20,00	R\$ 20,71
16	Papel toalha branco, 1ª qualidade	Fardo 1000 fls	10	R\$ 8,92	R\$ 9,24
17	Pedra sanitária	Unid.	20	R\$ 0,88	R\$ 0,91
18	Rodo 40 cm	Unid.	1	R\$ 15,90	R\$ 16,46
19	Sabão em pó	Pacote 1 kg	2	R\$ 4,00	R\$ 4,14
20	Sabão líquido concentrado	Litro	3	R\$ 28,00	R\$ 28,99
21	Sabonete líquido concentrado	Litro	2	R\$ 4,80	R\$ 4,97
22	Saco grande para lixo (capacidade 100 litros)	Pacote 100 unid.	1	R\$ 19,57	R\$ 20,27
23	Saco pequeno para lixo (capacidade 40 litros)	Pacote 100 unid.	1	R\$ 11,73	R\$ 12,15
24	Saco pequeno para lixo (capacidade 60 litros)	Pacote 100 unid.	1	R\$ 14,25	R\$ 14,76
25	Vassoura piaçava 30 cm	Unid.	1	R\$ 7,95	R\$ 8,23
26	Pano multiuso (perfex)	Pacote 5 unid.	2	R\$ 6,28	R\$ 6,50

Campus	Valor mensal	Meses	Valor total Campus (60 meses)
MANHUAÇU	R\$ 627,57	60	R\$ 37.654,37

Item	Equipamentos	Unid.	Vida útil (meses)	Quantidade	Valor unitário	Valor unitário após aplicação de índice de reajuste - IPCA maio/2022 a março/2023.	Valor unitário mensal (vida útil)
				MNU		3,553030	
1	Cabo telescópico com extensor para limpeza de vidraça (regulável até 4,5/5,0 metros). 6 por ano	Unid.	36	1	R\$ 137,90	R\$ 142,80	R\$ 3,97
2	Escada de 3 degraus com apoio acima do último degrau	Unid.	36	1	R\$ 101,88	R\$ 105,50	R\$ 2,93
3	Lavadora de alta pressão de uso profissional, motor por indução (como as de lava-jato) portátil, bivolt, de baixo consumo de água	Unid.	60	1	R\$ 1.553,15	R\$ 1.608,33	R\$ 26,81
4	Mangueiras de 2mm (1/2 pol) - rolo de 40 metros (com bico)	Unid.	24	1	R\$ 161,47	R\$ 167,21	R\$ 6,97
5	Rodo Articulado Limpa Vidros Janelas Telescopico Mop	Unid.	12	3	R\$ 226,00	R\$ 234,03	R\$ 19,50

Campus	Valor mensal Campus	Valor total Campus (60 meses)
MANHUAÇU	R\$ 99,18	R\$ 5.950,63

Item	Equipamentos	Unid.	Vida útil (meses)	Quantidade	Valor unitário	Valor unitário após aplicação de índice de reajuste - IPCA maio/2022 a março/2023.	Valor unitário mensal (vida útil)
				MNU		3,553030	
1	Luva de proteção nitrílica	Par	1	1	R\$ 6,56	R\$ 6,79	R\$ 6,79
2	Óculos de proteção incolor	Unid.	12	1	R\$ 6,90	R\$ 7,15	R\$ 0,60
3	Calçado de segurança - bota em pvc, impermeável solado antiderrapante.	Par	12	1	R\$ 34,71	R\$ 35,94	R\$ 3,00
4	Calçado de segurança - Bota ou calçado em couro, cano curto, impermeável, solado antiderrapante.	Par	12	1	R\$ 48,96	R\$ 50,70	R\$ 4,22
5	Avental impermeável em pvc	Unid.	12	1	R\$ 13,18	R\$ 13,65	R\$ 1,14

Campus	Valor mensal Campus	Valor total Campus (60 meses)
MANHUAÇU	R\$ 15,75	R\$ 944,77

**Anexo II - ANEXO IV DO TR - Estudo_do_quantitativo_-
_Servico_de_limpeza_3assinado.pdf**

Áreas Internas: Pisos frios: 800 m² a 1200 m2 (referência IN05/2017) Média igual a 1000m²					
Ambiente	Metragem Quadrada (A)	Frequência de limpeza/Mês (B)	Metragem limpa/mês (C) = (A)x(B)	Metragem limpa/dia (D) = (C)/22	Número de Postos Necessário (F) = (D)/1000
Sala de aula - sala 01 - Bloco Educacional	60,12	44	2.645,28	120,24	0,120
Sala de aula - sala 02 - Bloco Educacional	60,13	44	2.645,72	120,26	0,120
Sala de aula - sala 03 - Bloco Educacional	60,13	44	2.645,72	120,26	0,120
Sala de aula - sala 04 - Bloco Educacional	63,49	44	2.793,56	126,98	0,127
Circulação 2º pavimento - Bloco Educacional	57,99	22	1.275,78	57,99	0,058
Área coberta - 2º pavimento - Bloco Educacional	50,62	22	1.113,64	50,62	0,051
CPD - Bloco Educacional	16	4	64,00	2,91	0,003
Circulação 1º pavimento - Bloco Educacional	48,84	22	1.074,48	48,84	0,049
Sala de aula - 1º pavimento - Galpão	59,25	44	2.607,00	118,50	0,119
Sala de aula - 2º pavimento - Galpão	51,25	44	2.255,00	102,50	0,103
Circulação 1º pavimento - Galpão	24,02	22	528,44	24,02	0,024
Circulação 2º pavimento - Galpão	26,29	22	578,38	26,29	0,026
Salas de aulas 01 e 02 - Prédio I	116,93	22	2.572,46	116,93	0,117
Sala de Apoio (Apoio ao discente/Prédio I e NAI/Sala modular)	25,16	11	1.286,23	58,47	0,058
Sala dos professores - 3º pavimento - Prédio I	59,46	11	276,76	12,58	0,013
Sala dos professores - 2º pavimento - Prédio I	64,48	11	654,06	29,73	0,030
Copa sala professores - 2º pavimento - Prédio I	5,5	11	709,28	32,24	0,032
Biblioteca	57,64	22	121,00	5,50	0,006
Sala DAP	72	11	634,04	28,82	0,029
Sala Direção Geral - container	29	11	792,00	36,00	0,036
Sala do Registro acadêmico	9,15	11	319,00	14,50	0,015
Copa Cozinha	12,5	22	201,30	9,15	0,009
Área de convivência/circulação	47,11	22	275,00	12,50	0,013
Guarita	13,3	22	1.036,42	47,11	0,047
Hall de entrada banheiro 1º pavimento - Bloco Estudantil	4,48	22	292,60	13,30	0,013
Hall de entrada banheiro 2º pavimento - Bloco Estudantil	4,48	22	98,56	4,48	0,004
TOTAIS	1090,36			1.322,93	1,323

Áreas Internas: Laboratórios: 360 m² a 450 m2 (referência IN05/2017) Média igual a 405m²					
Ambiente	Metragem Quadrada (A)	Frequência de limpeza/Mês (B)	Metragem limpa/mês (C) = (A)x(B)	Metragem limpa/dia (D) = (C)/22	Número de Postos Necessário (F) = (D)/405
Laboratório de Informática - Bloco Educacional	66,04	44	2.905,76	132,08	0,326
Laboratório Pós Colheita - Bloco Educacional	59,95	22	1.318,90	59,95	0,148
Laboratório de solos e irrigações - Bloco Educacional	56,90	22	1.251,80	56,90	0,140
Laboratório de Manutenções e redes - Bloco Educacional	60,00	22	1.320,00	60,00	0,148
Laboratório de análise sensorial e preparo de amostras - Bloco Educ	41,20	22	906,40	41,20	0,102
Laboratório de Produção Vegetal - Bloco Educacional	57,39	22	1.262,58	57,39	0,142
Laboratório - 1º pavimento - Galpão	50,75	22	1.116,50	50,75	0,125
Laboratório - 2º pavimento - Galpão	50,75	22	1.116,50	50,75	0,125
Laboratório Pós Colheita - Galpão	67,25	22	1.479,50	67,25	0,166

Laboratório Mecalização - Galpão	50,00		22		1.100,00	50,00	0,123
Laboratório de Informática 01 - Prédio I	72,00		44		3.168,00	144,00	0,356
Laboratório de Informática 02 - Prédio I	57,60		44		2.534,40	115,20	0,284
Laboratório multidisciplinar (nos fundos da sala 01) - Prédio I	12,90		22		283,80	12,90	0,032
TOTAIS	702,73				19.480,34	885,47	2,186

Áreas Internas:Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m2 (referência IN05/2017) Média igual a 2000m²						
Ambiente	Metragem Quadrada (A)	Frequência de limpeza/ Mês (B)	Metragem limpa/ mês (C) = (A)x(B)	Metragem limpa/dia (D) = (C)/22	Número de Postos Necessário (F) = (D)/2000	
Almoxarifado - Bloco Educacional	12,47	1	12,47	0,57	0,000	
Almoxarifado - container	29	1	29,00	1,32	0,001	
Almoxarifado copa	6	1	6,00	0,27	0,000	
DML e Depósito conjugado ao DML	9,1	1	9,10	0,41	0,000	
TOTAIS	56,57		56,57	2,57	0,001	
TOTAL DE ÁREAS INTERNAS (sem banheiros)			1.849,66	2210,98		
Áreas Internas:Banheiros: 200 m² a 300 m² (referência IN05/2017) Média igual a 250m²						
Ambiente	Metragem Quadrada (A)	Frequência de limpeza/ Mês (B)	Metragem limpa/ mês (C) = (A)x (B)	Metragem limpa/dia (D) = (C)/22	Número de Postos Necessário (F) = (D)/250	
Banheiro Feminino 2º Pavimento - Bloco Estudantil	13,84	44	608,96	27,68	0,111	
Banheiro Masculino 2º Pavimento - Bloco Estudantil	10,47	44	460,68	20,94	0,084	
Banheiro 2º Pavimento - Bloco Estudantil - PNAE	6,4	44	281,60	12,80	0,051	
Banheiro Feminino 1º Pavimento - Bloco Estudantil	13,84	44	608,96	27,68	0,111	
Banheiro Masculino 1º Pavimento - Bloco Estudantil	10,47	44	460,68	20,94	0,084	
Banheiro 1º Pavimento - Bloco Estudantil - PNAE	6,4	44	281,60	12,80	0,051	
Banheiros 2º Pavimento - Galpão - PNAE	9,58	44	421,52	19,16	0,077	
Banheiros 1º Pavimento - Galpão - PNAE	9,58	44	421,52	19,16	0,077	
Banheiros 1º Pavimento - Galpão	9,58	44	421,52	19,16	0,077	
Banheiro feminino 2º pavimento - Prédio I	4,38	22	96,36	4,38	0,018	
Banheiro masculino 2º pavimento - Prédio I	4,76	22	104,72	4,76	0,019	
Banheiro feminino 1º pavimento - Prédio I	18,8	44	827,20	37,60	0,150	
Banheiro masculino 1º pavimento - Prédio I	18,8	44	827,20	37,60	0,150	
Banheiro Guarita	4,14	22	91,08	4,14	0,017	
TOTAIS				122,84	0,491	
TOTAL DE ÁREAS INTERNAS (com banheiros)				2.456,66		

Áreas Externa:Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m2 (referência IN05/2017) Média igual a 2250m²							
Ambiente	Metragem Quadrada (A)	Frequência de limpeza/Mês (B)	Metragem limpa/mês (C) = (A)x(B)		Metragem limpa/dia (D) = (C)/22		Número de Postos Necessário (F) = (D)/2250
			0		0,00		0,000
TOTAIS	0				0,00		0,000

Áreas Envidraçada: face interna e externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m² (referência IN05/2017) Média igual a 340m²						
Ambiente	Metragem Quadrada	Frequência de limpeza/Mês	Metragem limpa/mês		Metragem limpa/dia	Número de Postos Necessário
	(A)	(B)	(C) = (A)x(B)		(D) = (C)/22	(F) = (D)/340
	0	0	0		0,00	0,000
TOTAIS					0,00	0,000

Fachadas Envidraçada: 130 m2 a 160 m², observada a periodicidade prevista (referência IN05/2017) Média igual a 145m²					
Ambiente	Metragem Quadrada (A)	Frequência de limpeza/Mês (B)	Metragem limpa/mês (C) = (A)x(B)	Metragem limpa/dia (D) = (C)/22	Número de Postos Necessário (F) = (D)/145
			0	0,00	0,000
TOTAIS	0			0,00	0,000
TOTAL NECESSÁRIO DE POSTOS					4,002

**Anexo III - ANEXO II DO TR - IMR PORTEIRO - VIGIA-
LIMPEZA.pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS

CONTRATO: XX/2022

PREGÃO ELETRÔNICO: XX/2023

OBJETO: Serviços de Portaria e Vigia

INSTRUÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO IMR

1. As quantidades de ocorrências identificadas nos indicadores mensurados, serão inseridas na tabela “Fator de Qualidade”, na coluna “Nº de Ocorrências verificadas pela fiscalização”, contemplando os 10 (dez) indicadores de verificação técnica dos serviços;
 2. Após este preenchimento, todas as ocorrências serão multiplicadas pelo Peso da Ocorrência e somadas no campo Fator de Qualidade;
 3. A seguir, o valor totalizado servirá como base para indicar o ajuste no pagamento conforme a nota atingida.
- Obs: Os pesos foram definidos de acordo com a metodologia da matriz GUT divididos por 100

Este instrumento foi criado segundo os critérios preconizados na IN 05/2017, item 2.6. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento, subitem d) Definir a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:

d.1. estabelecer a unidade de medida adequada para o tipo de serviço a ser contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, observando que:

d.1.1. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva, se for o caso;

d.1.2. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação;

d.1.3. na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

d.2. estabelecer a produtividade de referência ou os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada, de acordo com a unidade de medida adotada para a execução do objeto, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço ou por outros mecanismos capazes de aferir a qualidade, seguindo-se, entre outros, os parâmetros indicados nos Cadernos de Logística;

d.3. identificar os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços, com base nas seguintes diretrizes:

d.3.1. considerar as atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados;

d.3.2. prever fatores que estejam fora do controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas;

d.3.3. os indicadores deverão ser objetivamente mensuráveis e compreensíveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço;

d.3.4. evitar indicadores complexos ou sobrepostos. (destaque nosso dos critérios principais na escolha dos indicadores)

d.4. descrever detalhadamente, de acordo com o previsto na subalínea “d.3” acima, os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço, com a finalidade de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos, devendo conter, dentre outros requisitos:

d.4.1. indicadores e metas estipulados de forma sistemática, de modo que possam contribuir cumulativamente para o resultado global do serviço e não interfiram negativamente uns nos outros;

d.4.2. indicadores que reflitam fatores que estão sob controle do prestador do serviço;

d.4.3. metas realistas e definidas com base em uma comparação apropriada;

d.4.4. previsão de nível de desconformidade dos serviços que, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

d.4.5. registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada, se for o caso;

d.4.6. previsão de que os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ato convocatório, observando-se o seguinte:

1. as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, se for o caso;

2. na determinação da faixa de tolerância de que trata a alínea anterior, considerar-se-á a importância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas relevantes ou críticas; e

3. o não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

d.5. O Instrumento de Medição do Resultado (IMR) ou seu substituto, quando utilizado, deve ocorrer, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuadas;

[illegible]


INDICADOR DE QUALIDADE	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	TOTAIS
Não cobertura do posto: desconto a cada 15 minutos, limitado a 2 (duas) horas por dia.	5	5	2	50
Deixar de auxiliar no fluxo de pessoas, identificando, orientando, e encaminhando aos lugares desejados.	4	3	5	60
Reclamação formal da prestação de serviços, após análise da equipe de Fiscalização.	5	5	1	25
Atraso na prestação de informações e esclarecimento, relativas ao objeto contratado, solicitados pela Fiscalização Técnica (para cada 24 horas de atraso)	4	4	2	32
Permitir a saída de materiais/equipamentos do Instituto, sem que haja autorização formal de servidor credenciado pelo CONTRATANTE (por ocorrência)	5	5	2	50
Deixar de repassar as demandas e serviços, constantes no livro de ocorrência ou em comunicação oficial da Contratante, quando da troca de turnos.	4	3	2	24
Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração.	3	2	2	12
Deixar de colaborar com os órgãos de Segurança Pública como Guarda Municipal, Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.	5	4	1	20
Não estar atento à movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Campus, adotando as medidas de segurança recomendadas pela Administração e as previstas em Lei.	5	5	2	50
Deixar de auxiliar no controle da entrada e permanência de veículos no Campus, que devem estar previamente autorizados e identificados.	5	3	2	30
FATOR DE QUALIDADE	5	5	3	75

Gravidade: É analisada pela consideração da intensidade ou impacto que o problema pode causar se não for solucionado. Tais danos podem ser avaliados quantitativa ou qualitativamente. Um problema grave pode ocasionar a falência da sua empresa, na perda de clientes importantes ou mesmo em danificação da imagem pública da organização. A pontuação da gravidade varia de 1 a 5 seguindo o seguinte critério:

1 - sem gravidade; 2 - pouco grave; 3 - grave; 4 - muito grave; 5 - extremamente grave

Urgência: É analisada pela pressão do tempo que existe para resolver determinada situação. Basicamente leva em consideração o prazo para se resolver um determinado problema. Pode se considerar como problemas urgentes prazos definidos por lei ou o tempo de resposta para clientes. A pontuação da urgência varia de 1 a 5 seguindo o seguinte critério:
1 - pode esperar; 2 - pouco urgente; 3 - urgente, merece atenção no curto prazo; 4 - muito urgente; 5 - necessidade de ação imediata

Tendência: É analisada pelo padrão ou tendência de evolução da situação. Você pode analisar problemas, considerando o desenvolvimento que ele terá na ausência de uma ação efetiva para solucioná-lo. Representa o potencial de crescimento do problema, a probabilidade do problema se tornar maior com o passar do tempo.
1 - não irá mudar; 2 - irá piorar a longo prazo; 3 - irá piorar a médio prazo; 4 - irá piorar a curto prazo; 5 - irá piorar rapidamente

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS</p>	SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS		
	CONTRATO: XX/2022		
	PREGÃO ELETRÔNICO: XX/2023		
		OBJETO: Serviços de Portaria e Vigia	
		Valor total do Contrato	R\$ 0,00

QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS MENSAL			
Nº INDICADOR	Nº de Ocorrências verificadas pela fiscalização	Peso por Ocorrência	Total
Não cobertura do posto: desconto a cada 15 minutos, limitado a 2 (duas) horas por dia.		0,5	0
Deixar de auxiliar no fluxo de pessoas, identificando, orientando, e encaminhando aos lugares desejados.		0,6	0
Reclamação formal da prestação de serviços, após análise da equipe de Fiscalização.		0,25	0
Atraso na prestação de informações e esclarecimento, relativas ao objeto contratado, solicitados pela Fiscalização Técnica (para cada 24 horas de atraso)		0,32	0
Permitir a saída de materiais/equipamentos do Instituto, sem que haja autorização formal de servidor credenciado pelo CONTRATANTE (por ocorrência)		0,5	0
Deixar de repassar as demandas e serviços, constantes no livro de ocorrência ou em comunicação oficial da Contratante, quando da troca de turnos.		0,24	0
Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração.		0,12	0
Deixar de colaborar com os órgãos de Segurança Pública como Guarda Municipal, Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.		0,2	0
Não estar atento à movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Campus, adotando as medidas de segurança recomendadas pela Administração e as previstas em Lei.		0,5	0
Deixar de auxiliar no controle da entrada e permanência de veículos no Campus, que devem estar previamente autorizados e identificados.		0,3	0
Deixar de auxiliar no controle da entrada e permanência de veículos no Campus, que devem estar previamente autorizados e identificados.		0,75	0
FATOR DE QUALIDADE			0,0

FAIXAS DE AJUSTES NO PAGAMENTO		
FAIXA	Fator de Qualidade	(%) Pagamento Valor Contrato
1	0,0 - 1,5	100%
2	1,6 - 3,0	99%
3	3,1 - 5,0	98%
4	5,1 - 9,0	95%
5	9,1 - 13,0	92%
6	13,1 - 16,0	90%
7	Acima de 16	85%

Mês de referência:	abril/2023	
Valor Mensal Apurado:	100%	
Valor Mensal Apurado:	R\$ 0,00	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS

CONTRATO:

PREGÃO ELETRÔNICO:

OBJETO: Contratação de Serviços de Limpeza

INSTRUÇÃO PARA O PREENCHIMENTO DO IMR

1. As quantidades de ocorrências identificadas nos indicadores mensurados, serão inseridas na tabela “Fator de Qualidade”, na
2. Após este preenchimento, todas as ocorrências serão multiplicadas pelo Peso da Ocorrência e somadas no campo Fator de
3. A seguir, o valor totalizado servirá como base para indicar o ajuste no pagamento conforme a nota atingida.

Obs: Os pesos foram definidos de acordo com a metodologia da matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) divididos por 100

"Este instrumento foi criado segundo os critérios preconizados na IN 05/2017, item 2.6. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento, subitem d) Definir a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber:

d.1. estabelecer a unidade de medida adequada para o tipo de serviço a ser contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, observando que:

d.1.1. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva, se for o caso;

d.1.2. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação;

d.1.3. na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

d.2. estabelecer a produtividade de referência ou os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada, de acordo com a unidade de medida adotada para a execução do objeto, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço ou por outros mecanismos capazes de aferir a qualidade, seguindo-se, entre outros, os parâmetros indicados nos Cadernos de Logística;

d.3. identificar os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade esperada da prestação dos serviços, com base nas seguintes diretrizes:

d.3.1. considerar as atividades mais relevantes ou críticas que impliquem na qualidade da prestação dos serviços e nos resultados esperados;

d.3.2. prever fatores que estejam fora do controle do prestador e que possam interferir no atendimento das metas;

d.3.3. os indicadores deverão ser objetivamente mensuráveis e compreensíveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço;

d.3.4. evitar indicadores complexos ou sobrepostos. (destaque nosso dos critérios principais na escolha dos indicadores)

d.4. descrever detalhadamente, de acordo com o previsto na subalínea “d.3” acima, os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço, com a finalidade de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos, devendo conter, dentre outros requisitos:

d.4.1. indicadores e metas estipulados de forma sistemática, de modo que possam contribuir cumulativamente para o resultado global do serviço e não interfiram negativamente uns nos outros;

d.4.2. indicadores que reflitam fatores que estão sob controle do prestador do serviço;

d.4.3. metas realistas e definidas com base em uma comparação apropriada;

d.4.4. previsão de nível de desconformidade dos serviços que, além do redimensionamento dos pagamentos, ensejará penalidades à contratada e/ou a rescisão unilateral do contrato;

d.4.5. registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada, se for o caso;

d.4.6. previsão de que os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no ato convocatório, observando-se o seguinte:

1. as adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o fornecedor se sujeitará ao redimensionamento no pagamento e às sanções legais, se for o caso;

2. na determinação da faixa de tolerância de que trata a alínea anterior, considerar-se-á a importância da atividade, com menor ou nenhuma margem de tolerância para as atividades consideradas relevantes ou críticas; e

3. o não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, em indicadores não relevantes ou críticos, a critério do órgão ou entidade, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

d.5. O Instrumento de Medição do Resultado (IMR) ou seu substituto, quando utilizado, deve ocorrer, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuadas;"

	INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
	INDICADOR 1	INDICADOR 2	INDICADOR 3	INDICADOR 4
ITEM	Funcionários prestando serviços com	Reclamação formal da prestação de	Atraso na prestação de informações e	Falta do material ou da reposição de
Finalidade	Facilitar identificação dos prestadores de	Auxiliar na qualidade da prestação dos	Para adequada fiscalização dos serviços	Verificar o fornecimento e a
Meta a cumprir	Que os prestadores de serviços estejam	Resolver e ou esclarecer todas as	Receber todas as informações solicitadas	Disponibilidade adequada dos materiais
Instrumento de medição	Listagem de recebimento dos uniformes e	Email, livro de registro de ocorrências,	Meios de comunicação formal previstos	Aferição pelo fiscal de contrato
Forma de acompanhamento	O fiscal técnico verificará mensalmente a	Após tomar conhecimento da reclamação,	A equipe de fiscalização, ou setor de	Verificação pela Fiscalização Técnica do
Periodicidade	Mensal e por amostragem	Quando da ocorrência do fato	Quando da ocorrência do fato	Verificação diária e avaliação mensal
Mecanismo de cálculo	Através do Cálculo do "Fator de	Através do Cálculo do "Fator de	Através do Cálculo do "Fator de	Através do Cálculo do "Fator de
Início de vigência	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"
Sanções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

	INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
	INDICADOR 5	INDICADOR 6	INDICADOR 7	INDICADOR 8
ITEM	Limpeza de banheiros (vasos sanitários e	Limpeza de áreas administrativas -	Limpeza de bebedouros, corrimão,	Limpeza e organização de salas de aula:
Finalidade	Manutenção das condições de higiene e	Manutenção das condições de higiene e	Manutenção das condições de higiene e	Manutenção das condições de higiene e
Meta a cumprir	Limpeza adequada dos ambientes	Limpeza adequada dos ambientes	Limpeza adequada dos ambientes	Limpeza adequada dos ambientes
Instrumento de medição	Aferição diária pelo fiscal de contrato	Aferição diária pelo fiscal de contrato	Aferição diária pelo fiscal de contrato	Aferição diária pelo fiscal de contrato
Forma de acompanhamento	Verificação pela Fiscalização Técnica do	Verificação pela Fiscalização Técnica do	Verificação pela Fiscalização Técnica do	Verificação pela Fiscalização Técnica do
Periodicidade	Verificação diária e avaliação mensal	Verificação diária e avaliação mensal	Verificação diária e avaliação mensal	Verificação diária e avaliação mensal
Mecanismo de cálculo	Através do Cálculo do "Fator de	Através do Cálculo do "Fator de	Através do Cálculo do "Fator de	Através do Cálculo do "Fator de
Início de vigência	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"
Sanções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

	INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
	INDICADOR 9	INDICADOR 10	INDICADOR 11
ITEM	Prestar o serviço sem o insumos de limpeza indicado para atividade.	Prestar o serviço sem os equipamentos indicado para atividade, por falta de manutenção, reparo ou outro motivo qualquer. (por ocorrência)	Deixar de apagar as luzes ao terminar de realizar a limpeza dos ambientes. Deixar de desligar os aparelhos de ar condicionado e ventiladores, quando for o caso. Deixar torneiras e/ou mangueiras abertas ou não fechadas adequadamente. (por ocorrência)
Finalidade	Prevenir o desperdício, extravio de materiais, consumo sustentável	Manutenção da prestação dos serviços de acordo com o especificado na contratação	Prevenir o desperdício, , consumo sustentável e uso adequado dos equipamentos
Meta a cumprir	evitar desperdícios e promover o consumo sustentável	Manter os equipamentos da contratação em pleno funcionamento	evitar desperdícios e promover o consumo sustentável
Instrumento de medição	Constatação de ocorrência por meio de relatos de servidores e observação dos fiscais.	Aferição diária pelo fiscal de contrato	Constatação de ocorrência por meio de relatos de servidores e observação dos fiscais.
Forma de acompanhamento	Verificação pela Fiscalização Técnica do contrato	Verificação pela Fiscalização Técnica do contrato	Verificação pela Fiscalização Técnica do contrato
Periodicidade	Verificação diária e avaliação mensal	Verificação diária e avaliação mensal	Verificação diária e avaliação mensal
Mecanismo de cálculo	Através do Cálculo do "Fator de Qualidade"	Através do Cálculo do "Fator de Qualidade"	Através do Cálculo do "Fator de Qualidade"
Início de vigência	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços	Início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"	Conforme Índice do "Fator de Qualidade"
Sanções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

INDICADOR DE QUALIDADE	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	TOTAIS
Funcionários prestando serviços com uniforme ou EPI fora dos padrões	5	5	2	50
Reclamação formal da prestação de serviços, após análise da equipe de	3	3	2	18
Atraso na prestação de informações e esclarecimento, relativas ao objeto	4	3	2	24
Falta do material ou da reposição de materiais e insumos (papel toalha,	5	5	4	100
Limpeza de banheiros (vasos sanitários e mictórios, lavatório, pia e	5	5	3	75
Limpeza de áreas administrativas - escritórios e refeitórios: lampadas e	3	3	2	18
Limpeza de bebedouros, corrimão, maçanetas de portas, teias de aranha,	3	3	2	18
Limpeza e organização de salas de aula: carteiras, cadeiras, mesas,	4	5	3	60
Prestar o serviço sem o insumos de limpeza indicado para atividade.	5	3	3	45
Prestar o serviço sem os equipamentos indicado para atividade, por falta	4	3	4	48
Deixar de apagar as luzes ao terminar de realizar a limpeza dos	3	2	3	18
Gravidade: É analisada pela consideração da intensidade ou impacto que o problema pode causar se não for solucionado. Tais danos				
Urgência: É analisada pela pressão do tempo que existe para resolver determinada situação. Basicamente leva em consideração o				
Tendência: É analisada pelo padrão ou tendência de evolução da situação. Você pode analisar problemas, considerando o				



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUDESTE DE MINAS GERAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS
GERAIS

CONTRATO:
PREGÃO ELETRÔNICO:
OBJETO: Contratação de Serviços de Limpeza

Manhuaçu

QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS MENSAL

Nº INDICADOR	Nº de Ocorrências verificadas	Peso por Ocorrência	Indicador Total
Funcionários prestando serviços com uniforme ou EPI fora dos padrões		0,5	0
Reclamação formal da prestação de serviços, após análise da equipe de		0,18	0
Atraso na prestação de informações e esclarecimento, relativas ao objeto		0,24	0
Falta do material ou da reposição de materiais e insumos (papel toalha,		1	0
Limpeza de banheiros (vasos sanitários e mictórios, lavatório, pia e lixeiras		0,75	0
Limpeza de áreas administrativas - escritórios e refeitórios: lampadas e		0,18	0
Limpeza de bebedouros, corrimão, maçanetas de portas, teias de aranha,		0,18	0
Limpeza e organização de salas de aula: carteiras, cadeiras, mesas, janelas e		0,6	0
Prestar o serviço sem o insumos de limpeza indicado para atividade.		0,45	0
Prestar o serviço sem os equipamentos indicado para atividade, por falta de		0,48	0
Deixar de apagar as luzes ao terminar de realizar a limpeza dos ambientes.		0,18	0
FATOR DE QUALIDADE (Somatório)			0,0

FAIXAS DE AJUSTES NO PAGAMENTO

FAIXA	Fator de Qualidade	(%) Pagamento Valor Contrato
1	0 a 4,3	100%
2	4,4 a 6,6	99%
3	6,7 a 8,9	98%
4	9,0 a 11,1	95%
5	11,2 a 13,4	92%
6	13,5 a 15,7	90%
7	Acima de 15,8	85%

**Anexo IV - ANEXO III DO TR - Declaração de contratos.
pdf**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaramos que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____,
estabelecida no(a) _____ que possui os
seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão / Empresa	Endereço do Órgão/ Empresa	Nº / Ano do Contrato	Data Inicial	Data Término	Valor total do contrato*
Valor Total dos Contratos					

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.